

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2004 E CONTINUADA NOS DIAS 7 E 14 DE DEZEMBRO DE 2004.** -----

-----**ACTA NÚMERO SETENTA E SEIS**-----

----- No dia 14 de Dezembro de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Ribeiro Cruz, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal

Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, Sérgio Rui Lopes Sintra, Jaime Salomão Alves, José Domingos Pereira Gonçalves, João Gordo Martins, Maria Inês dos Santos Viola, Domingos das Dores Rosa Estanislau. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----  
----- Álvaro António de Vasconcelos, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jaime Salomão. -----

----- Isabel de Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Maria Luísa Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou faltas o seguinte Deputado Municipal: -----

----- António Silva (PS), relativamente à reunião realizada no dia 30 de Novembro de 2004. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião, terceira da Sessão Ordinária iniciada no dia 30 de Novembro, dando, de imediato, as seguintes informações: -----

----- Que em Conferência de Representantes foi agendada uma Sessão Extraordinária para o dia 4 de Janeiro, com possível continuação no dia 11 do mesmo mês. -----

----- Que todos tinham em seu poder o relatório do Revisor Oficial de Contas relativo à proposta 772/2004, que por falta desse documento vinha sendo sucessivamente adiada desde a primeira reunião desta Sessão, e que por isso mesmo seria o primeiro ponto desta reunião. -----

----- Que também todos tinham o Parecer da 1ª Comissão relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, e que o debate dos desses dois documentos seria feito em conjunto e a votação em separado, obviamente, seguindo-se a discussão do primeiro aditamento – Estratégia para as Relações Internacionais da Assembleia Municipal. -----

----- Que com os trabalhos desta reunião decorreria em paralelo a eleição de um representante da Assembleia Municipal como membro Júri do Concurso de Atribuição de Fogos nos Empreendimentos das Galinheiras e da Ameixoeira, para o qual havia sido consensualizado na Conferência de Representantes o Deputado Municipal Victor Gonçalves. -----

----- Que estavam presentes para assistir aos trabalhos do Plenário, na parte reservada ao público, cerca de três dezenas de alunos da Universidade Lusófona, do curso de ciências da comunicação e da cultura, área de jornalismo. Os alunos estavam acompanhados pelos professores Fernando Correia e Carla Martins. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 772/2004 – APROVAR A ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL “SRU ORIENTAL – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M.”, AUTORIZANDO A PARTICIPAÇÃO DA EPUL – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA, EM 49% DO CAPITAL SOCIAL DA MESMA E QUE A PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA NA SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA SEJA FEITA EM ESPÉCIE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 772/2004 -----

----- “Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, foi criado um regime jurídico excepcional de reabilitação das áreas urbanas, em particular das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e das zonas urbanas históricas; -----

----- Considerando que com este diploma o legislador concedeu aos municípios a possibilidade de constituírem sociedades de reabilitação urbana, às quais são atribuídos poderes de autoridade e de polícia administrativa como os de expropriação e de licenciamento; -----

----- Considerando a criação, aprovada pela Proposta n.º 506/2004 em Reunião de Câmara de 7 de Julho e pela Deliberação 101/AML/2004 de 20 de Julho, da “SRU Oriental – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”, cuja zona de intervenção de reabilitação urbana se situa na zona das freguesias do Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais e São João; -----

----- Considerando que a referida zona de intervenção é uma zona de contrastes e dicotomias, com dez áreas históricas, que abrange três instrumentos de gestão urbanísticos em fases diferentes, revelando assim situações que provocaram rupturas no tecido edificado e que não foram objecto de reequilíbrio em processos de planeamento urbano; -----

----- Considerando que a degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança a que chegaram diversas zonas da cidade de Lisboa levam a que o presente executivo camarário tenha como objectivo prioritário a reabilitação urbana das zonas históricas e das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; -----

----- Considerando que o executivo camarário se depara com uma missão urgente e de grande dimensão que exige um enorme esforço financeiro, económico e de gestão, aconselhando a participação de outras entidades públicas que se disponham a colaborar com o Município na prossecução dos objectivos delineados para a reabilitação da cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que a EPUL, como empresa pública que prossegue fins de interesse público que estão atribuídos à autarquia, reúne todas as condições e requisitos necessárias e exigíveis a uma colaboração com o Município no âmbito do regime jurídico supra referido; -----

----- Considerando que é de todo o interesse para o Município que este detenha directa ou indirectamente, através de empresas onde possua a totalidade do capital social, o controlo da empresa tanto ao nível da constituição, como ao nível das orientações e estratégias a serem prosseguidas; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1 - Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea l) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º da Lei n.º 58/98, aplicável por força do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, a alteração dos Estatutos da Empresa Municipal “SRU ORIENTAL – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM”, autorizando a participação da EPUL em 49% do capital social da mesma, nos termos previstos na alínea q) do n.º 1 do artigo 4º dos seus estatutos, aprovados e constantes do Decreto-Lei n.º 613/71, de 31 de Dezembro, e a redacção que resulta dessa alteração, cujo texto se anexa e que faz parte integrante da presente proposta. -----

----- 2 – Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal que a participação da Câmara Municipal de Lisboa seja feita em espécie através da transferência de imóveis, nos termos do art. 8.º do Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.” -----

----- (Os Estatutos da Empresa, anexos à proposta, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junta da proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Sr. Presidente da Câmara chegava mais tarde encontrando-se entretanto substituído pelo Sr. Vice-Presidente. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que esta proposta vinha no seguimento

de outras já aprovadas pela Assembleia Municipal, relativamente à criação de sociedades de reabilitação urbana. Neste caso concreto tratava-se da criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana um pouco diferente das anteriores, porque enquanto essas foram constituídas com capital público e privado, esta apenas incluía dinheiros públicos, ou seja, dinheiros que, fundamentalmente, eram do Município. Isto porque tinha a participação da EPUL que não era mais que uma empresa que funcionava com capitais municipais, e as outras verbas eram todas municipais. -----

----- Portanto, o PCP entendia que na criação deste tipo de sociedades de reabilitação deveria existir sempre uma comissão de monitorização, porque eram empresas que intervinham em habitação pública e privada e as pessoas não podiam intervir para defenderem os seus interesses. -----

----- Lembrou que já na criação das sociedades anteriores recomendaram à Câmara que considerasse a criação de uma comissão de monitorização. Isso não tinha vindo a acontecer, nesta proposta certamente também assim seria e, por essa razão, o PCP iria votar contra a proposta em apreciação. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que desejava manifestar a posição do BE em relação a esta proposta, no seguimento das posições assumidas perante aquelas que anteriormente foram aprovadas para a constituição de sociedades de reabilitação. -----

----- Disse, então, que não estavam de acordo com a política que a Câmara decidira seguir em relação às sociedades de reabilitação urbana, e no caso desta faziam-no por maioria de razão. -----

----- Não estavam de acordo porque a Câmara decidira criar várias sociedades de reabilitação dividindo a Cidade de Lisboa em várias áreas, ao contrário, por exemplo, da Câmara Municipal do Porto que decidira criar uma única sociedade de reabilitação urbana para toda a cidade. E porque as cores políticas dos dois executivos municipais eram iguais, obviamente esta diferença não tinha a ver com questões políticas mas sim com a análise daquilo que era mais vantajoso para a cidade. -----

----- E, no entender do BE, era mais vantajoso para a cidade a criação de uma única sociedade, porque a capacidade que a Câmara teria em termos de negociação na exigência de preços seria muito maior se tivesse apenas um “bolo” para tratar com os sectores imobiliários e de construção civil. -----

----- Por outro lado, criar três sociedades de reabilitação urbana significava criar três conselhos de administração, três carros para os membros do conselho de administração, três motoristas para os membros conselhos de administração, mais não sabia quantos directores mas se fosse à imagem da EPUL estavam a falar de 19 directores, porque o anterior Conselho de Administração da empresa, nomeado do Dr. Santana Lopes, criou mais 14 lugares de director passando de 5 para 19, enfim com os ordenados que eram conhecidos publicamente! Portanto, tudo isso significava uns gastos enormes e depois o dinheiro da reabilitação seria para pagar a máquina de várias sociedades de reabilitação em vez de ser para reabilitar a cidade. -----

----- E nesta proposta ainda estavam mais contra! É que se poderia haver o argumento de que as sociedades de reabilitação eram importantes por se conseguir uma parceria

com a implicação do sector privado na reabilitação da cidade juntamente com o sector público, no caso concreto com o Município, nesta proposta de criação da Sociedade de Reabilitação Urbana não entendiam porque se chamava sociedade se os capitais eram municipais. Aliás, poderiam até chamar-lhe: “Câmara & Câmara, Lda.” já que 49% do capital era da Câmara e 51% da EPUL, empresa onde a Câmara tem 100% do capital. -----

----- Portanto, a menos que lhes provassem que era importante para a regulamentação do mercado, como era o caso da EPUL que teria aí um papel importante apesar de o não ter tido até agora, continuavam a perguntar para quê criar uma sociedade. Se era a Câmara que ia fazer tudo porque não o fazia ela sem a criação da sociedade? De facto, a Câmara tem 11.000 funcionários e depois ainda vai criar sociedades à parte! -----

----- Ou criava essas sociedades à parte para conseguir influenciar o mercado, ou para conseguir implicar nos riscos os sectores privados, mas como nenhum desses dois casos estava consagrado nesta proposta, o BE considerava que isto só traria gastos, inconvenientes, e traria ainda um problema que a seguir iriam ver na discussão do Orçamento. -----

----- É que quando chegasse essa altura discutiriam apenas uma parte do Orçamento já que, por exemplo, a Câmara tinha no Orçamento 5 milhões de euros para publicidade, até aí tudo bem, mas depois o problema era que quando andavam pela cidade viam que a maioria dos panos estavam assinados pela EPUL, pela AMBELIS, etc., e esses orçamentos não passavam pela Assembleia. Portanto, havia um conjunto de despesas e de gastos orçamentais que eram feitos pelas empresas municipais por ordem da Câmara, que era o accionista principal e até exclusivo nalguns casos. -----

----- Por isso, se nas duas propostas anteriores para a criação de sociedades de reabilitação urbana o BE se absteve apenas pela razão de se estar a dividir a cidade em três e não ser apenas criada uma única sociedade para toda a cidade, neste caso concreto votariam contra porque não viam nenhuma utilidade na criação desta Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por dizer que na apreciação de propostas relativas à criação de sociedades de reabilitação urbana, o PCP tem questionado de certa forma que a Assembleia Municipal passasse legitimidades e poderes dela própria relativamente a outros órgãos, quando ela é que foi eleita pelas populações, era o órgão fiscalizador da Câmara e por isso mesmo deveria merecer toda a atenção. -----

----- Disse, depois, que havia algumas coisas nesta proposta que deveriam ser esclarecidas. Por exemplo, não sabia se a retirada da proposta n.º 937/2004 da última Sessão de Câmara, relativa à cedência de um rés-do-chão sito na Azinhaga da Salgada, nas Quinta das Conchinhas com o Largo das Conchas, portanto dentro da área abrangida por esta SRU, às Irmãs de Calcutá, uma instituição de que todos conheciam o trabalho que desenvolvia em favor da população. Se calhar a retirada dessa proposta teria a ver com a proposta que agora estava em apreciação, e, se assim

era, lamentavam que isso tivesse acontecido porque naquela zona seria interessante um projecto com essa envergadura, até porque era muito necessário. -----

----- Por outro lado, também lhe parecia que não estariam feitos todos os estudos, porquanto, na sua opinião, uma determinada área da zona desta SRU ainda estava sob reserva para a localização da terceira ponte sobre o Tejo. A não ser que a decisão da localização da ponte já estivesse tomada, e então teria acabada a reserva, mas segundo sabia essa decisão ainda não estava tomada, pelo que não sabia até que ponto valia a pena haver grandes investimentos numa área que estava sob reserva. Ou seja, se a ponte for de Chelas ao Barreiro, conforme havia algumas propostas, toda aquela zona teria que sofrer grandes alterações. -----

----- E se era certo que havia alguma recuperação de edificios para fazer, parecia-lhe que era mais para entregar terrenos que estavam devolutos à SRU, para outros negócios, do que outra coisa. É que havia ali terrenos que iam ser entregues sem nada em cima, eram terrenos devolutos que a própria Câmara poderia aproveitar com projectos próprios. -----

----- Estas, disse, eram as razões das preocupações do PCP. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, começou por dizer que lamentava a posição dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Beato e de Marvila relativamente à SRU, porque, depois disso, o que depreendia era que o Beato e Marvila estavam neste momento em óptimas condições e não precisavam de uma SRU que pudesse reabilitar o estado degradado em que se encontravam a maior parte dos edificios dessas freguesias. -----

----- Depois, relativamente à SRU do Porto, disse que só por desconhecimento alguém ali tentava comparara a única SRU que existia na Baixa do Porto com as três SRUs que foram criadas para a Cidade de Lisboa, porque o Porto tinha a zona da Baixa muito degradada, foi ali criado e delimitado um espaço contíguo que foi considerado como área crítica de reconversão urbanística, e como tal foi apenas criada uma SRU. -

----- Em Lisboa as situações eram completamente diferentes. Quando chegaram à Câmara encontraram uma cidade completamente degradada, com todo o edificado, fosse municipal ou privado, praticamente a ruir, e então tiveram que delimitar três zonas para poderem criar três sociedades de reabilitação urbana: Alcântara/Ajudá, Baixa Pombalina e Zona Oriental. -----

----- Também registava, não podia deixar de o fazer, a apreensão do Sr. Presidente da Junta com o terreno que estava para ser cedido às Irmãs de Calcutá, mas dizia-lhe que não se preocupasse porque esse assunto estava a ser tratado. Aliás, as Irmãs de Calcutá estavam há muitos anos em condições precárias e foi este Executivo municipal que agarrou o problema e estava neste momento a encontrar um terreno onde vão ter uma sede condigna. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que efectivamente era verdade que nas freguesias do Beato e de Marvila existia habitação altamente degradada, mas estando a Câmara a criar uma sociedade com capitais dela própria e da EPUL, empresa que era 100% de capital municipal, perguntava à Sra. Vereadora

qual a razão porque não intervinha a Câmara directamente. Porque não colocava a Câmara no seu Orçamento e Plano de Actividades como uma prioridade a intervenção nessas áreas? -----

----- Disse, ainda, que não estavam contra a reabilitação, o que diziam era que deveria haver uma comissão de monitorização para acompanhar essa questão das sociedades de reabilitação. Foi isso que disseram e estavam contra por não haver essa comissão. -

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 772/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 25 – PROPOSTA 883/2004 – APROVAR O PLANO DE ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2005, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º. 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **PONTO 26 – PROPOSTA 883/2004 – APROVAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2005, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º. 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 883/2004 -----

----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2005/08 -----

----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2005 -----

----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro(POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Submeter à aprovação Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2005-2008 e o Orçamento para 2004.” -----

----- (Os documentos constantes da presente proposta, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Vereador Fontão de Carvalho**, no uso da palavra para apresentação dos documentos, começou por dizer que ia fazer uma breve introdução aos números do Plano de Actividades e do Orçamento para 2005, mas certamente surgiram muitas questões relacionadas com esses dois documentos a que depois responderia. -----

----- Disse, então, que o Orçamento proposto atingia o valor de 821 milhões de euros, cerca de 6% acima do Orçamento inicial de 2004, sendo que as receitas estruturais



atingiam 480 milhões de euros e as despesas estruturais 376 milhões, resultando daí uma poupança estrutural de 104 milhões, que somados às receitas consignadas ao Plano, 340 milhões de euros, totalizava o valor do Plano de Actividades que era no montante de 444 milhões de euros. -----

----- Em termos de receitas, disse que a verba que assumia maior importância era a dos impostos directos, que tinha um valor estimado em 287 milhões de euros, sendo que desses impostos directos as receitas principais eram resultantes do IMI, do IMT e da derrama. Depois, as taxas, multas e outras penalidades atingiam cerca de 53 milhões de euros; a venda de bens e prestação de serviços correntes atingiam cerca de 42 milhões de euros; e as vendas de bens de investimento o montante de 332 milhões de euros. -----

----- Em termos da despesa, disse que se propunha um aumento das despesas com o pessoal de cerca de 5,8%; o não crescimento das despesas com o funcionamento dos serviços, portanto não cresciam entre o Orçamento inicial de 2004 e o Orçamento inicial de 2005; e um crescimento do Plano de Actividades em cerca de 6,7%, passando de 417 milhões de euros para 444 milhões nesta Proposta de Orçamento. ----

----- Relativamente ao Plano de Actividades, disse que, em termos de dotações definidas, as áreas onde se verificavam os maiores investimentos eram: o parque edificado e património; os serviços urbanos, que tinham um aumento de 21%; as infra-estruturas viárias; a cultura, que subia cerca de 54% em relação ao ano anterior; a intervenção social, que tinha um acréscimo de cerca de 68% em relação ao ano anterior; o desporto que tinha um acréscimo de 78,6%; mantendo-se, em termos de dotação total, os valores afectos à reabilitação urbana, portanto em montantes idênticos aos do ano anterior. -----

----- Estes – disse a terminar – eram os principais números do Plano de Actividades e do Orçamentos propostos para 2005, mas ficava à disposição para quaisquer esclarecimentos a questões que lhe desejassem colocar. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

#### ----- **PARECER** -----

----- “Apreciação da Comissão sobre os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa relativos ao Orçamento de 2005. -----

----- A Comissão encontra-se em condições de tecer as seguintes considerações sobre os documentos em apreciação: -----

----- A. Considerando os aspectos técnicos e formais dos documentos em apreciação, a Comissão constata que os mesmos respeitam as normas legais vigentes. -----

----- B. Em termos de cobrança de impostos directos, verifica-se um aumento da receita prevista, em relação ao Orçamento do ano anterior, de 3%, em particular devido aos impostos entretanto abolidos (Contribuição Autárquica uma variação prevista de 0% e Imposto Municipal de Sisa um aumento da receita prevista de 81,8%). Em termos de cobrança de impostos indirectos, constata-se uma redução da receita prevista, em relação ao ano anterior de 8%. -----

----- C. As receitas de capital são essencialmente afectadas pelo aumento previsto de 11,8% nas receitas oriundas de Venda Bens de Investimento, computando um total previsto de € 332.554 (10<sup>3</sup> Euro), em particular a venda de terrenos, com um valor de € 271.847 (10<sup>3</sup> Euro), ou seja um aumento da receita prevista de 40,5%. -----

----- D. Ao nível da receita, em termos agregados, as receitas correntes previstas registam um crescimento de 1,2% em relação ao ano anterior, para 456 milhões de euros, enquanto as receitas de capital previstas crescem 10,9% para os 365 milhões de euros. -----

----- E. Do lado da despesa, a despesa com pessoal, regista um crescimento previsto de 5,8%. -----

----- F. Também do lado da despesa, nas despesas de aquisição de bens e serviços correntes temos um aumento previsto de 6,3%, no valor de € 121.430 (10<sup>3</sup> Euro). -----

----- G. Em despesas de capital, na verba prevista para investimentos, dá-se um aumento na ordem dos 5,6%. As despesas com terrenos previstas ascendem a € 57.739 (10<sup>3</sup> Euro), um aumento substancial comparando com o valor do ano anterior, o qual era € 30.776 (10<sup>3</sup> Euro). As despesas com equipamento de transporte previstas ascendem a € 4.825 (10<sup>3</sup> Euro), comparando com € 3.080 (10<sup>3</sup> Euro) do ano anterior, e as despesas com equipamento previstas cifram-se em € 20.399 (10<sup>3</sup> Euro), comparando com os 23.102 (10<sup>3</sup> Euro) do ano anterior. -----

----- H. Em termos agregados, as despesas correntes previstas registam um aumento de 6.6%, sensivelmente superiores ao crescimento previsto das receitas correntes 1,2%. Contribuem para isso o aumento previsto de despesas com pessoal 5,8% e em particular as transferências correntes com um crescimento previsto de 25,8 % e os subsídios com um crescimento previsto de 147,0%. -----

----- I. Repete-se a sugestão de apresentação de um Balanço e Demonstração de Resultados previsionais relativos ao Orçamento em aprovação, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística da Câmara Municipal. -----

----- J. Reitera-se ainda a recomendação, constante dos seus pareceres dos anos anteriores, no sentido de que, «para melhor apreciação do Plano de Actividades e Orçamento, nos próximos documentos se apresentem comparativamente os dados relativos ao ano anterior». -----

----- K. A Comissão agradece a disponibilidade do Sr. Vereador Fontão de Carvalho e as pertinentes informações prestadas, designadamente no que respeita à dívida de curto prazo da Câmara Municipal. -----

----- L. Após a análise e discussão dos documentos submetidos a apreciação, a Comissão considera que os mesmos estão em condições de serem votados na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- M. O Parecer foi aprovado, por unanimidade, pelos partidos presentes: PSD, PS, CDS/PP, PCP, PPM e BE.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que era chegado um momento importante, do ponto de vista político, para a gestão da cidade, que era a discussão do Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2005, último ano

de mandato e conseqüentemente peças fundamentais para o Executivo viabilizar parte da sua acção. -----

----- Mas era um debate – ver-se-ia como iria decorrer – com algum pré-anúncio de posições de forças políticas, no sentido de rejeição desses documentos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, era importante ter-se presente, a confirmarem-se as declarações que têm visto na comunicação social, esse pré-anúncio de uma oposição, que diria pré-concebida, ou pelo menos aguardar qual a razão de ser com vista ao chumbo de dois documentos estruturantes para a Cidade de Lisboa, nomeadamente por parte daqueles que têm afirmado vezes sem conta que nunca inviabilizariam uma proposta estrutural para cidade, que nunca inviabilizariam um documento de gestão considerado fundamental. Teriam hoje ali a prova dos nove sobre até que ponto teriam falado correctamente ao longo de três anos, e aquilo que justificaria uma hipoteca inversão de posições, por coincidência no ano final do mandato, ano em que haverá acto eleitoral. -----

----- Por conseguinte, aguardava com alguma curiosidade esse posicionamento de quem sempre disse que não inviabilizaria os documentos estruturais para a Cidade de Lisboa. -----

----- Isto num Orçamento que, como sinteticamente, mas de forma lapidar, teve oportunidade de demonstrar o Sr. Vereador das Finanças, num pacote de cerca de 800 milhões de euros havia um acréscimo de 21 milhões e que havia um acréscimo de 4% do Plano de Actividades. Com um crescimento tão reduzido se isso era eleitoralismo, aguardariam então para ver o que seriam os exemplos de um passado recente, porque outros companheiros teriam com certeza oportunidade de demonstrar aquilo que foi a prática em anos passados, em termos de orçamentos apresentados à Assembleia. -----

----- Portanto, quando se previa um aumento de 5 milhões nos serviços urbanos, 7 milhões nas infra-estruturas viárias e 7,5 milhões na cultura, era preciso saber se era contra isso que os Deputados Municipais da oposição pretendiam votar, se era contra isso que pretendiam inviabilizar, colocando uma moratória financeira ao longo de 2005, adiando uma cidade no seu instrumento de repercussão financeira, fazendo-o reportar aos valores de 2004. Se queriam condicionar o Executivo a governar com os valores de 2004, era importante que isso fosse assumido pública e politicamente e fossem retiradas as devidas conseqüências desse acto. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Tal como nos dois últimos anos, o PCP votará contra a Proposta de Orçamento e Plano para 2005, apresentados por esta maioria de direita no Executivo. -----

----- Trata-se de uma postura de coerência, tendo em conta opções e prioridades que não são as nossas e no nosso ponto de vista não interessam à cidade. -----

----- O Plano de Actividades com a introdução do Sr. Presidente, não passa de um documento panfletário e de propaganda eleitoral, cheio de ambigüidades e propostas sem qualquer viabilidade de execução. -----

----- Mais uma vez nos são apresentados dois documentos que quanto a nós, vêm agravar ainda mais a degradada situação que atravessa o Município. -----

----- A exemplo de Orçamentos e Planos anteriores, constatámos que chegamos ao fim de cada ano em que as dotações iniciais, são completamente adulteradas não correspondendo no mínimo ao inicialmente aprovado. -----

----- Em concreto, o nosso sentido de voto fundamenta-se nas seguintes razões: -----

----- - Na actual situação de crescimento acelerado das dívidas municipais de curto prazo do Município; -----

----- - Na previsão orçamental absurda de receitas apresentada; -----

----- - Na proposta de aplicação irracional de muitas das receitas previstas em despesas correntes de índole eleitoralista ou em gastos supérfluos; -----

----- - Na omissão de avultadas despesas decorrentes de compromissos camarários já assumidos; -----

----- - Na relação entre receitas e despesas correntes demasiado arriscada; -----

----- - Nas opções de plano propostas, de onde destacamos, a título de exemplo, a diminuição das despesas de investimento em sectores-chave para a cidade como a Reabilitação Urbana e o Saneamento, por exemplo; -----

----- - Na diminuição das verbas relativas às Transferências de Competências para as Juntas de Freguesias. -----

----- Um outro aspecto de grande importância é a falta de critérios e desigualdades na distribuição das verbas pelas rubricas correspondentes. -----

----- Estas verbas confirmam que os grandes problemas da cidade, como seja o saneamento e a reabilitação urbana, que são diminuídas, apesar de no caso da reabilitação urbana ela ser agora a prioridade maior, enquanto as verbas para actividades de visibilidade e promoção são substancialmente aumentadas. Subsídios, Aquisição de Serviços, Transferências Correntes e o aumento crescente do pessoal em regime de avença. -----

----- A Reabilitação Urbana e todas as questões relativas à habitação merecem-nos um destaque especial. Começamos por referir a forte quebra do investimento previsto em habitações de 2004 para 2005 – menos 40 milhões. São investimentos que dizem respeito não só ao objectivo do plano 01-Reabilitação Urbana mas também ao objectivo 02-Parque Edificado e Património. -----

----- Na Reabilitação Urbana, verificamos que o Plano de Actividades, embora aparentemente cresça face a 2004, se tivermos em conta apenas as dotações totais definidas, uma leitura mais fina do que nos é proposto permite-nos concluir exactamente o contrário no que toca sobretudo ao investimento proposto em habitação. -----

----- Dos 65 milhões propostos na dotação total, 58 milhões são relativos a despesas de investimento, dos quais só 38 milhões são relativos a investimentos em habitações. Lembramos que nas Grandes Opções do Plano 2004-2007, para 2005 estavam previstos investimentos municipais nesta área no valor de 81 milhões de euros, dos quais 55 milhões eram investimentos em habitações. Ou seja, entre as previsões de investimento total para 2005 em Reabilitação Urbana apresentadas aqui o ano passado

e na actual proposta houve um decréscimo de intenções na ordem dos 23 milhões, dos quais 17 milhões foram cortados exactamente no investimento em habitações. -----  
----- E dos 65 milhões propostos, 7 milhões estão por definir, dos quais 6,6 milhões são precisamente em despesas relativas a Reparação e Beneficiação de Habitação. ----  
----- Se tivermos apenas em conta a dotação definida, o que, face às propostas orçamentais de receitas apresentadas, será o mais realista fazer, entre a dotação inicial definida para 2004 e a dotação inicial definida para 2005 houve um decréscimo de 2,7 milhões nesta área, muito embora algumas despesas tenham aumentado. -----  
----- Mais uma vez foi no investimento proposto em habitações que os cortes foram substanciais: menos 3,8 milhões de euros, dos quais menos 2 milhões para a zona de intervenção Alfama/Castelo e 1,5 milhões na área de intervenção Bairro Alto e Bica. -  
----- Se na Reabilitação Urbana estas são as grandes opções apresentadas, na área do Parque Edificado e Património a situação piora bastante. Entre as dotações totais 2004 e 2005 houve um decréscimo de 1,5 milhões de euros, facto aparentemente compreensível. -----  
----- No entanto, mais uma vez, uma análise mais fina dos números permite-nos concluir que o programa Aquisição e Conservação sobe unicamente através de despesas que nada têm a ver quer com investimentos em Aquisição de Habitação ou em Reabilitação ou Beneficiação de Habitação. São as operações de permutas relativas a equipamentos diversos no Alto do Lumiar que compõem este objectivo do Plano. -----  
----- No que toca a Aquisição de Habitação, PER, por exemplo, as dotações definidas decrescem 20 milhões de euros, face a 2004. No que toca a Conservação de Edifícios as dotações definidas para 2005 sofrem um decréscimo de 9 milhões face a 2004, valor quase todo relativo a Grandes Reparações em Bairros Municipais. -----  
----- Efectivamente, se compararmos as dotações definidas para 2005 e para 2004, verificamos que as despesas de investimento em habitação neste objectivo do plano sofrem um decréscimo de 36 milhões. E as dotações a definir são desprezíveis, neste caso. -----  
----- Passemos agora ao Desporto e à Cultura: -----  
----- Não estamos em desacordo que sejam aumentadas estas rubricas, lamentando que só agora em ano eleitoral esta maioria de direita considere tal preocupação, quando afinal desde 2002 que paralisou completamente os Jogos de Lisboa e outros investimentos nesta área. -----  
----- A serem seguidos os mesmos critérios de anos anteriores parecendo que vai melhorar o apoio ao desporto, advínhamos que as verbas poderão ser distribuídas selectivamente em função de critérios eleitoralistas beneficiando apenas grandes clubes em detrimento da maioria das 300 colectividade em actividade em Lisboa. ----  
----- Os números não enganam, se dúvidas tivéssemos, elas dissipavam-se logo com estes números. Dos 6,5 milhões de Euros orçamentados para apoio às colectividades, mais de 5,4 milhões vão para quatro colectividades enquanto que para as cerca de 300 restantes, estão definidos pouco mais de 1,1 milhão de euros. -----

----- Gostaria de realçar dois aspectos que reflectem bem as opções políticas desta maioria. -----

----- Por um lado o espaço público e por outro o saneamento merecem pouco mais de três linhas em cada caso nas Grandes Opções do Plano. Será que vamos continuar com o estado de degradação a que chegou o espaço público? E o saneamento, para quando a despoluição do Tejo e a conclusão das estações de tratamento de águas residuais e a recuperação da rede de esgotos, interrompidas desde o início deste mandato. -----

----- No plano da situação financeira é claro que a dívida a curto prazo a fornecedores de 185 milhões de euros, e em crescimento, podendo atingir 200 milhões no final do ano, representa uma gestão em completo descontrolo. -----

----- Tal problema constitui já um agravamento dos problemas financeiros e sociais a empresas sem grandes reservas e com fraca capacidade de endividamento, pondo em causa muitos postos de trabalho. -----

----- Uma outra questão tem a ver com a resolução da dívida à Parque Expo de mais de 130 milhões de euros, assim como a dívida à SIMTEJO, de mais de 40 milhões de euros, que segundo parece vai ser negociada com a Banca, ficando a Câmara de proceder à respectiva liquidação sem que nada esteja previsto nestes documentos. -----

----- Este Orçamento está bastante inflacionado, como facilmente se depreende, aparecendo na receita 333 milhões como resultado da venda de bens de investimento, e destes são de venda de terrenos no valor de 272 milhões; mais de 110 milhões do que foi previsto para 2004. -----

----- O problema está no exagero desta previsão pela falta de capacidade de execução já demonstrada em 2004 que apenas conseguiu realizar 28% do previsto. -----

----- São terrenos já loteados, dizem-nos. Loteamentos feitos a coberto de aplicações ilegais das leis urbanísticas deste País, dizemos nós. Mas mesmo que muitos destes loteamentos sejam legais, o PCP considera que os terrenos da CML são, não só um património valioso, mas um instrumento fundamental na execução de uma política de urbanismo para a cidade. Não devem ser desbaratados na resolução de problemas de tesouraria do Município. -----

----- Terrenos que não devem servir para resolver problemas de tesouraria criados por esta política despesista e desgovernada. -----

----- Mas como se o fracasso das previsões orçamentais com a receita em anos anteriores não bastasse, para 2005 o Executivo apresenta a maior previsão de receitas de todo o mandato! -----

----- E as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, que têm apenas um aumento de 1,4%, abaixo da inflação esperada, o quer dizer que também para estas autarquias é um orçamento de contenção, enquanto que há mãos largas para algumas instituições. Em 2004 as transferências não realizadas (como é exemplo as verbas para as pequenas reparações em habitações particulares) representam uma falta de respeito pelos compromissos assumidos. -----

----- Estas são apenas algumas das razões principais do nosso sentido de voto, a manter-se esta proposta é evidente que iremos votar contra. -----

----- Esclareço também, que existindo algumas tentativas de pressão e de chantagem quanto à não aprovação destes documentos, a propósito dos vencimentos dos funcionários, colocando em dúvida os seus aumentos. É uma falsidade, estes aumentos decorrem do Orçamento Geral do Estado e não do Orçamento municipal. ---

----- Outra questão é a de transferir o ónus da reprovação destes documentos para a Assembleia Municipal o que é no mínimo falta de seriedade, visto que é da responsabilidade desta maioria a gestão e as políticas que propõe. -----

----- Esta Assembleia no cumprimento das suas responsabilidades é tão legítima quanto a Câmara, porque foi igualmente eleita pelos cidadãos de Lisboa. -----

----- O PCP também não está disponível para negociar reforços avulsos de um ou outro *item* orçamental em troca de uma abstenção. Os documentos apresentados sofrem de graves problemas estruturais que só podem ser resolvidos através de alterações profundas. -----

----- O PCP considera que a aprovação deste orçamento conduziria a um agravamento da actual situação do endividamento de curto prazo. -----

----- Qualquer novo Executivo que venha a ser eleito em Outubro ficaria impossibilitado ao longo de um mandato de fazer novas Opções de Plano, ou seja, de desenvolver a sua política. -----

----- Ficaria apenas limitado à gestão e pagamento das dívidas deixadas pelo actual Executivo. -----

----- Estas são as razões de fundo do voto contra do PCP.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que mais uma vez iniciavam um debate de importância fundamental para a cidade, com uma situação verdadeiramente insólita. O Sr. Presidente da Câmara não estava presente para dar a cara pelo Orçamento, e assistiam, ainda, a uma situação mais caricata que era ser um Vereador eleito por um partido da oposição, que entretanto a meio se transferiu para outro “clube”, que o vinha apresentar à Assembleia. Parecia que a Câmara tinha vergonha do seu próprio Orçamento, para além de isso demonstrar também um profundo desrespeito por parte da parte da maioria, e do Sr. Presidente da Câmara em particular, pela Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, leu o documento que se transcreve:-----

----- “Não é possível iniciarmos a nossa intervenção, em nome do Partido Socialista, sem de imediato traduzirmos a imensa preocupação com que encaramos a situação financeira desta Câmara, uma situação de autêntico descalabro, fruto de uma gestão irresponsavelmente despesista e propagandística levada a cabo pelo então Presidente da Câmara Municipal, Dr. Santana Lopes. -----

----- Com efeito, fazendo jus à fama de que por onde passa as contas ficam desequilibradas, com dívidas assustadoras, a passagem do Dr. Santana Lopes pela nossa autarquia teve, de facto e em matéria de finanças, o efeito de um “tufão devastador”, que arrasou o equilíbrio financeiro da autarquia e que a deixa com níveis de endividamento muito preocupantes. -----

----- Como foi possível esta Câmara, com os senhores a governar, com o Dr. Santana Lopes a presidir e V. Exa. a vice-presidir, ter passado de uma dívida de curto prazo,

isto é – dívida contraída diariamente pela gestão corrente, por serviços já executados, de cerca de 60 milhões de euros herdada em 2001 (quando assumiram o poder) para uma dívida de 185 milhões de euros em Novembro de 2004, calculando-se que no final deste mês atinja os 200 milhões de euros? -----

----- A resposta só pode ser encontrada numa gestão casuística, errática, completamente descontrolada, apenas movida por meros intuits propagandísticos, de promoção de imagem. -----

----- O problema Sr. Presidente é que se não se puser cobro a esta gestão serão as futuras gerações a pagar a irresponsabilidade dos actuais responsáveis municipais. ----

----- O Partido Socialista esperava, sinceramente, que com V. Exa., Sr. Presidente, no comando da gestão municipal este desvario fosse terminado e o bom senso retomado. Infelizmente não é assim. -----

----- Estamos de novo presente perante uma proposta de orçamento que aposta num Despesismo Descontrolado – mais 80% de despesa na “locação de edifícios” (em muitos casos locação desnecessária), mais 21,6% nos encargos com instalações, mais 148% em subsídios, mais 53% em transferências, mais 190,8% nas aquisições de serviço, mais 9% na publicidade directa e mais 34% na rubrica de “outros serviços” – e simultaneamente a esta aposta no despesismo, se apresenta um Empolamento de Receitas irrealista face ao que aconteceu no ano corrente. Para este ano os Srs. previram uma receita de 293 milhões de euros e só realizaram 51 milhões de euros, precisamente porque a grande aposta como fonte de receitas foi, e continua a ser neste Orçamento, a venda de terrenos. Como se não bastasse isso, V. Exas., decidiram omitir nesta proposta orçamental Despesas Obrigatórias como é o caso das decorrentes com o tratamento das águas residuais. -----

----- Estamos perante uma proposta orçamental que gasta onde não deve (apenas por intuits eleitoralistas) e não investe onde devia investir. -----

----- Como é possível que no texto introdutório a este orçamento se dediquem apenas três linhas à requalificação do espaço público? Como é possível dedicarem apenas quatro linhas ao saneamento das águas residuais? Constatamos mais uma vez a grande insensibilidade que esta câmara apresenta nas questões sociais, onde a reinserção é uma área omissa em termos de preocupação e de novo verificamos que para esta maioria Lisboa não tem problemas de segurança. É impossível fazer e pensar pior. ----

----- Sr. Presidente, -----

----- Sras. e Srs. Deputados, -----

----- O Partido Socialista sempre entendeu que – desde que estejam salvaguardados alguns quesitos fundamentais – não se deve privar quem tem responsabilidades governativas e executivas de poder exercê-las com o seu Orçamento. Ao longo deste três anos demos, nesta Assembleia, provas disso mesmo. Nunca inviabilizámos com o nosso voto a vossa proposta orçamental. Naturalmente que fizemos sempre grandes reparos e objecções às prioridades por vós definidas, o ano passado, quando esta tendência para o despesismo e para a gestão errática e casuística se acentuava, colocámos condições muito fortes para o podermos viabilizar – o que aconteceu com



a nossa abstenção – mas não podemos, perante este orçamento concreto ter outra atitude que não seja a de **votarmos contra**. -----

----- E no entanto curioso registar que desta vez V. Exas., também não se preocuparam em tentar obter consensos para a sua viabilização. Provavelmente também porque não estão de boa consciência, uma vez que nem sequer respeitaram o acordo que fizeram com o Partido Socialista para o actual Orçamento. Mas agora, para este Orçamento em discussão, nem sequer foi respeitado o estatuto da oposição, uma vez que não nos foi facultado, e julgo que a nenhuma outra força política da oposição, o projecto do orçamento, o que significa que optaram por uma proposta para ser rejeitada, para assim assumirem uma **estratégia de vitimização**. -----

----- O problema Sr. Presidente, é que os Portugueses em geral e os Lisboaetas em particular já conhecem esses truques e já estão fartos deles. Os Lisboaetas já conhecem a vossa grande incapacidade em realizar obra, em cumprir até com as vossas promessas eleitorais e já não suportam mais a autêntica “obscenidade financeira” que representa insistirem em colocar mais “*outdoors*” de propaganda, como é o caso de este último sobre o Túnel do Marquês, onde têm o desplante de o pôr em vários pontos do IC 19, isto é em pleno território dos municípios da Amadora e Sintra. -----

----- Sr. Presidente, -----

----- Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Perante um Orçamento Irresponsável e Despesista, -----

----- Perante um Orçamento elaborado com fins meramente eleitoralistas, **O PS VOTA CONTA!**” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “O Orçamento que a Câmara Municipal de Lisboa nos apresenta hoje aqui, é uma síntese entre o rigor necessário nas contas da autarquia e a continuação das prioridades definidas desde o início deste mandato. -----

----- Desde logo, permito-me sublinhar a Reabilitação Urbana, grande bandeira desta Câmara, que não é só uma bandeira, é uma concretização como se vê nas ruas de Lisboa. A Reabilitação Urbana cresce 3,8 milhões de euros, mais 6,14%. -----

----- O Património Imobiliário cresce 2,2 milhões de euros, mais 7,2%; a Higiene Urbana cresce 3,4 milhões de euros; as Infra-estruturas Viárias crescem 8,3 milhões de euros; o Trânsito, a Intervenção Social, o Turismo, a Cultura, o Desporto, a Prevenção da Toxicodependência, etc. -----

----- Porventura não serão estes os aumentos que desejaríamos, mas são os aumentos possíveis face à situação financeira. -----

----- Mas este é também um Orçamento de RIGOR: -----

----- As despesas com o Pessoal apenas crescem 5,8%, já contemplando as actualizações salariais e as progressões nas carreiras. Porque não há aumento nas verbas para o funcionamento dos serviços, porque o Plano de Actividades cresce apenas 6,7% face ao inicial de 2004, porque não existem no Plano novas acções que possam ser consideradas de campanha eleitoral. -----

----- O que está é a continuação das políticas e das acções que vêm desde o início deste mandato. -----

----- Este Orçamento contempla ainda os compromissos assumidos no ano de 2004. ---

----- Este não é um Orçamento eleitoralista. Este não é um Orçamento despesista, ao contrário do que querem fazer crer. Mas se queremos falar de eleitoralismo e de despesismo, convém voltar atrás no tempo para fazer a comparação entre o Plano de Actividades do ano 2000 e o Plano de Actividades do ano 2001, ano de eleições autárquicas. E se regressarmos atrás, aos tempos em que a maioria de esquerda governava a cidade, constatamos que o Plano de Actividades de 2000 para 2001 cresce cerca de 19%. Cresceram as despesas correntes de 14,1 milhões de contos para 20,1, são mais 6 milhões de contos, 30 milhões de euros. -----

----- No plano de actividades cresceram as despesas de capital, mais 9 milhões de contos, 45 milhões de euros. O total de crescimento da maioria de esquerda em ano de eleições foi de 75 milhões de euros. Se querem um exemplo de despesismo ou de eleitoralismo, ele está evidente nos números dos vossos mandatos, não é no nosso. ---

----- Relativamente ao suposto empolamento das receitas extraordinárias, eu gostaria de saudar a Câmara por, pela primeira vez, alienar terrenos loteados e com alvará. Isto constitui uma mudança qualitativa que não pode deixar de ser sublinhada neste debate. Quem compra sabe claramente o que pode ou não construir, e a Câmara, ao vender, valoriza os seus terrenos e conseqüentemente obtém mais receitas. -----

----- É, pois, uma política de rentabilização do património municipal e de transparência perante quem compra, o que é uma atitude louvável. -----

----- Senhor Presidente -----

----- Senhores Deputados Municipais -----

----- Perante este documento estruturante na política municipal, o que fazem as oposições? -----

----- Do lado do PCP e do BE não há novidades. É o tradicional voto contra que já conhecemos. -----

----- Do lado do PS a novidade também não é assim tanta. Já há muito que se tinha percebido que o PS pretendia chumbar o Orçamento e Plano nesta Assembleia. A atitude responsável do PS em anos anteriores de viabilizar os orçamentos deu lugar a um comportamento eleitoralista, onde o interesse partidário se sobrepõe ao interesse da cidade. O que importa ao PS agora é tentar bloquear a acção da Câmara para poder chegar à campanha eleitoral e dizer que o Executivo camarário não fez nada. -----

----- Este debate e a votação que irá ocorrer, ontem previamente anunciada na comunicação social, são a prova disso mesmo. -----

----- Mas com ou sem Orçamento e Plano para 2005, a obra desta Câmara é uma realidade, e será cada vez mais evidente à medida que os projectos forem sendo concluídos. -----

----- Mas os lisboetas saberão notar bem a diferença entre aqueles que querem e têm melhorado Lisboa e aqueles que, só por serem oposição, tentam travar a acção deste Executivo ignorando aquilo que são os interesses e as necessidades de Lisboa. -----

----- Senhor Presidente -----

----- Senhores Deputados Municipais -----  
----- Pela nossa parte temos orgulho na obra feita e não tememos a avaliação nas urnas. -----  
----- Como já disse uma vez o Sr. Presidente da Câmara, nós aceitamos ser julgados por aquilo que fizemos, mas em circunstância alguma aceitaremos ser julgados por aquilo que outros não nos deixaram fazer. -----  
----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a primeira nota sobre o Orçamento para 2005 ia para as receitas cuja previsão lhes parecia demasiadamente optimista, senão mesmo exagerada, ou, se quisessem ser rigorosos, poderiam dizer que era irrealista, com uma particularidade bastante singular que residia no peso excessivamente alto que, no acervo das receitas, a venda de imobiliário representava. -----  
----- Por exemplo, num total de receitas de capital no valor de 365 milhões de euros, 91% são provenientes da venda de bens de investimento, e aqui, só a venda de terrenos representava nada mais nada menos que 75% do total da receita de capital prevista. Assim, só com a venda de bens de investimento, a Câmara esperava uma receita, para 2005, superior ao total das receitas de capital previstas no Orçamento de 2004. -----  
----- Por outro lado, com a venda de terrenos, a Câmara esperava receber em 2005 o dobro das receitas que previa receber em 2004, também com a venda de terrenos. -----  
----- Acontecia que já no Orçamento para 2004, a venda de terrenos tinha uma previsão inflacionadíssima, e a mostrá-lo estavam os magros 28% de execução que a Câmara conseguira, até ao momento, no que dizia respeito à venda de terrenos. Ora, se em 2004 a Câmara não conseguira chegar aos 30% de execução dessa rubrica, para 2005, e ao mesmo ritmo, teriam uma execução inferior a 15%, uma vez que o valor previsto para 2005 duplicava relativamente a 2004. Tratava-se portanto de uma previsão irrealista, se não mesmo utópica. -----  
----- Mas para além destas considerações matemáticas, importava salientar que os valores apontados tinham também uma leitura política. E essa leitura passava, forçosamente, pela conclusão de que o Executivo estava a gerir o Município de forma insustentável. Isto é, a forma encontrada pela Câmara para gerir o presente foi hipotecando o futuro. Esse futuro, que os executivos do passado procuraram não comprometer. -----  
----- Era por esse facto, aliás, que hoje a Câmara dispunha desses terrenos. O que acontecia é que ela ao invés de os aproveitar para uma efectiva política de construção da cidade, deles se socorria para resolver problemas de tesouraria criados por um Executivo a quem faltara o tal rasgo, a tal capacidade, a tal imaginação, para conseguir receitas capazes de suportar a sua gestão de forma sustentável. -----  
----- Relativamente à despesa registamos que se destinava, em grande parte, ao pagamento de dívidas de curto prazo. -----  
----- Faltavam, portanto, neste Orçamento despesas estruturantes, faltavam investimentos para o futuro. -----

----- Estavam, assim, perante um Orçamento cujo desfecho era já mais que visível: o agravamento da dívida da Câmara, que rondava, actualmente, os 200 milhões de euros. Com este Orçamento, que atendendo ao grau de execução das receitas deste ano, lhes permitia aferir a distância a que ficariam em 2005 das receitas previstas, iria por esse facto, agravar profundamente as dívidas da Câmara, condicionando ou limitando inclusivamente o trabalho de quem vier a seguir. -----

----- Acrescia, por fim, que continuavam sem encontrar no Plano e no Orçamento, verdadeiras opções estratégicas que procurassem dar resposta aos problemas da cidade e dos cidadãos de Lisboa. “Os Verdes”, portanto, iriam votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento:-----

----- “Contrariamente ao que acontecia em anteriores Vereações da hoje oposição, este Orçamento, embora diga respeito a um ano que culminará em eleições, não é um Orçamento eleitoralista. -----

----- Pelo contrário, é um Orçamento consentâneo com as realidades económicas do País e que pretende dar execução ao programa eleitoral da coligação PSD/PPM a que posteriormente se associou o CDS-PP. -----

----- Globalmente o Orçamento sobe pouco em relação ao do ano anterior. De facto, a subida da economia portuguesa, que se estava a começar a notar lenta mas seguramente, pode ser afectada pelo hiato político desencadeado pelo Presidente da República e que leva a que haja prudência na previsão de receitas e consequentemente das despesas. -----

----- Sectorialmente note-se a preocupação com a Reabilitação Urbana com verbas que permitem a continuação de uma intervenção eficaz num problema de grande amplitude; o reforço da verba para o Turismo a que não é alheio o facto de Lisboa se ter tornado na zona criadora de mais receitas turísticas do Continente e à realização de novos evento de repercussão mundial como o MTV REWORDS; o reforço importantíssimo das destinadas ao Desporto não em acontecimentos efémeros mas na ampliação de infra-estruturas com efeitos de longa duração sobre as futuras gerações; dotação das verbas necessárias para a conclusão do Túnel do Marquês e de outras obras importantes. -----

----- Esperamos, e esta Vereação dá-nos essa garantia, que não haja licenciamentos adjudicações “de boca” como no anterior ano eleitoral, praticados por quem hoje tanto apregoa a transparência. -----

----- Não nos esqueçamos que queremos continuar e os erros que forem cometidos neste ano eleitoral terão que ser pagos por nós. Já basta termos pago os erros dos outros. -----

----- Finalmente, um reparo ao PS, partido que ao longo dos tempos tem recebido imensos convertidos ao seu ideário, tais como Pina Moura, José Sócrates, Vital Moreira, Sousa Franco, e se abespinhava com o facto do Vereador independente, Fontão de Carvalho, ter agora apoiado a maioria. -----

----- Haja coerência.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por se dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia dizendo que queria que ficasse em acta que este debate estava a decorrer de forma ilegal porquanto não estava a ser cumprida uma lei geral de base. Recordou que há cerca de uma ano, no debate de documentos semelhantes, disse ao Dr. Pedro Santana Lopes, Presidente da Câmara – estava a citar a acta dessa reunião – que existia uma lei no País, chamada Lei do Direito de Oposição, que em questões centrais como o Orçamento e o Plano, dizia que as maiorias, fossem do Governo Central, dos Governos Regionais ou das Autarquias, que antes dos documentos serem apresentados aos órgãos executivos deveriam ser consultados todos os partidos da oposição para que fossem ouvidos sobre esses mesmos documentos. -----

----- E porque quanto a este Plano e Orçamento o BE não foi ouvido, desejava que isso ficasse em acta. -----

----- Mas passava a ler os preceitos da lei, que eram explícitos no sentido de que este debate estava ferido de ilegalidade: -----

----- “Estatuto do Direito de Oposição – Lei 24/98, de 26 de Maio. -----

----- Artigo 2º - (conteúdo) -----

----- Entende-se por oposição a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do governo, dos órgãos executivos dos regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.” -----

----- E, se houvesse dúvidas, dizia o artigo 5º, § 3º: -----

----- “Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício das funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sob as propostas de orçamentos e planos de actividade.” -----

----- Dizia ainda o § 10, e requeria à Câmara que esclarecesse a Assembleia quando cumpriu esse parágrafo. -----

----- “Relatórios de Avaliação -----

----- O governo e os órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais, elaboram, até ao final de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente Lei. -----

----- 2 – Estes relatórios são enviados aos titulares dos órgãos da oposição a fim de sobre eles se pronunciarem.” -----

----- O Bloco de Esquerda nunca recebeu qualquer relatório desses. -----

----- “§ 5 – Os relatórios referidos nos números anteriores são publicados no Diário da República, nos jornais oficiais de ambas as regiões autónomas e no diário ou boletim municipal, conforme os casos”. -----

----- Esta é uma Lei da República Portuguesa. -----

----- Perceberam hoje, pela iniciativa do Senhor Primeiro-Ministro de querer receber dois partidos ao mesmo tempo, que este Estatuto do Direito de Oposição devia ser uma coisa muito chata para quem estava no poder. Lamentava ter que o dizer à

Câmara, mas era certo que existia uma Lei aprovada pela Assembleia da República e promulgada pelo Senhor Presidente da República, e porque ainda não estavam no “Estado das bananas”, este Orçamento estava a ser debatido a partir de uma base ilegal porque o BE e os outros partidos não foram consultados e conseqüentemente essa Lei não foi cumprida. -----

----- Disse, depois, que não ia falar do orçamento participativo, que a Assembleia aprovara fazia hoje 33 meses, porque a sua colega de bancada, Deputada Municipal Ana Cruz, iria fazê-lo e iriam apresentar uma Moção sobre essa matéria. Mas, de facto, há 33 meses que a Assembleia Municipal aprovara, por unanimidade, que em Lisboa os cidadãos tivessem uma palavra sobre o Orçamento e sobre os gastos e as receitas da cidade. -----

----- Passando ao Orçamento da Câmara, disse que foi ler as actas, como lhes ensinou o Dr. Pedro Santana Lopes que sempre falava das actas mas nunca as leu, e ia agora lê-las. Faz em Janeiro um ano que o Dr. Pedro Santana Lopes dizia a certa altura do debate: -----

----- “Estamos a discutir o Orçamento da verdade, baixamos algumas rubricas – e em resposta ao Bloco de Esquerda dizia assim – mas gostava de perguntar ao Deputado Municipal Carlos Marques se tinha lido os números. Quem fazia o Orçamento chegava às seguintes conclusões: cinco, seis ou sete anos em que se inscrevem as mesmas verbas e depois nunca são realizadas. Só há um ano se dizia assim: vamos lá deixar os 100.000 contos, vamos ser realistas e vamos pôr este ano 20.000 contos, já que é muito bom se o conseguirmos realizar.” E a sua pergunta era se o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques tinha lido o executado em 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. -----

----- Isso vinha a propósito de estarem a debater um Orçamento que, segundo o Sr. Presidente da Câmara da altura, era um Orçamento de verdade, que tinha que se acabar com os orçamentos inflacionados porque senão depois a taxa de execução era uma coisa completamente ridícula porque não se gastava a maioria do que se orçamentava. -----

----- Mas fazendo parte da Comissão Permanente de Finanças, onde esteve presente o Vereador responsável pelo Pelouro das Finanças, a quem agradecia todas as explicações que lhes deu, e uma dessas informações foi que a taxa de execução nesta altura rondaria vinte e tal por cento, mas que talvez se chegasse aos 40% no fim de Dezembro porque seriam inscritas um conjunto de despesas, como era normal no mês de Dezembro. -----

----- Só que, apesar dessa taxa de execução, nesta altura estavam a apreciar um Orçamento que ainda subia em relação ao do ano anterior, sabendo-se desde já, segundo palavras do Sr. Vereador, que aos 50% de taxa de execução em 2004 não chegariam de certeza. -----

----- Que bem falava o Dr. que foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e que agora era Primeiro-Ministro demissionário! Mas não estavam a falar de palavras, estavam a falar de números e de um Orçamento. -----

----- Portanto, respondia agora como respondeu ao Sr. Presidente da Câmara da altura, Dr. Pedro Santana Lopes, que de facto este continuava a não ser um Orçamento de verdade, não só porque estavam a apresentar um Orçamento que não tinha a ver com a realidade – o que provariam quando discutissem as taxas de execução – como, além disso, muitas das rubricas e muitas das verbas que iam ser gastas na Cidade de Lisboa não passavam pela Assembleia Municipal porque eram ordens da Câmara às suas empresas municipais onde tinha a maioria ou a totalidade do capital para executar. ----

----- Por isso, apenas discutiam uma parte do Orçamento para a Cidade de Lisboa já que a outra parte a Câmara geria-a directamente através dessa teia de empresas municipais que foi criada no País, em relação ao que a ANMP diz que provavelmente chegariam a ter 350 em todo o País no próximo ano. -----

----- Por outro lado, o Orçamento também não era de verdade porque anunciava um princípio com o qual o BE estava completamente de acordo, aliás o Sr. Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, tem dito ultimamente em vários discursos e com esses discursos estavam de acordo, que a prioridade das prioridades não era a construção mas a recuperação da cidade. Estavam de acordo com isso! Inclusivamente, já ali desafiaram uma vez a Câmara se estaria disposta a fazer um acto concreto e objectivo para dar um sinal claro nesta cidade que o problema não era continuar a construir mas era de recuperar, que era fazer uma moratória durante quatro ou cinco anos para que se insistisse decididamente na recuperação da cidade. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa estava disposta a isso? O Dr. Pedro Santana Lopes sempre ali discursara dizendo o que era habitual nele: “Eu só sou Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não mando no Governo, é o Dr. Durão Barroso que manda, nem sequer sou Presidente do PSD”. Mas agora ele era isso tudo e esquecia-se do que ali disse. Aliás, chegou a dizer na Assembleia Municipal que por ele estava a pensar nesse assunto, e por isso a pergunta que agora fazia era se a Câmara Municipal de Lisboa estava disposta a dar esse sinal à cidade, isto é, que a prioridade fundamental era a recuperação da cidade! -----

----- E podiam falar de milhares e milhares de casas! Relembra o número do costume, como haveria de lembrar sempre como lembrara durante muitos anos às anteriores gestões, os números terríveis de barracas que havia em Lisboa, até que um dia se convenceram que era preciso acabar com as barracas e fizeram o PER. É que na Cidade de Lisboa, diziam os números oficiais da Câmara, existiam neste momento 75.000 fogos devolutos, ou seja, 75.000 casas fechadas, 75.000 casas abandonadas, 75.000 habitações que não tinham lá ninguém porque a esmagadora maioria não tinha condições para estar no mercado. -----

----- Como também disseram há um ano que a cidade decrescera, em termos da sua população, cerca de 200.000 habitantes nos últimos 15 anos, pelo que se conseguissem recuperar essas 75.000 casas, num prazo de 10 anos, e as colocassem no mercado a metade do preço ou pelo menos a dois terços do preço do mercado, especialmente para com jovens, para criar cultura para uma cidade nova e jovem, criar novos hábitos, nova segurança, novo convívio, se em cada uma dessas 75.000 casas

passassem a viver duas ou três pessoas, ao fim de dez anos teriam conseguido repopular a cidade com mais de 200.000 pessoas. -----

----- Este era um desafio estratégico que estava colocado. Mas quando no debate sobre o Estado da Cidade falara que para isso eram precisas medidas excepcionais e não medidas de gestão normal, o Sr. Presidente da Câmara respondeu-lhe que na cidade se estava a fazer grande recuperação e que nos últimos dois anos de tinham recuperado cerca de 1.100 habitações. Na altura não lhe respondeu mas queria-lhe dizer agora que fazer a recuperação de 1.100 habitações em dois anos significava cerca de 500 habitações por ano, e como havia 75.000 para recuperar queria dizer que eram precisos 150 anos para se recuperarem todas essas habitações. -----

----- E como ainda por cima havia o fenómeno de aumentarem as casas devolutas, porque quando foi da discussão do primeiro PER, há cerca de 13 anos, havia cerca de 30.000 e agora já havia 75.000, isso significava que a recuperação não conseguia acompanhar o andamento do número de habitações que iam vagando. Portanto, nem recuperando 5.000 habitações por ano conseguiriam recuperar todas essas habitações, e desconfiava que não seria com as sociedades de reabilitação urbana que iriam lá, porque se olhassem para o papel que a EPUL tinha no mercado ficavam esclarecidos como era que essas empresas municipais tinham capacidade de trabalhar. -----

----- Mas, enfim, a Câmara anunciava que era esse o seu objectivo principal. -----

----- E ao Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, como prenda de Natal, gostaria de oferecer uma máquina de calcular porque não sabia como fez as contas que referiu. Sugeria-lhe que pegasse no Plano de 2004 e no Plano de 2005 – investimentos, portanto o que aprovaram no ano passado e o que tinham para votar agora, porque na página 42 via “Plano de Investimento 2005 – 2008, reabilitação da cidade, 171,609 milhões de euros” quando aquilo que aprovaram no ano passado – a direita mais o PS – como se via na página 46 de igual documento, estavam inscritos 240,161 milhões de euros. Ora, se no ano passado estavam cerca de 240 milhões e este ano estavam 171, era óbvio que este ano a verba era inferior 69 milhões o que significava um decréscimo de 28,75%, o que sem dúvida era de considerar para quem dizia que esse era o maior objectivo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E se, ainda por cima, diziam que a taxa de execução provavelmente não chegaria aos 40%, lamentava dizer que estava de acordo com as palavras mas estava contra os factos, estava de acordo contra os números, porque estavam a ver o que se estava a passar na cidade e por essa razão não podiam estar de acordo. E podia continuar com vários outros aspectos, mas não queria ser fastidioso lendo os números todos. -----

----- Por exemplo, poderia falar do investimento na habitação social, porque todos sabiam o estado em que se encontravam alguns enormes bairros sociais que precisavam de um investimento sério e decidido para não entrarem em degradação completa. No Plano que aprovaram o ano passado essa área tinha uma verba, para o período de 2004 – 2007, de 7,4 milhões de euros, enquanto no Plano que agora estava em discussão, para 2005 – 2008, constava apenas a verba de 1 milhão de euros, ou seja 7,4 vezes menos que no ano passado no Plano de Investimentos. -----



----- Naturalmente já sabia que o Sr. Presidente da Câmara, ou os Srs. Vereadores, quando fossem intervir falariam de despesas, pelo menos o anterior Presidente da Câmara era hábil nisso porque quando lhe falava de investimento respondia-lhe falando de despesas. Sabia que havia muitas despesas, mas não estava a falar de despesas! Estava a falar da estrutura da cidade, estrutura essa que significava investir. E onde era que estavam a investir? -----

----- Continuando, disse que e ia referir aquilo que ali tinha dito ao Dr. Pedro Santana Lopes, no primeiro trimestre deste ano, quando apreciaram o Relatório e Contas do ano passado e a sua baixa taxa de execução: que a Câmara apenas tinha cumprido a 100% um objectivo do seu Plano de investimento, concretamente o que dizia respeito à prevenção da toxicoddependência. Isto porque tinha inscrito zero euros nessa rubrica e portanto cumprira-a. -----

----- Agora procurara a verba 2.3 em todo o Plano, que era a rubrica correspondente ao investimento na toxicoddependência, e, de facto, a Câmara no ano de 2005, seguramente, iria também cumprir essa rubrica porque voltava a ter inscrito, para o combate e a prevenção da toxicoddependência, zero euros. E estava zero por uma razão muito simples: porque não queriam cumprir aquilo que o Dr. Pedro Santana Lopes disse na campanha eleitoral, inclusive num debate na televisão perante o candidato do BE à Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Miguel Portas, que estava a favor de que houvesse salas de apoio aos toxicoddependentes. Mas para isso era preciso investir, era preciso criar as salas, ter médicos, etc. Eram precisos locais concretos. -----

----- Disse que sobre essa matéria já discutira com vários Deputados Municipais, nomeadamente com o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, sobre a razão porque no Intendente estavam novamente a aparecer toxicoddependentes, assim como no Casal Ventoso, e a razão era simples: é que continuavam a dar aspirinas. Com certeza que aspirinas teriam que dar para baixar a febre, mas havia o problema de que não bastava baixar a febre, tinham que matar o vírus, tinham que tirar essas pessoas da rua, tinham que as tratar como seres humanos, e isso teria que ser investindo em casas de apoio aos toxicoddependentes de injeção assistida. -----

----- Sabia que isso era muito controverso, principalmente porque a Sra. Vereadora, ao contrário do que disse o então Presidente da Câmara, referiu há algum tempo, na Assembleia Municipal, que enquanto fosse Vereadora nunca haveria uma sala em Lisboa para os toxicoddependentes de injeção assistida. Estava certo, mas a verdade era que o então Presidente da Câmara disse na televisão que estava de acordo. O próprio PSD estava dividido sobre isso, sabiam da posição da JSD sobre o assunto, mas para o BE tratar de questões de segurança na Cidade de Lisboa era muito importante, e uma das medidas fundamentais para grande diminuição do número de assaltos seria tratar os toxicoddependentes. Só que no investimento para três anos, entre 2005 e 2008, estava zero. -----

----- Por fim, disse que a posição do BE era clara. Este Orçamento estava feito na ilegalidade e não no cumprimento da Lei da República; este Orçamento não era de verdade porque o que estavam a apreciar nem sequer correspondia aquilo que se ia gastar; este Orçamento não correspondia às intenções de se recuperar a cidade, e, por

tudo isso, estariam contra porque ele não correspondia às necessidades da Cidade de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- **O Senhor Presidente**, respondendo à parte inicial da intervenção do orador anterior, disse que nestas situações era preciso ter alguma eficácia preventiva e, como era sabido, os Deputados Municipais podiam fazer requerimentos exigindo documentação ou as posições da Câmara que entendessem como adequadas. -----

----- E, para além disso, tiveram três reuniões da Conferência de Representantes para preparar o debate destes pontos, e também aí poderiam ter sido avançadas algumas questões relativamente a essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, disse que a maioria da Assembleia Municipal propunha-se chumbar o Orçamento usando o único poder que tinha para esse efeito. Quem acompanhou hoje as intervenções dos líderes da oposição e quem tem acompanhado as suas declarações nos jornais, sabia que era fundamentalmente por duas razões: a primeira, porque era maioria sendo maioria queria usar essa maioria, o que entendia ser um grande sinal de arrogância política, e, a segunda, era porque a maioria da Assembleia Municipal não queria que a Câmara, no ano de 2005, prosseguisse a sua actividade normal, mas antes que passasse uma ideia de fragilidade política, ou seja, a maioria, no fundo, queria tirar benefícios eleitorais. Esse era um sinal de grande oportunismo político. -----

----- E teriam que ficar ali referenciadas a arrogância e o oportunismo político que estavam nessa atitude da maioria. -----

----- Mais: quem acompanhara as declarações dos líderes da maioria, quer na Assembleia Municipal, quer na comunicação social, apercebia-se que em nenhum momento se notava qualquer preocupação com os efeitos que essa medida iria ter na vida dos lisboetas, como em nenhum momento se pressentia sequer qualquer efeito que esse acto iria ter na vida daqueles que menos podiam, daqueles que eram os mais frágeis, daqueles que eram o elo mais fraco da sociedade. -----

----- E aquilo que hoje ali ia fazer, despido de qualquer camisola partidária mas como membro de uma Assembleia eleita pelo povo, nesta Casa de Lisboa, era alertar para a consciência da maioria, falando, sobretudo, daqueles grupos sociais que eram os mais frágeis, os sectores mais discriminados da sociedade, aqueles que mais iam sofrer com esse acto pernicioso e impensado oportunisticamente pela maioria da Assembleia. -----

----- Mas ia começar por referenciar o uso deficiente. Ao chumbar o Orçamento, a maioria estava a retirar aos programas Escola Aberta que abrangia 43 deficientes; Casa Aberta, que abrangia 47 deficientes; ajudas técnicas, cerca de 15 deficientes; operações/emprego 152 deficientes; apoio a obras, nomeadamente da ACAPO, Liga da Paralisia Cerebral, Deficientes Motores, etc., que abrangiam 1.038 pessoas, estava a retirar 461.000 euros, e aquilo que perguntava à Assembleia, nomeadamente à maioria que pretendia chumbar o Orçamento, era que culpa tinham os deficientes para serem penalizadas por esse acto de oportunismo político. -----

----- Prosseguindo, disse que cerca de 8% das minorias étnicas da Cidade de Lisboa eram constituídas por imigrantes, por estrangeiros, os programas de apoio às obras nas sedes, às actividades, aos centros multiculturais em mais de 40 associações,

abrangiam 47.872 residentes estrangeiros, e ao chumbar este Orçamento a maioria estava a retirar 268.000 euros ao apoio a essas comunidades, pelo que, para avivar a consciência dos Deputados Municipais da maioria da Assembleia, perguntava que culpa carregavam essas minorias étnicas para serem penalizadas por esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Referindo-se a outro sector carenciado da sociedade, porventura o mais carenciado de todos, àqueles que não tinham tecto, os sem-abrigo, disse que nos últimos anos a política nessa área tinha tido avanços significativos. Contudo, havia ainda 1.023 pessoas que continuavam sem abrigo, e ao chumbar este Orçamento a maioria estava a retirar 381.000 euros aos programas de apoio aos sem-abrigo, e perguntava que culpa tinham essas pessoas, na sua maioria entre os 25 e os 34 anos, para serem penalizados por esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Quanto aos toxicodependentes, a que há pouco se referira o Deputado Municipal Carlos Marques, disse que os programas na área da toxicodependência, nas suas diversas valências, nomeadamente da prevenção no âmbito das escolas, que abrangia 6.000 crianças, da redução e minimização de riscos que abrangia cerca de 1.200 toxicodependentes, no caso dos arrumadores 175 toxicodependentes, e também no caso da prevenção da SIDA, portanto abrangendo milhares de pessoas, sobretudo jovens, e ao chumbar este Orçamento a maioria estava a retirar 511.000 euros aos programas de apoio na área da toxicodependência. Por isso perguntava que culpa carregavam esses jovens para serem penalizados por mais esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Outro sector frágil da sociedade! Os jovens, para além dos programas transversais tinham programas específicos, e ao chumbar este Orçamento a maioria iria retirar-lhes 315.000 euros, pelo que perguntava que culpa carregavam esses jovens para serem penalizados por esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Por outro lado, as crianças, a população escolar juvenil, que era composta por 17.073 crianças que frequentavam 99 estabelecimentos de ensino público, dessas, 12.500 tinham apoio em termos de refeições, 1.037 precisavam ainda por cima de apoio alimentar suplementar, 2.300 tinham apoio nos transportes, e porque o parque escolar estava degradado a ponto de neste momento estarem em obra, ou em vias de obra, 97 das 99 escolas, ao chumbarem o Orçamento a maioria da Assembleia retirava 1,2 milhões de euros na rubrica relativa à conservação de escolas, afectando obras em diversas escolas como, por exemplo, os jardins-de-infância das Galinheiras, do Casalinho da Ajuda, e as escolas do 1º ciclo do Beato, a n.º 34 da Musgueira, a n.º 36 dos Olivais, as n.ºs 584 e a 183 de Marvila, a n.º 76 da Charneca, a n.º 91 do Bairro da Cruz Vermelha, a n.º 125 do Bairro da Boavista, portanto predominantemente em sítios onde as pessoas tinham rendimentos mais baixos, onde estavam as pessoas mais pobres da cidade, mas perguntava que culpa carregavam essas crianças para serem penalizadas com esse acto de oportunismo político. -----

----- E também para os idosos, ao chumbar este Orçamento, a maioria da Assembleia estava a inviabilizar os clubes seniores no Lumiar, na Encarnação, em Campo de Ourique e em Alfama, os centros cívicos das Salgadas e do Rato, os centros-de-dia da

Quinta Marquês de Abrantes e do Lumiar e, para que avivasse a consciência da maioria, perguntava que culpa carregavam esses idosos para serem penalizados por esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Os expropriados do Casal Ventoso não eram pessoas ricas, eram pessoas que na sua maioria tinham mais de 65 anos e viviam com grandes dificuldades, pelo que ao chumbar este Orçamento a maioria ia retirar 3 milhões de euros que se destinavam a pagar a 119 famílias expropriadas do Casal Ventoso, pelo que perguntava que culpa tinham esses expropriados para serem penalizados por esse acto de puro oportunismo político.-----

----- Por outro lado, aos deslocados do Bairro da Liberdade, ao chumbar este Orçamento a maioria iria retirar cerca de 6 milhões de euros que se destinavam a cobrir a responsabilidade social com a deslocação de 250 famílias, famílias carenciadas desse bairro emblemático, um bairro pobre de Lisboa, pelo que perguntava que culpa carregavam esses deslocados para serem penalizados por mais esse acto de puro oportunismo político. -----

----- Seguidamente, dirigindo-se aos Deputados Municipais da oposição que, segundo disse, se preparavam para inviabilizar o Orçamento, referiu que desejava fazer um apelo ao bom-senso, um apelo sobretudo à responsabilidade social deles, para que pusessem hoje de parte aquilo que eram as vantagens eleitorais, pusessem de parte aquilo que era a arrogância política e aquilo que era a cegueira política para que todos juntos viabilizassem essa área de intervenção social, tão importante para os mais carenciados da cidade. -----

----- E podia dar um exemplo daquilo que foi uma atitude responsável perante um Orçamento de Estado. Já na perspectiva da dissolução da Assembleia da República, a maioria parlamentar viabilizara o Orçamento porque sabia que a viabilização desse Orçamento era importante, sobretudo, para os aumentos dos funcionários públicos como era também importante para que houvesse a baixa de impostos. Sabia que a baixa de impostos incomodava o PS já que a proposta que apresentara na Assembleia da República era uma proposta de agravamento fiscal, para as famílias sobretudo. -----

----- Sabia que esse Orçamento também afrontava e preocupava o PS, sobretudo porque levantava o véu do sigilo bancário e tinha também a inversão da regra do ónus da prova, e o PSD sabia que isso afrontava o PS. -----

----- E que esse sentido de responsabilidade que deu a maioria parlamentar na Assembleia da República, fizesse escola hoje na Assembleia Municipal para os Deputados Municipais da oposição, porque os Deputados Municipais do PSD, do CDS-PP e do PPM, se fosse preciso interromper a reunião para os Deputados Municipais da maioria se reunirem com os seus líderes e lhes chamarem a atenção deixando falar as suas consciências, estavam disponíveis para isso. -----

----- Mas que não deixassem, sobretudo, que aquele que eram o elo mais fraco da sociedade, aqueles que menos podiam e que mais iriam sofrer com este acto pernicioso, viessem a sofrer as consequências desse acto. -----

----- Apelo às vossas consciências, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ou o Deputado Municipal António Preto era ingénuo, coisa que não acreditava, ou foi à tribuna manifestar-lhes um grande exercício de hipocrisia política. Mas reconhecia-lhe a arte! Normalmente esse papel, até por ausência do Sr. Presidente da Câmara, cabia ao Sr. Vice-Presidente da Câmara nas intervenções finais que costumava fazer na Assembleia. -----

----- Mas o Deputado Municipal António Preto não era ingénuo, sabia muito bem que este Orçamento e as verbas para 2004 se mantinham para 2005. Sabia isso muito bem! A Câmara nem ia funcionar com duodécimos, ia funcionar em 2005 com o mesmo volume global de verbas que gastara em 2004, e igualmente sabia muito bem que a Câmara podia promover – e tinha maioria para tal – as alterações necessárias para poder executar as políticas que entendesse executar. -----

----- O que o PS não podia pactuar era com um Orçamento despesista, um Orçamento que aumentava ainda mais as verbas que gastara até aqui, e, ainda por cima, com a grande hipocrisia, e fazia já uma pergunta: “V. Exa. sabe qual foi a realização orçamental da receita? Sabe quanto previram para 2004 e quanto realizaram?” É que previram a arrecadação de uma receita de 293 milhões de euros e só realizaram 51 milhões. Portanto, o Deputado Municipal António Preto não era ingénuo com certeza e veio-lhes ali fazer uma grande manifestação de hipocrisia política. -----

----- A verdade era que a Cidade de Lisboa, com todos os orçamentos que foram aprovados até ao presente, estava pior do ponto de vista social, e estava infinitamente pior porque a mendicidade se alargou, a toxicodependência alastrara para várias zonas da cidade que até aqui não tinha esses problemas, por exemplo a zona dos Anjos, onde a Câmara teve uma política social cega, uma política que não teve em conta as preocupações dos mais desfavorecidos, fez a política do *show-off*, com certeza este ano iria fazer a tenda de Natal, ainda bem que o faziam, mas o problema era que deveriam olhar todo o ano para os problemas dos mais desfavorecidos da cidade. E perante tudo isso o Deputado Municipal António Preto veio-lhes trazer um tremendo exercício de hipocrisia política, que servia apenas para enganar – e já não conseguia enganar – os mais incautos. -----

----- Que continuassem com esse discurso porque iriam ter uma grande surpresa – não seria para os mais lúcidos com certeza – quando fossem confrontados com as eleições.

----- Sobre a alusão ao Orçamento aprovado pela Assembleia da República, disse que o Deputado Municipal António Preto tem andado distraído, pois foi o Prof. Cavaco Silva que disse que era preciso correr com os políticos incompetentes. -----

----- Em que área é que V. Exa. se coloca? Na área dos políticos competentes, ou na área daqueles que estavam de acordo com as críticas do Prof. Cavaco Silva, perguntou a terminar. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para defesa da honra, referiu que o Deputado Municipal Miguel Coelho disse à Assembleia que o Deputado Municipal António Preto tinha feito uma intervenção, que catalogara da forma que muito bem entendera, dizendo que era isso era hábito ser fosse feito por si na Assembleia. -----

----- Sinceramente julgava que merecia da parte do Deputado Municipal Miguel Coelho mais algum respeito. Mas enganou-se! Enganou-se, mas todos se iam habituando a um Partido Socialista com comportamentos completamente diferentes do que tinha no passado. -----

----- Mas dizia uma coisa: conhecia o Prof. Aníbal Cavaco Silva muito melhor que o Deputado Municipal Miguel Coelho, e tinha a certeza absoluta que se estava a falar dessa maneira, estava a falar de pessoas que fizeram intervenções do género daquela que o Deputado Municipal Miguel Coelho que acabara de fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que com grande consideração e estima que tinha pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, como aliás também tinha pelo Sr. Deputado Municipal António Preto, devia dizer-lhe que não o quis ofender. Quando disse que era o mesmo tipo de intervenção, era naquilo que dizia respeito à habilidade e não naquilo que dizia respeito à hipocrisia política, porque essa deixava-a só para o Deputado Municipal António Preto. -----

----- De qualquer maneira, pelos vistos o Sr. Vice-Presidente ficou incomodado, e portanto não gostara muito da intervenção do Deputado Municipal António Preto, que fez ali uma subtil demarcação da sua própria intervenção, o que registava. -----

----- Quanto ao Prof. Cavaco Silva, disse que não o conhecia a não ser enquanto figura pública, mas a verdade era que depois da sua intervenção, no semanário Expresso, o Senhor Primeiro-Ministro brindara-os com o discurso da criança que tinha acabado de nascer, que não sabia bem se era um nado-morto ou não, e que era tratado a pontapé dentro do seu próprio partido. -----

----- Mas, enfim, admitia que pudesse haver interpretações diferentes e que o PSD estivesse incomodado com esta situação que criara ao País. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que tinha enorme estima e consideração pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, mas quando ele vinha falar em exercício de hipocrisia política, tendo-o por uma pessoa de bem, uma pessoa boa até do ponto de vista dos sentimentos, tinha que lhe dizer que se exercício de hipocrisia política era dar voz àqueles que menos tinham, era lembrar as consequências perniciosas e nefastas para aqueles que eram o elo mais fraco da sociedade, não tinha vergonha que se tivesse entendido a sua intervenção como de hipocrisia política. -----

----- Agora, aquilo que sinceramente não esperava era que a um socialista de formação falar-se daqueles que eram os sectores mais débeis, aqueles que no fundo os trouxeram para a actividade política, causasse tantos engulhos. -----

----- Mas percebia que o Deputado Municipal Miguel Coelho só depois da sua intervenção se tivesse apercebido, eventualmente, das consequências nefastas que tinha apontado, e pudesse estar ali um pouco como São Paulo à espera da sua “Estrada de Damasco”, porque talvez pudesse ser que ainda visse a luz e nessa altura, em vez de chamar hipocrisia política, lhe viesse dar razão. -----

----- Relativamente àquilo que era o Orçamento da Assembleia da República, disse que ainda bem que falaram dele porque era uma boa notícia para o País, e das boas

notícias tinham que falar. E também fazer ali uma diferença: recordava-se o Deputado Municipal Miguel Coelho que na Assembleia da República, o PSD, naquilo que eram os 300 milhões de euros que eram gastos em benefícios fiscais que só beneficiavam 2,6% dos contribuintes, preferiu que a esses PPRs e PPH, de que o Partido Socialista fez uma cruzada no Congresso de Guimarães e que só beneficiava uma elite dos contribuintes, o PSD distribuiu esses 300 milhões de euros pelos seis escalões dos rendimentos e baixou as taxas em quatro desses seis escalões. -----

----- Mas era bom lembrar que na altura o PS votara contra e tinha uma proposta para o agravamento fiscal, era bom que as pessoas soubessem disso, como era também bom que se soubesse que quando foi levantada a regra para que actividade financeira – os bancos – fosse tributada pelo menos em 15% quando efectivamente só pagavam 8%, o PS, na Assembleia da República, também votara contra essa proposta da maioria. E era ainda bom lembrar que quando a maioria propôs que se levantasse o sigilo bancário, o PS também votara contra essa proposta. -----

----- E esse Orçamento da Assembleia da República tinha outras boas notícias para o País, por exemplo, um crescimento de 2,4%, um aumento do investimento público de 11,6%, e tudo isso com a consolidação das contas públicas. -----

----- Sobre a referência ao Prof. Cavaco Silva, disse que não havia ninguém no País que não lhe reconhecesse um mérito de excepção, era porventura a figura pública de referência em Portugal dos últimos 30 anos, e no PSD tinham um enorme orgulho naquilo que foram os dez anos do cavaquismo em Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que com toda a consideração e estima pessoal que tinha pelo Deputado Municipal António Preto, e ele sabia que tinha, hipocrisia era praticar uma coisa e dizer outra, era defender uma coisa e saber-se que era precisamente o seu contrário. -----

----- Portanto, era grande hipocrisia da parte do Deputado Municipal António Preto dizer-se que as crianças, as pessoas com mais dificuldades, as escolas, etc., iam ficar sem verbas porque este Orçamento não era aprovado, quando tinham a verba do Orçamento do ano anterior que podia ser aplicada, e tinham ainda a possibilidade de fazer alterações orçamentais. Por isso, o Deputado Municipal António Preto, quer quisesse, quer não, foi ali fazer uma manifestação de hipocrisia política. -----

----- Mas o Deputado Municipal António Preto sabia que estava a prestar um serviço político ao seu partido, e portanto introduzira ali o debate do Orçamento da Assembleia da República, que já estava aprovado, os portugueses já compreenderam os grandes problemas que o PSD causara ao País, e também assim compreenderam muitas pessoas ilustres do PSD que têm levantado críticas ao Orçamento e, evidentemente, a quem liderava o Governo. -----

----- Foi o caso do Prof. Cavaco Silva, mas pedia desculpar por se ter esquecido de citar o grande guru da política do Deputado Municipal António Preto, que era o caso da Sra. Dra. Manuela Ferreira Leite que também não se eximira em fazer as críticas que deveria fazer ao actual Governo. -----

----- Mas pensava que se era certo que as questões nacionais tinham importância, agora estavam a discutir o Orçamento municipal, e a verdade era que a Câmara lhes estava a apresentar uma Proposta de Orçamento onde investia mais no despesismo, na publicidade, na propaganda e deixava de fazer aquilo que devia fazer que era a recuperação dos edifícios, as políticas sociais e o combate às situações de maior carência que existiam na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, o Deputado Municipal António Preto sabia muito bem, e sabia que ele sabia, que seriam penalizados na altura quando chegasse o momento certo. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, em protesto contra as explicações dadas pelo orador anterior, depois de referir que queria devolver e reafirmar aquilo que disse há pouco quanto à estima e consideração pessoal pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que naquilo que era a definição de hipocrisia não queria ter ido por aí, pensara, sinceramente, que ele não tinha estudado todo o Orçamento, porque a definição de hipocrisia às tantas poderia ser a outra versão, não a do mau estudante mas, ... enfim! -----

----- É que no Orçamento de 2005 estavam previstos para os deslocados do Bairro da Liberdade 6 milhões de euros, enquanto que o Orçamento de 2004 não tinha inscrita essa verba, o que significava que essas pessoas iriam ter menos 6 milhões de euros, e para os expropriados do Casal Ventoso estava disponível uma verba de 3 milhões de euros e no Orçamento de 2004 não havia verba nenhuma para eles. -----

----- Relativamente às crianças e conservação das escolas, no Orçamento para 2005 está previsto mais de 1,2 milhões de euros do que no Orçamento de 2004. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse que o que estava a dizer não era um protesto. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)** respondeu dizendo que tinha também enorme estima e consideração pelo Sr. Presidente, além do mais porque, não sendo da mesma família política, eram ambos transmontanos e essas coisas também contavam para a consideração, mas pretendia dar mais dois ou três números. Sabia que os números afrontavam a oposição, seria uma lição mal estudada ou então seria outro resultado da hipocrisia. -----

----- Por exemplo, para a toxicodependência o Orçamento de 2005 previa mais 511.000 euros, portanto trabalhar com o Orçamento de 2004 era trabalhar com menos essa verba. -----

----- Sabia que o Deputado Municipal Miguel Coelho, lá no fundo, porque era boa pessoa, quando estivesse perante a sua consciência se iria penalizar por este acto. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, pediu ao Deputado Municipal António Preto que parasse com o exercício de demagogia que estava a fazer, porque era tudo muito simples: era convencer a Câmara e o PSD a não gastarem o dinheiro que gastavam nos *outdoors* e na publicidade e o gastassem nessas coisas que disse, através de uma alteração orçamental. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Sr. Presidente da Câmara seguramente não estaria de acordo com o que foi dito pelo Deputado Municipal António Preto, porque



saberia com certeza quais eram os instrumentos para gerir a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Não valia a pena ir à tribuna fazer intervenções como se estivesse na Feira do Relógio a vender: “leve quatro cobertores porque a quem levar estes quatro cobertores dou mais duas canetas, e não paga duas notas, paga apenas uma nota e ainda leva mais uma esferográfica e um balde de plástico”. -----

----- Isso não valia a pena! Teriam que falar de coisas reais e concretas porque estavam a tratar de matérias que tinham a ver com os cidadãos de Lisboa. -----

----- E a pergunta era simples: -----

----- Onde estava o dinheiro no Orçamento para os jovens, para os toxicodependentes, para os sem-abrigo, para as crianças, para as escolas, para o suplemento das refeições, para o Bairro da Liberdade, para o Casal Ventoso, etc., etc. -----

----- E das verbas que estavam para essas áreas todas, ainda nem sequer completaram 20% disso até agora! Bastava que tentassem completar o Orçamento aprovado para 2004, porque ele dava para tudo isso e muito mais na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Cidade de Lisboa ficou hoje a saber que o Deputado Municipal António Preto era um arauto provedor e grande defensor dos jovens, das crianças, dos trabalhadores, dos pensionistas, dos deficientes, enfim, de toda a população, em geral, de Lisboa. -----

----- Mas no que dizia respeito aos jovens, em particular, desejava perguntar-lhe em que medida a eventual não aprovação do Orçamento para 2005 não permitiria cumprir as grandes promessas que a coligação no poder fez a esse tipo de eleitorado. -----

----- Por exemplo, jovens no centro da cidade, uma piscina em cada bairro, residências universitárias, mega-espço jovem, porque era que ao fim de três orçamentos que foram aprovados só este quarto Orçamento não iria permitir que fossem cumpridas essas promessas. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra para responder aos três pedidos de esclarecimento, começou por se referir ao formulado pelo Deputado Municipal Carlos Marques dizendo-lhe que pela forma como utilizou a figura do feirante da Feira do Relógio e pela forma convicta com que desempenhou o papel, ou era um grande actor ou tinha lá passado muitas vezes a desempenhar esse papel. -----

----- Mas dizia-lhe também que não pensava que daquele lado, do lado mais à esquerda, que às vezes se habituavam a confundir com o coração aqueles que menos podiam, que no exercício de retórica tratasse de uma forma tão desprimorosa, de uma forma tão degradante, aqueles indivíduos que, para viver, tinham que fazer a Feira do Relógio. Sinceramente chocara-o profundamente esse exercício de estilo. -----

----- Referindo-se ao pedido de esclarecimento do Deputado Municipal João Pinheiro, disse que percebia um jovem de esquerda que vivia essa ideologia, mas o decorrer dos anos iria mostrar-lhe que, afinal, quem protegia os mais jovens e os sectores mais marginais da sociedade não era a esquerda. É que, de facto, o Deputado Municipal João Pinheiro veio falar de jovens que podiam comprar casa no centro da cidade, que

tinham acesso a uma série de meios culturais, quando ele falara dos outros, daqueles que não tinham acesso a nada disso, daqueles que estavam por exemplo no Programa ECOS, um programa específico para essa juventude que ia ficar com menos 315.000 euros, daqueles que eram toxicodependentes, daqueles que eram os sem-abrigo de que a maior parte se situavam entre os 25 e os 34 anos e que também iam ficar com menos 461.000 euros. Era desses jovens que falara, desse jovens que não tinham uma família por trás, que eram desprezados e às vezes até em discurso em objecto de figuras desprimorosas como foi há pouco pelo Deputado Municipal Carlos Marques. -----

----- Defender os mais fracos não era património da esquerda nem da direita, era um património de todos e foi isso que os fez a seguir a política. E queria crer que estava ali com a mesma convicção e com o mesmo empenho que tinha o Deputado Municipal João Pinheiro. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que nos últimos minutos assistiram a uma cena que lhe parecia que em nada dignificava a Assembleia Municipal. De facto, o tipo de intervenção que foi feita parecia querer fazer dos membros da Assembleia, e demais pessoas presentes, uns mentecaptos que nada entendiam, nada percebiam, enfim, que eram uma cambada de ignorantes. -----

----- Mas o Deputado Municipal António Preto sabia perfeitamente que tudo quanto disse foi pura demagogia e pura retórica. Nada daquilo que disse se aplicava porquanto sabia perfeitamente que mesmo perante qualquer orçamento não aprovado existiam sempre todas as condições legais para o funcionamento de qualquer órgão. Por isso não tinha fundamento esse tipo de retórica colocada neste debate. -----

----- E como o que interessava ao PCP, e não ao PSD pelos vistos, era debater a matéria em apreciação, concretamente o Plano de Actividades e o Orçamento, passava a cingir-se apenas a isso. -----

----- Leu, então, o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “A exposição feita por V. Exa. começa com uma definição importante; -----

----- ‘Transparência e respeito na utilização dos dinheiros públicos, no sentido de melhorar a vida dos lisboetas’. -----

----- Coloca como prioridade para o município a reabilitação urbana. É por aqui que eu quero começar. -----

----- Definiu a Câmara Municipal de Lisboa como estratégia para a cidade, a reabilitação urbana. Então não se cingiu aos bairros históricos. Hoje a Câmara Municipal de Lisboa alargou a reabilitação urbana a toda a cidade e nós podíamos dizer “ainda bem” se não existisse um “mas”. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa considera qualquer intervenção que faça como “reabilitação urbana” e diz que já reabilitou 24.040 fogos, só que não é divulgado qual o tipo de reabilitação que foi efectuada e era bom que fosse dito. -----

----- O que foi recuperado? Fachadas? Coberturas? Portas ou janelas arrançadas? Não basta reparar uma porta e dizer que se fez reabilitação, não basta reparar um algeroz e dizer que se fez reabilitação, não basta recuperar uma fachada e dizer que se fez reabilitação. Bastam todas essas situações para se dizer que se fez reabilitação. -----

----- Porque nós sabemos que a esmagadora maioria da reabilitação que anunciam não vai além da colocação de telas nos edifícios e depois, para tentar mostrar que dezenas de edifícios estão em obras, quando apenas estão colocadas as telas. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa afirma como prioritário, a reabilitação urbana. Nós gostaríamos de saber até onde chega a Reabilitação Urbana. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, na elaboração dos documentos faz um corte de 4%, ou seja, passa 61.492.975,00 euros para 58.268.825,00 euros. Ninguém tem qualquer informação sobre onde se vai desenvolver a reabilitação urbana. Vamos manter intervenção nos eixos principais da cidade, centros históricos, Avenidas Novas? Ou a reabilitação urbana vai alargar-se às freguesias, fora dos corredores viários? -----

----- As freguesias de Ameixoeira, Charneca, Ajuda, Belém, Alcântara, Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais estão incluídas? -----

----- Se estão abrangidas, então foram esquecidas no Plano. -----

----- Sr. Presidente da Câmara -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, anunciou vários projectos e programas para a reabilitação. Um deles é o projecto “Quem Cuida, Ama”, que segundo parece se encontra parado. -----

----- Outros exemplos de alguns programas divulgados: -----

----- “Lisboa a Cores” cujo programa é a pintura de fachadas, com protocolo com Andaimos PERI Tintas CIN e Brisa. Ao que parece nem chegou aos 50% a taxa de recuperação atingida. -----

----- Podemos pois constatar que a reabilitação em Lisboa está longe de ser aquilo que V. Exa. afirma. Assim sendo apetece perguntar-lhe se a reabilitação em Lisboa se reduz apenas à colocação de telas pela cidade. -----

----- Sr. Presidente, Srs. Deputados -----

----- Os documentos apresentados não respondem às necessidades da cidade e da população. -----

----- A reabilitação, segundo chegaram a anunciar, abrangeria bairros municipais. Sr. Presidente a situação é grave, e como tal é de muito mau gosto brincar. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa passou as obras para a GEBALIS, que tem vindo a comportar-se de uma forma profundamente lamentável, não tendo em conta o estado social das pessoas. -----

----- Quando as pessoas ali se dirigem informando sobre as situações em que vivem e solicitando obras, nalguns casos a GEBALIS manda colocar materiais nas habitações, dizendo para serem as pessoas a efectuarem as obras. -----

----- Esta é uma situação abusiva e afrontosa, atendendo a que muitas destas pessoas estão numa situação de desemprego, outras reformadas, sendo urgente travar tais comportamentos por parte da GEBALIS exigindo que assumam a realização das obras e que estas sejam feitas em condições. -----

----- Creio que nenhum dos Senhores Vereadores e Deputados, permitiriam que nas suas casas, caso efectuassem obras, colocassem os azulejos e mosaicos por cima dos velhos, ou que a canalização fosse colocada à vista. Meus senhores as pessoas

merecem ser tratadas com dignidade e aquilo que se vem fazendo é o total desrespeito pelas mesmas. -----

----- Este Orçamento não é um orçamento que venha melhorar os problemas da cidade. Este é um orçamento que visa essencialmente a promoção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sr. Deputado Municipal Rodrigo Melo Gonçalves, V. Exa. falou que a questão da reabilitação urbana tinha sido aumentada. Quero-lhe dizer, como já referi, que no ano passado tinha 61 milhões de euros e este ano tem 58 milhões, ou seja, menos 4,5%. Creio que viu o Orçamento virado de pernas para o ar, não viu, de facto, como devia ser. -----

----- Há uma situação que a maioria da Assembleia Municipal desconhece. A Assembleia deu um exemplo que foi o debate sobre o orçamento participativo, a Câmara Municipal não seguiu o exemplo, mas muitas Juntas de Freguesia da cidade, a partir desse debate do orçamento participativo aqui na Assembleia Municipal, desenvolveram acções de debate com as populações sobre o orçamento que iam elaborar para as suas freguesias, e quero-vos dizer que foi um grande êxito. Tivesse a Câmara Municipal de Lisboa seguido esses exemplos e com certeza não estaria hoje na situação em que se encontra.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam nesta altura a discutir instrumentos importantes para a Cidade de Lisboa, sobretudo para os seus municípios, e como era público e notório existia uma clara maioria no sentido da sua rejeição. -----

----- E essa clara rejeição que se sentia ir acontecer, tinha por base, ao contrário daquilo que ali foi referido pelo Deputado Municipal António Preto, a perfeita e total consciência que era importante que isso acontecesse em prol dos cidadãos de Lisboa, porque era bom clarificar as situações e aquilo que estava em jogo. -----

----- É que, contrariamente ao exercício de demagogia total e plena que foi feito pelo Deputado Municipal António Preto, estavam perfeitamente certos e cientes das razões pelas quais iriam votar contra os dois documentos. Era a preocupação com a gestão da cidade, e a preocupação com a consciência que tinham de que era necessário parar e reflectir! Demonstravam com isso, e queriam assumi-lo, um enorme sentido de responsabilidade, a que faziam um apelo a que a maioria camarária se juntasse, porque era evidente que havia ali uma questão central nos documentos que estavam hoje a analisar. -----

----- Já ali foi referido pelo Deputado Municipal Miguel Coelho que parecia indiciar, pela forma como decorrera a discussão destes documentos em sede de Câmara Municipal, que da parte da maioria não havia uma clara intenção em procurar um consenso que possibilitasse que o Orçamento viesse a ser aprovado. Aliás, diria que a peça de oratória que o Deputado Municipal António Preto ali lhes trouxe confirmava exactamente essa tese. Ou seja, a peça de oratória e de demagogia que o Deputado Municipal António Preto procurara ali fazer consubstanciava-se apenas numa postura que era procurar encontrar ali o ponto da vitimização. -----

----- Mas esse ponto da vitimização não colhia porque todos tinham a perfeita consciência, ainda não lhes foi respondido mas certamente sê-lo-ia pelo Sr. Presidente da Câmara, estavam certos disso, as razões pelas quais estavam em presença, e reiteravam, de um Orçamento tão despesista. -----

----- E porque era um Orçamento despesista e era um exercício de exigência de responsabilidade rejeitar este Orçamento despesista? -----

----- Passava aos factos porque era com factos que as pessoas gostavam de trabalhar e tratar.-----

----- E, nesse aspecto, começava por recordar quando a actual maioria camarária tomou posse, aquilo que foi o alarido com que quisera gritar para o País clamando que tinha encontrado uma situação dramática nas finanças do Município visto que havia uma dívida de curto prazo a fornecedores de 60 milhões de euros. Aqui-del-rei que era o descalabro, aqui-del-rei que era uma herança terrível e dramática e por isso não poderiam fazer nada. -----

----- E por isso hoje perguntavam aos caríssimos senhores da maioria camarária o que é que aconteceu! Para além dos 60 milhões de euros tinham hoje, afirmado e confirmado pelo Vereador Fontão de Carvalho, responsável pelo Pelouro de Finanças, 185 milhões de euros de dívidas, e era evidente que perante este cenário, que era um cenário que indiciava que até ao final do ano certamente essa dívida iria aumentar porque todos sabiam que no final do ano havia sempre tendência para haver um acréscimo de despesa e, portanto, a perspectiva que existia era chegarem ao final do ano com uma dívida na ordem dos 200 milhões de euros. -----

----- Portanto, perante esta situação, importava que analisassem o Orçamento com uma grande dose de responsabilidade. E, nesse sentido, todos estavam à espera que lhes fosse apresentado um orçamento no qual houvesse uma grande contenção e que, quer no plano das receitas, quer no plano das despesas, houvesse uma enorme razoabilidade que permitisse encontrar um ponto de equilíbrio e também chegarem à conclusão que em 2005 iriam ter certamente a despesa que já hoje existia e que não aumentaria o imenso défice que o Município já tinha. -----

----- Mas aquilo que constatavam do Orçamento que foi aprovado em sede de Câmara não era isso! E não era isso porquê? Não era isso porque como já ali foi referido, e bem, podiam constatar que uma das premissas do orçamento das receitas tinha a ver com a venda do património, área que no Orçamento de 2004 tinha cerca de 293 milhões de euros tendo sido realizado apenas 51 milhões, e no actual Orçamento passava para 351 milhões, isto é, havia um enorme acréscimo. -----

----- Ora, tendo consciência daquilo que foi a capacidade de realização da Câmara em 2004, dificilmente conseguiriam conceber que houvesse capacidade para no exercício de 2005 concretizar uma venda de mais 270 milhões de euros em relação a 2004. Esse era, obviamente, um exercício muito difícil e muito complicado. -----

----- Por outro lado, no que respeitava à despesa, poderiam dizer que encontravam no Orçamento uma situação de clara desorçamentação, um tema interessante sobre o qual merecia a pena reflectir. -----

----- E em que era que entendiam que havia uma clara desorçamentação, a raiar até a ilegalidade? Era porque, como todos sabiam, o Município de Lisboa tinha para com a SIMTEJO uma dívida de 41 milhões de euros, dívida essa que resultava de um acordo de viabilidade estabelecido pela actual maioria, portanto pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vereador Fontão de Carvalho, e que estaria a ser renegociada. Bom, mas ela existia e eram 41 milhões! -----

----- E mais: sabiam também que, no âmbito desse acordo de viabilidade, estava subjacente que durante o próximo ano certamente teria que haver uma contrapartida para a prestação de serviços da SIMTEJO, e no Orçamento havia apenas um milhão de euros para pagamentos a essa empresa. Ora, tendo o PS presente que na perspectiva daquilo que era o acordo que existia se gastavam dois milhões mensais na prestação de serviços para com a EMARLIS, era evidente que estavam perante uma diferença substancial de 24 milhões de euros. -----

----- Portanto, era importante que percebessem como era que isso iria ser concretizado. E era óbvio que tendo presente o desequilíbrio desses números, desequilíbrio, por um lado, no que respeitava à receita que manifestamente estava empolada, e, por outro, no que respeitava às despesas pois não estavam perfeitamente inscritas todas as despesas, mesmo aquelas que eram obrigatórias, o PS encontrava ali, pelo seu sentido de responsabilidade, exactamente a exigência de não poder viabilizar este Orçamento. -----

----- Poderiam dizer-lhe, como ali já foi dito pelo Deputado Municipal António Preto, que aquilo que o PS queria era criar instabilidade. Mas era falso, falso, uma total mentira! Aliás como o aludido Deputado Municipal sabia. -----

----- E porquê? Porque, como também já ali foi dito, com a rejeição do Orçamento o Executivo Municipal tinha o dever de, de novo, apresentar uma proposta à Câmara e à Assembleia Municipal para procurar fazer aprovar um novo Orçamento, mas, se isso não vier a acontecer, como todos sabiam existia o Orçamento de 2004 em vigor, com as suas respectivas alterações, que seria aplicado em 2005. -----

----- Aliás, gostaria de confrontar o Deputado Municipal António Preto e o seu panorama dramático que procurara trazer à Assembleia, um quadro mais que negro com o qual procurara ali confrontá-los, com o que tinham vindo a ser as sucessivas afirmações do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Vereador Fontão de Carvalho dizendo que gostariam muito que o Orçamento fosse aprovado mas se não fosse não vinha daí mal ao mundo. Era exactamente isso! Era exactamente isso que tinha que ser dito. -----

----- Por isso dizia que era uma total demagogia. Por acaso o Deputado Municipal António Preto não chegara lá, mas percebeu-se que teve a tentação, tentação que aliás perpassara na reunião de Câmara Municipal, de falar também no pagamento aos funcionários. Já agora poderiam e deveriam se calhar ter chegado a esse ponto, porque era uma preocupação com as pessoas e se calhar deveria ter começado por aí! Aconselharia até ao Deputado Municipal António Preto que era por aí que deveria ter começado, ou seja, deveria ter começado por acusar a oposição de não querer pagar os ordenados aos funcionários Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- É evidente que isso era o absurdo total, a demagogia total, porque todos sabiam que com o Orçamento de 2004 o Executivo podia funcionar. E mais, diriam até que o Executivo podia funcionar melhor porque não havia novas grandes obras, não havia novos grandes desafios que constassem do Plano de Actividades para 2005 e, se não havia, nada melhor do que executar o actual Orçamento de 2004 para fazer aquilo que tinha que ser feito. -----

----- E, a propósito disso, desejava dizer, da parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, que raiava o lamentável aquilo que podiam ler a páginas 13 das Grandes Opções do Plano, no que dizia respeito ao espaço público. O espaço público para a actual maioria merecia o seguinte, citou: “No próximo quadriénio, em conjunto com as Juntas de Freguesia, prevê-se uma maior actuação na recuperação do património municipal, assim como balneários, sanitários e lavadouros públicos que apresentem o estado de conservação mais preocupante”. Era isso o espaço público para a actual maioria municipal! Isso era lamentável, diria até que era uma vergonha, uma tristeza para o Município de Lisboa. -----

----- E era esse o instrumento que queriam que aprovassem?! Não, iam rejeitá-lo exactamente porque ele não merecia passar, não merecia ser aprovado porque Lisboa exigia mais e melhor. -----

----- Falando de segurança, referiu que a folhas 20 e 21 das Grandes Opções do Plano, com o título “Segurança dos Cidadãos” aquilo que lhes era proposto para 2005 era apenas e tão só aquilo que o Regimento de Sapadores Bombeiros se propunha fazer, não havia mais uma única palavra. Havia uma descrição dos projectos que o Regimento tinha para 2005-2008, mas era evidente que questionavam se a segurança em Lisboa era só isso, apenas e só aquilo que o Regimento se propunha fazer! -----

----- Mas que lamentável, que tristeza, que dramático para Lisboa, que dramático para a segurança, que dramático para os cidadãos! Então, onde estavam as esquadras? Onde estavam os policiamentos? Onde estava mais polícia na rua? Onde estava a segurança e a preocupação com as pessoas? Não existia! -----

----- Era por isso que diziam que este era um péssimo Orçamento, era um péssimo Plano de Actividades, e porque era um favor a Lisboa o PS iria votar contra os dois documentos. -----

----- **O Senhor Vereador Fontão de Carvalho**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, depois de agradecer as palavras que o Deputado Municipal Miguel Coelho lhe transmitiu no início da sua intervenção, disse que enquanto responsável pelas Finanças da Câmara Municipal de Lisboa foi sempre ele que apresentara os grandes números do Orçamento e do Plano de Actividades, em cada um dos anos em que os fez. -----

----- Em relação ao direito de audição dos partidos políticos, matéria a que se referiu o Deputado Municipal Carlos Marques, disse que no dia anterior a estarem prontos o Orçamento e o Plano de Actividades, contactara com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntando-lhe se queria que fizesse chegar a cada um dos Grupos Municipais uma versão desses documentos, tendo ficado acordado que lhe faria chegar um exemplar de cada um dos documentos para cada um dos partidos políticos

com assento na Assembleia, que o Sr. Presidente depois os mandaria distribuir. Isso antes dos documentos serem discutidos em Sessão de Câmara, porque mal saíram da Imprensa Municipal foram entregues à Assembleia Municipal. -----

----- Disse, depois, que de todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, apenas foi contactado pelo PCP no sentido de discutir as questões relacionadas com o Plano e com o Orçamento, antes de serem aprovados em Sessão de Câmara. -----

----- Quanto à questão da dívida, disse que foi ali referido que ela seria de 185 milhões de euros agora e de 200 milhões no final do ano, e quanto a isso desejava esclarecer que a dívida de curto prazo da Câmara não era efectivamente de 185 milhões. 185 milhões de euros eram os compromissos que a Câmara assumira mas que ainda não pagara até esta data, o que não significava exactamente dívida. Eram compromissos, uma parte deles não tinha a ver com prestação de serviços nem com a venda de bens, portanto não eram dívidas, e uma parte significativa deles não eram de curto prazo. ---

----- Referiu que o Deputado Municipal Dias Baptista disse que ele fornecera os elementos de que a dívida a curto prazo seria de 185 milhões de euros, mas não era verdade porquanto o que disse foi que os compromissos da Câmara, que tinham a ver com prestações de bens e prestações de serviços, portanto fornecimentos com dívida e facturas conferidas. Por isso, compromissos assumidos pela Câmara, não só no curto prazo mas no médio o longo prazo, eram 185 milhões. -----

----- Acerca das despesas com o funcionamento dos serviços e a acusação de que este Orçamento era despesista, disse que as despesas com o funcionamento da Câmara não aumentavam de um ano para o outro. Isso era um facto, não adiantava estarem ali a discutir sobre ele! No Orçamento de 2004 eram 67.040.000 euros, e no Orçamento para 2005 eram 67.051.000, portanto não havia praticamente acréscimo de um ano para o outro quanto a despesas com o funcionamento dos serviços. -----

----- Por outro lado, também ali foi dito que a Câmara só conseguia estas receitas à custa de bens de investimento, e isso era uma realidade. Como se sabia as câmaras hoje em dia não se podiam endividar, de acordo com as restrições que foram incluídas no Orçamento de Estado, portanto não podiam solicitar financiamentos através de empréstimos e também já não havia mais subsídios porque o Quadro Comunitário de Apoio estava esgotado, todos aqueles que estavam negociados estavam já comprometidos com obras, não havia outros. Ainda na última reunião da Assembleia Municipal tiveram uma discussão quanto à questão das taxas, nomeadamente se elas não deveriam aumentar e até mesmo deviam decrescer. -----

----- Ora se as taxas decresciam, se não se podiam ir buscar financiamentos através de financiamentos e de Fundos Comunitários, só restava Câmara Municipal de Lisboa, como a todas as câmaras do País, financiar-se através da venda de bens de investimento, através da venda de património. -----

----- Acrescentou que o que estava neste momento preparado, em termos de vendas de património – algumas delas até já foram aprovadas pela Assembleia Municipal – eram parcelas de terreno que estavam para ser vendidas há cerca de 8/10 anos pela Câmara, mas que por qualquer razão essas vendas não foram concretizadas. Conseguira-se,



agora, que o processo ficasse concluído, e essa era efectivamente uma garantia de que as receitas extraordinárias se podiam realizar no próximo ano. Elas não foram realizadas em 2004 porque os processos não estavam prontos para proceder à venda, mas iam com certeza absoluta esses bens de investimento ser vendidos no próximo ano, o que dava à Câmara a garantia da realização das receitas extraordinárias previstas no Orçamento. -----

----- Relativamente à taxa de execução financeira, disse que, efectivamente, ela era uma taxa baixa neste momento. Mas a taxa de execução financeira tinha a ver com os pagamentos, e se efectivamente existia uma verba significativa que estava comprometida, tal queria dizer que no final do ano não se iria verificar uma grande taxa de execução financeira, o que não significava que não houvesse uma taxa de execução física que, obviamente, era diferente da taxa de execução financeira. E isso tinha a ver, e podia ser medido, pela quantidade de compromissos que estavam assumidos neste momento e que não foram pagos até ao final do ano. -----

----- Portanto, dizer-se que do Orçamento de 2004 não foram utilizadas as verbas que estavam previstas, isso não era verdade porque elas foram comprometidas, as obras, grande parte delas, estavam a avançar, e o que se passava neste momento é que elas ainda não foram pagas nesta fase. Daí que a taxa de execução financeira fosse mais baixa neste momento, o que não correspondia a uma taxa de execução física. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que seguramente o Sr. Vereador não conhecia a Lei do Direito de Oposição, face ao que foi dito não podia entender de outra forma, e por isso passava a ler o que estava escrito. -----

----- Aliás, este problema não tinha a ver com a Assembleia Municipal, não tinha a ver se a Assembleia era esclarecida ou não nos prazos legais, era uma relação directa entre os executivos e os órgãos representativos dos partidos políticos, sem passar pela Assembleia Municipal. Era através desta lei que hoje o Senhor Primeiro-Ministro, fazendo de forma bem feita ou de forma mal feita, convocara os partidos políticos com assento na Assembleia da República para os ouvir sobre que posição que vai tomar o Governo nas questões europeias. E o Senhor Primeiro-Ministro não telefonou para o Senhor Presidente da Assembleia da República a perguntar se ele queria dar opinião, porque não era isso que estava em causa. Isso era uma relação entre o Governo e a Assembleia da República, tal como havia uma relação entre a Câmara e a Assembleia Municipal. -----

----- Mas, independentemente disso, a lei era explícita e clara ao referir que, citou: ---

----- “Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa imediata pelo exercício das funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas, respectivos orçamentos e planos de actividade. -----

----- 4 – Ao dever da consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 4º. -----

----- N.º 2 – artigo 4º – As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares dos direitos de oposição.” -----

----- Portanto, a Câmara Municipal tinha que dirigir uma carta às Comissões Concelhias do BE, do PCP, do PS e do PEV. Era isso que estava escrito! Não passava pela Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal tinha um papel colectivo para debater as matérias. Tal como o Primeiro-Ministro convocava os partidos da Assembleia da República para lhes dizer qual era a proposta de Orçamento e Plano que tinha para aprovação. -----

----- Recordou que esta era uma discussão antiga, já vinha do tempo do Dr. João Soares, que lhes dizia que não tinham culpa que não tivessem ninguém no Executivo, porque se tivessem no Executivo recebiam os documentos antes da reunião da Assembleia. Mas o problema não era esse, não era de estarem ou não no Executivo, porque mesmo os que estavam no Executivo tinham o direito de serem ouvidos, directamente, por quem representava a Câmara para tratar desse assunto, e a Concelhia do Bloco nunca foi. -----

----- Mas perguntava, ainda, por que era que no fim da lei vinha escrito o seguinte: -----

----- “Os relatórios referidos no número anterior: -----

----- 1º - devem ser enviados à direcção de cada estrutura de oposição; -----

----- 2º - devem ser publicados os relatórios do ano”. -----

----- Como é que foi tratado este relatório de oposição? Devem ser publicados no Boletim Municipal. A pergunta era simples! -----

----- Desde que essa lei existia, 1998, o que era que estava publicado no Boletim Municipal sobre o direito de respeito pela oposição? -----

----- Todos os anos teria que haver um relatório que tinha que ser publicado no Boletim Municipal, e não acontecia isso. Era altura de começarem a cumprir o que diziam as leis da República Portuguesa. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de agradecer ao Sr. Vereador Fontão de Carvalho ter procurado esclarecer a Assembleia, designadamente ter procurado esclarecê-lo a si por algumas incorrecções que tivesse produzido, disse que registara com agrado que relativamente à qualidade das propostas o Sr. Vereador não quisesse entrar por aí porque não era a sua preocupação, mas havia uma nota que não podia deixar de registar, porque lhe parecia fulcral naquilo em que o procurara contrariar. -----

----- Dizia o Sr. Vereador que não existiam propriamente dívidas da Câmara a curto prazo, mas ele teria dito de outra forma: que não existiam dívidas da Câmara, ... -----

----- “Não lhe chame assim, Sr. Vereador, chame-lhe dívidas a fornecedores, e as dívidas a fornecedores somam 185 milhões!” -----

----- Mas passava a ler: -----

----- “Facturas em conferência, 108 milhões; facturas conferidas, 25 milhões; facturas conferidas e imobilizado, 25 milhões, transferências e subsídios, 8 milhões; OTS, 10 milhões; Casal Ventoso, 7 milhões; outros, 2 milhões, total 185 milhões.” -----

----- **O Senhor Vereador Fontão de Carvalho**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por se referir ao pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Dias Baptista dizendo que ele próprio acabara de dar a resposta, é que efectivamente não eram dívidas a fornecedores. Uma parte significativa eram compromissos e não dívidas a fornecedores! Sempre disse que eram compromissos assumidos e não dívidas a fornecedores, e o Deputado Municipal Dias Baptista acabara de ler a relação que estava escrita, não referiu que uma parte não era de curto prazo mas de médio e longo prazo, mas realmente o que o Deputado Municipal Dias Baptista acabara de ler não eram dívidas a fornecedores. -----

----- Era óbvio que se existiam facturas, para além daquelas que estavam em conferência e das conferidas, que essas correspondiam a dívidas a fornecedores, as outras não correspondiam. E era óbvio que as facturas que não estavam conferidas não as podia pagar, só podia fazê-lo depois de conferidas. De qualquer maneira, havia uma parte substancial do que foi lido que não eram dívidas de curto prazo. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Dias Baptista dera também a resposta quando falou há pouco na SIMTEJO, porque, efectivamente, essa empresa podia não ter qualquer pagamento dessa dívida durante o ano de 2005 dependendo das negociações que iam ser feitas no âmbito de um acordo de viabilidade. -----

----- Respondendo ao Deputado Municipal Carlos Marques, disse que o que a lei dizia, e conhecia essa lei, era que os partidos com assento no órgão deliberativo tinham direito a ser ouvidos sobre a proposta de Orçamento e Plano de Actividades, e falou, porque foi interpelado para isso, pelo PCP, tendo prestado os esclarecimentos que lhe foram solicitados, não tendo havido da parte do BE nenhum pedido, nenhuma tentativa sequer do exercício de ser ouvido. Fez chegar os documentos ao BE e não houve nenhuma tentativa da parte do Bloco no sentido de querer ser ouvido em relação a esses documentos. -----

----- Aquilo que vinha na lei não era que tivesse que mandar uma carta para a Concelhia do Bloco de Esquerda, em Lisboa, mas sim que os partidos tinham o direito de ser ouvidos. E foram ouvidos aqueles que tiveram essa iniciativa! -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, disse que depois da intervenção do Sr. Vereador Fontão de Carvalho, não queria deixar de referir a situação em que encontraram a Câmara Municipal quando lá chegaram. -----

----- A alguma efervescência na Sala, respondeu que não estava a falar de pessoas mas numa maioria de esquerda que governara a Câmara durante 12 anos, e aquilo que encontraram foi um endividamento da Câmara, entre 1998 e 2003, de 468 milhões de euros. Aquilo que encontraram no DAGAI, que era o Departamento que dava apoio ao Dr. João Soares, anterior Presidente da Câmara, foi um milhão de contos em dívidas, foram 945.000 contos em despesas correntes, foi um Orçamento de 2002 que previa para o DAGAI cerca de 6 milhões de contos. -----

----- Por outro lado, aquilo que encontraram no Gabinete do Casal Ventoso foi o seguinte: 8,8 milhões de contos de passivo, sendo que 7,8 milhões de contos eram de dívida à banca; encontraram obras adjudicadas sem qualquer documento de adjudicação e sem terem qualquer forma de proceder ao pagamento; encontraram

protocolos com inúmeras instituições, por exemplo com o IAC, com quem havia um documento assinado no local pelo então Presidente da Câmara que se comprometia a transferir para a instituição 75.000 contos, e encontraram também escolas sem qualquer documento de adjudicação, escolas que normalmente custavam 200.000 contos algumas adjudicadas por 500.000 contos e uma delas até por 1,3 milhões de contos. -----

----- A um aparte respondeu que correspondia a obra feita sim senhor, mas já pagaram daquilo que herdaram, para cumprir os compromissos assumidos, 100 milhões de euros. E era evidente que para assumirem esses pagamentos não podiam assumir as obras próprias porque estando cabimentadas não tinham verba para poder pagar. -----

----- O que estavam ali a propor vender hoje não era gato por lebre, não era enganar ninguém. Conseguiram fazer loteamentos e tinham 232.000 m2 de terreno prontos a vender e quem comprasse sabia que podia edificar. Eram terrenos que estavam preparados para venda há cerca de 10 anos, mas que normalmente eram vendidos ao desbarato. Agora não, eram vendidos com rigor! -----

----- Por isso, independentemente de tudo aquilo que já ali disseram relativamente às áreas sociais, era efectivamente um grande prejuízo para aqueles que mais precisavam na Cidade de Lisboa, bastava analisar os números de 2004 e de 2005 para verem que aqueles que mais precisavam ficavam altamente prejudicados. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Carlos Marques, disse-lhe que era bom que consultasse o Orçamento porque sempre houve verba para a prevenção da toxicodependência. Aliás, em termos de prevenção da toxicodependência a Câmara estava a fazer um trabalho tal na Cidade de Lisboa, que foi considerado pelo INA como o melhor trabalho e estava a ser seguido como modelo por todas as câmaras municipais do País. Portanto, eram dados do INA e não da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em termos patrimoniais disse que importava referir que para o eixo Norte/Sul estavam previstos 3 milhões de euros para expropriações. Nessa zona da cidade, no sentido Sul/Norte, passavam por hora 5.400 veículos e um total diário de 65.000, e no sentido inverso os dados era basicamente os mesmos. Para a radial de Benfica também tinham previstos 600.000 euros para continuar as expropriações para que essa radial pudesse ser finalizada, e para a Rua do Cruzeiro/Rio Seco tinham previstos 4 milhões de euros porque inviabilizaram neste momento as obras que estavam em curso e prejudicaram também o início das obras dos eixos viários que estavam previstos daquela zona para a Ajuda. E também para o Plano de Urbanização do Vale de Chelas estava previsto 1 milhão de euros, portanto estavam a inviabilizar a ligação das Olaias à Praça Paiva Couceiro e à Central de Chelas. -----

----- Portanto, a oposição estava a inviabilizar muita coisa ao não permitir que a Câmara pudesse prosseguir com os seus objectivos, aqueles objectivos que traçara e com os quais se comprometeu com o seu eleitorado. -----

----- **O Senhor Vereador Vasco Franco**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que não costumava usar este mecanismo, mas havia momentos em que não era possível deixar de o fazer. -----

----- Disse que a Sra. Vereadora falara da dívida que encontrou, dívida essa que, como sabiam, era da sua responsabilidade. Foi uma dívida contraída, por unanimidade, durante os mandatos da coligação anterior para acabar com as barracas. Foi uma dívida a 25 anos, quase sem juros, e pretendia a Sra. Vereadora comparar essa dívida de quatrocentos e tal milhões de euros, com uma dívida que já ia quase em 200 milhões, sem que soubessem bem para quê e contraída durante 3 anos. -----

----- E dizia o Sr. Vereador Fontão de Carvalho que não era de curto prazo, porque aquilo que era a factura que todos os meses chegava à Câmara para pagar os custos com o tratamento das águas residuais, ia para as facturas não conferidas se calhar, porque era para pagar os que viessem no próximo mandato. -----

----- Disse, ainda, que a Sra. Vereadora referiu que encontrou casas por pagar na Ameixoeira, mas foram essas casas que ela própria foi entregar com foguetório. Já agora não queria pagá-las! -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para dar explicações, disse que o Sr. Vereador devia estar enganado e a misturar tempos e datas, porque, como sabia, esses fogos foram entregues pela anterior maioria durante o período eleitoral. -----

----- Portanto, não foi a actual Câmara que os entregou, foi a anterior que o fez com foguetório, mas era esta Câmara que os estava a pagar. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra para defesa da honra, disse que foi Presidente da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL e tem-se remetido ao silêncio, como lhe competia aliás, só quando entendia que a honra era posta em causa entendia falar. E já várias vezes sobre as escolas e alguns equipamentos que na EPUL teve a honra de executar, ouviu falar veladamente dessas heranças das escolas de um milhão e tal de contos. -----

----- Sabia que a Sra. Vereadora se referia à escola do Alto da Faia, mas queria dizer-lhe que foi Presidente de uma empresa que era de urbanização, não de construção só de habitação, e urbanizar não era só fazer prédios para as pessoas habitar e lojas, era também preciso fazer equipamentos. -----

----- E o único equipamento – e era em relação a isso que agora queria defender a sua honra por um passado de que tinha orgulho – que exigira à anterior Câmara, por escrito, foi o campo de futebol do Bairro da Boavista, e foi aprovada em Câmara uma proposta para a EPUL construir o campo que depois a actual Câmara herdara quase feito e que ainda hoje não conseguia pôr a funcionar como devia ser. Ele próprio fez ali três intervenções para o conseguirem pôr a funcionar, mas começou mal e continuava a funcionar mal. -----

----- Mas depois, quanto às escolas, sabia que a Câmara poderia ter interesse nelas, mas não precisou que a Câmara as encomendasse para as executar, porque quantas mais escolas a EPUL fizesse mais vendia aos privados. Na altura tinha oito pedidos de privados para escolas em Lisboa, designadamente em Telheiras. -----

----- De maneira que foi colocado assim o problema na altura à Câmara: a EPUL construía as escolas, a Câmara se estivesse interessada comprava-as, se não estivesse a

EPUL vendia-as de um dia para o outro, fazendo os respectivos concursos, como era óbvio, porque sempre venderam tudo através de concursos. -----

----- Entretanto, a actual Câmara ganhara as eleições e decidira comprar as escolas. Agora se a EPUL vendeu por um milhão e tal de contos, isso poderia ser um mau negócio para a Câmara e um bom negócio para a EPUL, não discutia isso, mas veladamente o que ali se pôs em causa era que ele teria feito fretes à então Câmara Municipal. E de facto não fez nenhuns, era Presidente de uma empresa de urbanização e tinha o compromisso de fazer urbanização, de fazer cidade. -----

----- Portanto, uma vez por todas era preciso que se chamassem as coisas pelo nome. Orgulhava-se da escola de Telheiras e achava vergonhoso que logo no primeiro ano de mandato desta Câmara se tivesse dito: “esta escola é a melhor do País, que vergonha terem feito isto, custa tanto dinheiro!”. -----

----- Era como a Biblioteca de Telheiras. Se a Câmara não a quisesse, com aquele auditório e aquele equipamento, era comprada por privados em concurso, tinham quem estivesse interessado, mas, obviamente, a Câmara tinha o privilégio da venda, como teve. Certamente nenhuma Câmara rejeitaria aquela escola e aquela biblioteca! --

----- Terminou dizendo que quem dera que a cidade continuasse a fazer – e não tem visto isso – equipamentos com qualidade, porque gostava que em vez de veladamente se falar na pesada herança recebida, o Executivo municipal e as empresas públicas deixassem pesadas heranças de qualidade. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para dar explicações, disse que estava estupefacta porque não sabia que era a EPUL que definia a política educativa da Câmara Municipal de Lisboa nem os locais onde a Câmara deveria, ou não, adquirir escolas para a Cidade de Lisboa. E também não sabia que a EPUL privilegiava privados em detrimento da Câmara. -----

----- Mas aquilo que disse, e repetia porque tinha documentos que comprovavam isso, era que a escola que foi encomendada, verbalmente, à EPUL era uma escola que normalmente custava meio milhão de contos e esta do Alto da Faia custara à Câmara 1,3 milhões de contos. Perguntava se esse era um valor razoável para uma escola, se esses eram os preços que a EPUL praticava para a Câmara! Se calhar seria para uma grande instituição privada porque era essa, na altura, a função da EPUL contrariamente àquilo que pensava, porquanto entendia que a EPUL, como empresa municipal, deveria privilegiar as encomendas da Câmara fossem nesta ou naquela matéria. -----

----- E ainda em termos de escolas, aquilo que também encontrara, voltando ao Casal Ventoso, foi uma escola, gerida pelo anterior Gabinete de Reconversão, na Rua Pereira da Silva, que tinha sofrido uma intervenção de 200.000 ou 300.000 contos, também uma verba avultada, tinham posto um teto falso, estava tudo arranjadinho, mas tudo aquilo abateu e se não tivesse sido ao fim-de-semana poderia ter sido uma catástrofe para 27 crianças de 8 anos de idade. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que ouviu a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa com toda a atenção e realmente não podia deixar de reagir, em nome da sua bancada, porque era

evidente que procurara fazer ali, de novo também, mais um exercício de demagogia. Aliás, na sequência daquilo que o Deputado Municipal António Preto trouxe à Assembleia Municipal, a Sra. Vereadora, na mesma linha de continuidade, procurara seguir uma total e completa demagogia. -----

----- Isto porque, como já foi referenciado pelo Sr. Vereador Vasco Franco, e bem, era evidente que estavam a falar de realidades completamente diferentes. Era óbvio que do mandato passado esta Câmara encontrara muita obra feita, da qual o PS tinha o máximo orgulho, e, sobretudo, os cidadãos de Lisboa agradeciam muito aquilo que foi feito. -----

----- Respondendo a um aparte, disse: “exactamente, Sra. Vereadora, ganharam as eleições. Ganharam as eleições porque o eleitorado entendeu, e bem, que naquela altura não éramos nós a alternativa. É exactamente isso, está resolvido”. -----

----- Portanto, o exercício que a Sra. Vereadora estava a fazer era completamente demagogo, não tinha qualquer ponto de realidade com o actual, porque a anterior maioria tinha obra da qual se orgulhava, que a actual Câmara, como bem referenciara o Sr. Vereador Vasco Franco, andara a entregar. -----

----- Hoje, não havia obra! Podia dizer que se orgulhavam muito de ir para o IC19 ver as obras de Lisboa, porque hoje elas estavam lá, eram os *outdoors* e dizer: “queriam acabar com o túnel nós vamos concluí-lo.” -----

----- Estas eram as obras que esta Câmara tem feito, essas é que eram as obras que os lisboetas sabiam que a Câmara fazia, e isso é que era lamentável! E, designadamente, a preocupação com o Orçamento era porque uma das rubricas que aumentava era exactamente a que dizia respeito à publicidade. -----

----- O PS queria que a Câmara fizesse obra, mas que fizesse obra com qualidade, obra que desse mais qualidade de vida aos lisboetas. Designadamente falassem do espaço público, daquilo que propunham no Plano de Actividades para essa área; falassem também da segurança dos cidadãos, nomeadamente daquilo que a Câmara se propunha fazer, porque era e Câmara e não o PS que tinha que fazer, infelizmente. ----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, referiu que em relação à toxicodependência tinha dito que havia uma verba grande inscrita para essa área, que até aumentava muito e achava isso positivo, acrescentando então que não servia apenas a aspirina para tirar a febre e que precisavam de atacar o vírus com antibiótico, perguntando, e voltava a perguntar agora, ao nível do investimento para 2005/2008 qual era a verba que estava inscrita para o combate e a prevenção à toxicodependência. -----

----- A pergunta era simples, não encontrara, era zero. Já da outra vez tinha sido zero. Estava a falar do investimento e não da despesa corrente. -----

----- Portanto, a pergunta concreta era se havia alguma verba inscrita no Plano de Investimento para o combate à toxicodependência. -----

----- Disse, depois, que não defendia a gestão anterior porque o BE concorrera contra ela, mas havia coisas em relação às quais era preciso haver um mínimo de senso quando se estava num debate. -----

----- Por exemplo, sobre o problema da dívida desejava colocar três questões: -----

----- Primeira: a dívida tinha que ser considerada da seguinte forma. Pessoalmente não se sentia endividado pelo facto de estar a dever 7.000 contos do andar que comprou, se fosse das suas despesas diárias estaria muito preocupado porque não tinha qualquer capacidade para pagar. Agora, criou uma riqueza, comprou um andar, devia 7.000 contos mas tinha um património. A dívida da Câmara correspondia a riqueza criada ou correspondia a gastos? Ela correspondeu ao aumento do imobilizado ou não? Esta é que era a questão! -----

----- Segunda: quando falavam da dívida antiga, de acordo com os critérios enunciados pelo Sr. Vereador Fontão de Carvalho, estavam a falar de dívida ou de compromissos da Câmara, porque agora, pelos vistos, as dívidas existiam em duas fatias novas, ou em compromissos ou em dívidas. Essa dívida era compromissos ou eram dívidas? Eram facturas que estavam em análise, como agora estavam, ou eram dívidas? -----

----- Terceira: não entendera se o que a Sra. Vereadora disse era uma crítica ao Vereador Fontão de Carvalho, enquanto Vereador da maioria PS/PCP, ou se era uma crítica ao Vereador Fontão de Carvalho enquanto Vereador da maioria PSD/PP, porque era preciso lembrar a Ivone Silva naquela célebre rábula de revista da Olívia patroa e da Olívia empregada, porque sinceramente estava a fazer uma crítica ao Sr. Vereador Fontão de Carvalho e depois foram-no buscar para as Finanças. O BE estava em desacordo com o que aconteceu anteriormente e, portanto, também estava em desacordo com o que acontecia agora. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que a questão que ia colocar à Sra. Vereadora podia traduzir-se num apelo à ética, cuja falta tinha de certa forma inquinado as discussões orçamentais. Uma coisa era falarem de dados objectivos que resultavam dos documentos cuja aprovação a Câmara propunha e que resultavam da discussão tida em Câmara, e que apontavam para 185 milhões de euros de dívida, ou 226 milhões de euros de compromissos já assumidos, incluindo a dívida. -----

----- A Câmara teria que responder contestando esses valores, dizer que não estavam correctos, ou então aceitavam-nos. O que não podia era vir invocar factos nublosos e não demonstráveis, do tipo, “estes valores justificam-se porque no vosso tempo existiram obras não adjudicadas, existiram não sei quantos milhões afectos a não sei a que gabinete”. Por isso, a questão que colocava à Sra. Vereadora era o que fez a Câmara perante esse factos, se era que os tinha encontrado. -----

----- Porque das duas uma: ou os aceitou assumindo-os como uma boa prática de gestão, ou então conformou-se com eles e a partir daí era cúmplice. -----

----- Por acaso denunciara a Sra. Vereadora esses factos às entidades competentes? Ao Tribunal de Contas, à Procuradoria-Geral da República? É que já há em duas discussões destas, há dois anos a esta parte, formulara esta questão, à data Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, mas este argumento continuava a ser recorrentemente utilizado nestas discussões. -----



----- A pergunta que ficava à Sra. Vereadora, portanto, era se se conformou com essas realidades, se é que existiram, ou se fez alguma coisa para apurar a verdade sobre esses factos para os poder utilizar ali com credibilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que a Sra. Vereadora veio fazer a rábula da tanga, que foi a mesma rábula que fez o ex-Presidente da Câmara, Santana Lopes, quando chegou à Câmara, e que mais tarde o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, fez também quando chegou ao Governo com os resultados que se conheciam. -----

----- Disse que o que a Sra. Vereadora comparou, como referiu e muito bem o Sr. Vereador Vasco Franco, uma coisa que não tinha a ver com a outra. Efectivamente, a coligação investiu mais de 1.000 milhões de euros na habitação social, e eram dívidas a longo prazo. Neste momento parecia que só devia 400 milhões de euros a prazo de 20/25 anos, a juro baixo. Portanto, trazer isso à colação era uma mistificação. -----

----- Por outro lado, não lhe parecia que a Câmara tivesse dificuldades de dinheiro nem que estivesse numa situação de tanga, porque de 2002 para 2003 o saldo foi de 100 milhões de euros, portanto verba que transitou porque não foi utilizada. -----

----- E quando se utilizava o eufemismo de que os 185 milhões eram compromissos, perguntava se quando se comprometiam com alguém com algo que tinham que pagar, isso não constituía uma dívida. O que se utilizava aí era um subterfúgio como, por exemplo, em relação à PT que tinha uma dívida acumulada grande e não entanto faziam-se acordos para tornar essa dívida paga ao longo do tempo. -----

----- Portanto, quem iria ficar de tanga seria quem assumisse o novo Executivo, porque, esse sim, é que iria encontrar grandes dificuldades perante o que se estava a passar. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Câmara Municipal de Lisboa não pagou o protocolo da toxicod dependência à sua Junta de Freguesia até ao momento, portanto a Junta estava a financiar a Câmara Municipal de Lisboa desde Janeiro, e eram cerca de 21.000 euros. E porque tinha agora vencimentos e o subsídio de Natal para pagar aos funcionários, perguntava quando era que a Vereação tinha intenção de pagar esse dinheiro à Junta de Freguesia de São Miguel. A Câmara tinha tantos projectos, tinha tanta coisa, “eu também com as calças do meu pai sou um grande homem”. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que dado que a Sra. Vereadora não estava presente, certamente seria melhor dirigir as perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, até porque ele certamente responderia melhor que a Sra. Vereadora. E por uma razão óbvia: é que a Sra. Vereadora sistematicamente lhes fazia não só a rábula como os colocava a todos como pessoas pouco cuidadas ou atentas à vida da cidade, querendo mistificar a realidade e querendo alterar aquilo que eram factos credíveis que ocorreram em Lisboa. -----

----- Relativamente às questões financeiras, disse que se de facto elas foram tão mal tratadas na gestão anterior, a primeira questão que colocava era que demitissem o

Vereador das Finanças, porque na verdade foram buscar o Vereador das Finanças do anterior mandato. -----

----- Perguntou, depois, como era possível que uma Vereadora fosse à tribuna dizer-lhes que ao não votarem o Orçamento estavam a inviabilizar a construção da ligação das Olaias à Praça Paiva Couceiro, quando esse projecto foi acordado e adjudicado há cerca de quatro ou cinco anos e já deveria estar concluído há cerca de dois ou três! Como é que era possível? Mas o que é que se fez ao dinheiro? Desapareceu? -----

----- É que o projecto estava pago, estava negociado e acordado em termos de pagamento com a transferência dos terrenos para a empresa. Portanto, o que é que aconteceu? Desapareceu? Desviou-se o dinheiro de uma obrigação da Câmara para gastar somente no Plano do Vale de Chelas, para outras obras da cidade? Isso era uma tremenda ilegalidade, e, se assim foi feito, seria bom que tal fosse averiguado pelos órgãos competentes. -----

----- Ou então a obra estava paga e a Sra. Vereadora mentira à Assembleia, tal como, aliás, já anteriormente os colocara perante a dúvida da verdade, que foi quando numa das últimas reuniões ele próprio sugerira que a Sra. Vereadora tomasse atenção àquilo que dizia, e que, eventualmente, se não era boa gestora se demitisse, e agora sugeria ao Sr. Presidente da Câmara que ponderasse essa hipótese, porque, de facto, nessa reunião a Sra. Vereadora disse-lhes, em relação à política educativa, que quando chegou à Câmara Municipal de Lisboa cerca de 50% das escolas da cidade estariam a cair, vindo depois a corrigir, na sua segunda intervenção, que o estudo que tinha feito apenas foi efectuado sobre quarenta escolas, o que era um panorama bem distante do parque escolar da cidade. -----

----- Isso queria dizer que a Sra. Vereadora na primeira intervenção teve o objectivo de os confundir e não os munir do rigor do debate que estava a acontecer sobre o plano educativo. -----

----- **O Senhor Presidente**, dirigindo-se à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, disse que não podia deixar de registar a sua ausência num período em que estava a ser alvo de pedidos de esclarecimento. Era a primeira vez que via uma situação dessas na Assembleia Municipal! -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que o Sr. Presidente sabia o elevado respeito que tinha por si e pelas intervenções que fazia na Assembleia, e depois de algumas observações vindas do Plenário, acrescentou que, obviamente, imaginava que o comentário da bancada da esquerda foi justamente no sentido de reconhecer a muita estima e consideração que tinha pelo Sr. Presidente. -----

----- Mas não podia deixar de interpelar a Mesa para perguntar ao Sr. Presidente de que estatuto se arrogava para fazer a apreciação que acabava de fazer à Sra. Vereadora enquanto membro de um órgão executivo. -----

----- O Senhor Presidente é Presidente da Mesa de Assembleia, e tanto quanto sabia o poder de fiscalização da Assembleia não ia ainda ao ponto de que se a Sra. Vereadora se ausentasse da Sala, enfim, por razões que ela entendeu, mas esse comentário que o

Sr. Presidente acabava de fazer parecia-lhe que ia muito além daquilo que era a sua superior missão de direcção dos trabalhos da Assembleia. -----

----- Portanto, pedia que a interpelação fosse entendida nesse sentido, com toda a amizade que tinha pelo Sr. Presidente, mas efectivamente era um reparo a que não estava habituado nesta Assembleia, e noutras em que já tem estado, que, se o Sr. Presidente lhe permitia, o seu antecessor não teria feito. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que considerava, portanto, que o interpelante achava curial que uma Sra. Vereadora que estava a ser objecto de pedidos de esclarecimento, abandona-se a Sala ao terceiro ou quarto pedido, depois de ele ter noticiado que havia outros pedidos de esclarecimento. -----

----- E o que disse foi que não podia deixar de registar que pela primeira vez na sua experiência de autarca – e era autarca de Assembleias Municipais desde 1976 – era a primeira vez que via isso acontecer. De facto não podia deixar de registar. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, interpelando novamente a Mesa, disse que a intervenção da Assembleia Municipal em relação a qualquer pergunta, seria, salvo melhor opinião, dirigida à Câmara Municipal de Lisboa. O Sr. Presidente da Câmara, nos poderes que lhe estavam conferidos, diria, inclusivamente, se queria responder pessoalmente ou se incumbia um Vereador sobre essas matérias. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o interpelante, disse que foi a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que motivara os pedidos de esclarecimento, e não uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)** insistiu dizendo que mantinha aquilo que disse. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por esclarecer que teve que se ausentar da Sala, por dois ou três minutos, por razões de força maior visto que tinha um telefonema urgente para atender, e por esse facto pedia desculpa aos Srs. Deputados Municipais. -----

----- De qualquer maneira não ficaria nenhuma pergunta por responder porque tinha pessoas na Sala que estavam a tomar nota, e portanto também lhe custava de certa forma aceitar essa repreensão, porque entendia que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, podia fiscalizar os trabalhos da Assembleia e dos Srs. Deputados Municipais, mas pensava que não competia ao Sr. Presidente da Mesa fiscalizar o trabalho dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- As questões estavam a ser levantadas, ela oportunamente responderia, também como o Sr. Presidente sabia muitas vezes os Vereadores das respectivas áreas estavam a ser questionados directamente e não estavam na Sala, alguém tomava nota e respondia-se *a posteriori*. -----

----- Mais: muitas vezes vinha ali público levantar questões concretas aos Vereadores, como se sabia o Regimento não permitia sequer que pudessem responder no momento e muitas dessas questões ficavam sem resposta. Muitas vezes queriam responder e o Sr. Presidente não lhes dava a palavra para poderem responder. -----

----- Passando às respostas, disse que muitas das questões ali colocadas tinham pouco a ver com a sua intervenção, eram uma distorção da sua intervenção exactamente para tentarem desviar aquelas questões concretas que ali colocara relativamente à herança que receberam quando chegaram à Câmara Municipal. -----

----- E agora esta última questão, tanto quanto percebia, prendia-se com a transferência de um subsídio para uma Junta de Freguesia. Foi uma questão que não foi aflorada por si, não percebia porque era que vieram colocá-la. Eram transferências que estavam a processar-se com toda a normalidade! -----

----- Sobre a ligação das Olaias à Praça Paiva Couceiro, disse que foi ali dito que era uma obra que estava tratada há cinco anos, e, que soubesse, estavam na Câmara há três anos, pelo que se estava tratada há cinco anos foi no tempo do Deputado Municipal que levantara a questão, pelo que era pena que não tivesse ficado concluída porque estava agora esta Câmara a braços com ela. -----

----- Sobre empréstimos, perguntavam-lhe se empréstimos eram compromissos e davam o exemplo concreto de alguém que pediu 7.000 contos para comprar habitação, e devolvia a pergunta se esse empréstimo não era imediatamente convertido num compromisso para com a banca. Era exactamente aquilo que acontecia na Câmara, quando os empréstimos eram contraídos tornavam-se em compromissos para quem vinha a seguir. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, em protesto contra a intervenção da Sra. Vereadora, disse que tendo a Câmara um Plano de Actividades e um Orçamento, e nesses documentos incluir verbas destinadas a fazer pagamentos às Juntas de Freguesia para as actividades que essas autarquias promoviam em conjunto, ou não, com a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara tinha que honrar esses compromissos. -----

----- Portanto, a Sra. Vereadora, se não sabia ficava a saber que para a Junta de Freguesia de São Miguel, para o Projecto Intervir, que a Sra. Vereadora até disse que foi exemplo, e achava que sim porque era um bom projecto das câmaras municipais, ainda não mandou para a Junta um euro sequer, e era a Junta que estava a suportar o projecto desde Janeiro. -----

----- Mas se a Sra. Vereadora achava que isso não era da sua competência, da dela é que não era, e foi eleita tal qual a Sra. Vereadora. Aliás, ela foi eleita directamente como o Sr. Presidente da Câmara, porque a Sra. Vereadora foi por arrasto. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra para defesa da honra, disse que achava que uma coisa que os devia honrar a todos era responder às coisas correcta e objectivamente, e, acima de tudo, com a certeza daquilo que os outros afirmavam. -----

----- E o que disse – recordou – foi que o Plano do Vale de Chelas foi adjudicado há cerca de cinco/seis anos, não tinha agora a data precisa, era para estar concluído em 2001/2002 e ainda hoje não estava. E era para estar concluído porque todo o processo de adjudicação e pagamento estava incluído no concurso público e na forma como foi adjudicada a obra. -----

----- Agora a Sra. Vereadora veio dizer que a não aprovação do Orçamento para 2005 implicava a não construção da via que fazia a ligação das Olaias à Praça Paiva Couceiro, porque tinha essa incidência directa. Mas isso era falso, porque o projecto pagou-se todo anteriormente em termos de adjudicação. Se a Câmara desviara o dinheiro! Porque a empresa teve que receber, até porque já foram feitos os acertos finais, em termos de preço, na Assembleia Municipal por proposta da Câmara. -----

----- Portanto, era bom que não se fizesse a distorção das coisas porque o Orçamento de 2005 não tinha nada a ver com a ligação à rotunda da Praça Paiva Couceiro, e foi essa a questão que colocou. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder ao protesto e à defesa da honra, disse que ia passar a ler, para que não houvesse mais equívocos, porque a Câmara tinha inscrito um milhão de euros no Orçamento de 2005, no Departamento de Património, que se destinavam ao seguinte: -

----- “À compra de terrenos que são indispensáveis para a construção dos eixos viários que permitirão ligar as Olaias à Praça Paiva Couceiro e à Central de Chelas, indispensável para a requalificação daquela zona”. -----

----- Foi isso que disse, referiu a terminar. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Cruz (BE)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Em Abril de 2002 foi aprovada nesta Assembleia, por unanimidade, uma proposta do Bloco de Esquerda para a implementação do orçamento participativo no Município de Lisboa. Acontece é que 2 anos e 9 meses depois, nada foi feito. E continuamos à espera que a Câmara apresente uma nova proposta, já que rejeitou a proposta vinda da Comissão Eventual para o Orçamento Participativo. -----

----- Penso que não preciso de alongar-me sobre a importância que este instrumento tem na vida da cidade, promovendo a cidadania através da participação dos cidadãos. Os Deputados Municipais que tiveram oportunidade de ir ao Encontro Ibero-americano de Municípios podiam relatar muito bem os múltiplos exemplos de implementação do orçamento participativo na vizinha Espanha e que têm sido uma mais-valia, contrariando as afirmações de que a democracia directa é um entrave ao desenvolvimento das cidades. -----

----- Em Outubro passado, num Colóquio organizado por esta Assembleia, podemos também ouvir outros exemplos, bem como vários argumentos sobre a sua importância, vindos de todos os quadrantes políticos. -----

----- Mas se o discurso é consensual, a prática não o parece ser. Parece-nos incrível que 33 meses depois, ao entrar no último ano de mandato deste Executivo e a discutirmos o último Orçamento, não se tenha avançado nada, o que nos parece demonstrar uma clara oposição à participação dos cidadãos. -----

----- Por isso, o Bloco apresenta uma Moção que censura politicamente a Câmara Municipal pelo adiamento sucessivo de uma nova proposta, e propõe o agendamento, na próxima Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, de um ponto sobre o orçamento participativo para que se votem as moções entradas nos respectivos prazos legais. Pensamos que só assim podemos garantir que na próxima discussão do

Orçamento, em 2005, possamos assistir a uma verdadeira implementação deste mecanismo de participação dos cidadãos.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que estavam hoje a discutir, conforme todos os anos faziam, dois instrumentos importantíssimos para a actividade do Município. A Assembleia Municipal de Lisboa, desde o 25 de Abril, discutiu cerca de 30 documentos deste género, na medida em que todos os anos os discutia. Curiosamente, esta era a primeira vez em que a Assembleia Municipal de Lisboa, independentemente da sua composição, ia chumbar os dois projectos fundamentais para a vida da cidade. A primeira vez em 30 anos! -----

----- Portanto, estavam a viver um momento histórico. Um momento histórico que deveria naturalmente alegrar aqueles que iriam ser os seus protagonistas. E quem iriam ser os protagonistas deste momento histórico? A maioria da Assembleia, ou seja, o PCP, o PEV, o BE e o PS. -----

----- De facto, nomeadamente em relação ao PS o que era que verificavam? Verificavam que o PS dizia que, afinal, o Orçamento e o Plano de Actividades não tinham a mínima importância, não tinham importância porque a Câmara podia viver com eles ou sem eles. Pela primeira vez era ali assumido, por uma força política que se dizia responsável, que estes instrumentos fundamentais da vida de uma autarquia não eram importantes, porque, com eles ou sem eles, a Câmara sobrevivia. -----

----- Mas passava a referir-se aos dois documentos para apontar quais eram as razões que alegava a maioria de esquerda para os chumbar. -----

----- Era um Orçamento despesista, altamente despesista! Disse isso ali, em tom eloquente, o seu prezado amigo e Deputado Municipal do Partido Socialista, Miguel Coelho, e o Deputado Municipal Dias Baptista também. Naturalmente repetindo afirmações igualmente feitas pelos Deputados Municipais do PCP. -----

----- Era um Orçamento despesista quando apenas aumentava em 5,8%? -----

----- Era um Orçamento despesista quando a maioria das rubricas tinham valores sensíveis aos do ano anterior? -----

----- Era um Orçamento despesista porque dizia nomeadamente o Sr. Vereador Vasco Franco, em reunião de Câmara, que só em material de escritório aumentava 80%? Imagine-se, para justificar o seu voto contra, ao pormenor que chegara o Vereador Vasco Franco e outros distintos Deputados Municipais da Assembleia Municipal chegaram! -----

----- Material de escritório! Disse-lhe o Vereador Fontão de Carvalho, e não tinha nenhuma razão para duvidar, que era completamente falso, que era um erro de leitura do Sr. Vereador Vasco Franco. -----

----- Mas diziam também que era um Orçamento que comprometia a Câmara em relação a receitas que não eram realizáveis, nomeadamente em relação a uma experiência do passado. Ou seja, que no passado a Câmara apenas conseguira realizar cerca de 85 milhões de euros com a venda de património, e previa para o próximo ano realizar cerca de 300 milhões. Mas foi ali informado, pelos Srs. Vereadores, que a Câmara, já aprovado pela Assembleia conforme referiu o Sr. Vereador Fontão de Carvalho, – se calhar o PS aprovou distraído, porque se pudesse aprovar para

inviabilizar tinha-o feito – tinha um conjunto enorme de hastas públicas que iriam colocar no mercado, em condições normais, legais e transparentes, esses lotes de terreno para obter receitas para o Município. Foi ali dito, que razões tinham para duvidar? -----

----- No entanto, o BE, o PCP, o PS e o PEV entendiam que isso era uma razão despesista que tornava o Orçamento completamente irrealizável. -----

----- O que era que movia o PS, e agora dirigia-se principalmente ao PS já que dos outros não adivinharia outra atitude. Única e exclusivamente a utilização do momento político que hoje viviam! Agora, o que era curioso, era verificar que esses Srs. Deputados Municipais, eleitos pelo povo de Lisboa, se moviam pelo interesse político deste momento, se moviam pelo interesse político de alguém – e o respectivo partido – que demitiu o actual Governo. -----

----- Mas veja-se: esse alguém, que é o Senhor Presidente da República, que por coincidência também foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, esse alguém, que é o Senhor Presidente da República, também foi responsável pela Cidade de Lisboa, esse alguém, que é o Senhor Presidente da República, também liderou a maioria de esquerda, com todos os partidos que ali estavam representados, desde o BE até ao PS. E esteve na Câmara Municipal de Lisboa seis anos. Não foram três, não foram dois, foram seis anos. E o que fez? E o que fez esse Presidente da Câmara dessa maioria? Que obra notável tinha a Câmara Municipal desse período? O que era que existia de referência? -----

----- Lembravam-se com certeza que quando foi a campanha eleitoral para as legislativas, apareceu o Sr. Presidente da Câmara, nos tempos de antena, com uma maqueta atrás! Sabiam para o que era a maqueta? Era a maqueta do túnel do Campo Grande! Era isso que era a obra do Sr. Presidente da Câmara, era isso que era a obra de seis anos de mandato! -----

----- Mas mais: durante esses seis anos de mandato o que é que se fez? O maior descalabro em várias áreas. No desporto, zero! Não se construiu um pavilhão, não se construiu uma piscina, não se construíra nada. Dinheiro para o fun-gá-gá e guitarrada, e mais nada! Dinheiro para subsídios às colectividades, dinheiro para pagar desmandos de muita gente. Não fizeram uma obra ou se porventura fizeram que dissessem qual: quais foram os pavilhões desportivos que foram construídos, quais foram as piscinas que foram construídas! Não podiam dizê-lo porque foi zero. -----

----- Durante esse período de seis anos – e estava a comparar três anos de mandato da actual maioria – o que é que fizeram na área do planeamento? 21 planos de pormenor, dos quais nenhum foi aprovado! E para é que serviram esses planos de pormenor? Para viabilizar negócios, porque à conta das normas provisórias, por exemplo da Av. da Liberdade, construíram-se muitas das aberrações que lá estavam neste momento. ---

----- Lembra-se, como com certeza se lembrariam os Deputados Municipais que eram desse tempo, que foi feito um plano de pormenor para um pequeno quarteirão da Freguesia da Lapa. E sabiam para quê? Para aprovar a construção da sede social de um banco! Era curioso! Que nunca chegou depois a ser aprovado, porque caducou e só se serviram das normas provisórias. -----

----- Continuando, disse que se falou agora ali na hipótese da Câmara, no próximo ano, vir a realizar meios financeiros através da venda de património. Mas como era que se fazia isso no passado? No passado eram as permutas! Lembravam-se com certeza daquela permuta do túnel da Av. João XXI, que envolvia a cedência de terrenos para a instalação de três postos de abastecimento de combustíveis, um na Av. Gago Coutinho e dois na Segunda Circular, e o então Presidente da Câmara, actual Presidente da República, fez chegar à Assembleia Municipal essa proposta e perante a mobilização feita pelo PSD – e estava presente o Deputado Municipal Athayde de Carvalhosa que na altura era Vereador da Câmara e sabia isso melhor que ele – apareceram alguns representantes de empresas petrolíferas a quem se chamou a atenção para aquele negócio ruinoso para a Câmara. -----

----- Quem estava nesse momento na Assembleia lembrava-se com certeza do ar de ódio e de ameaça do Sr. Presidente da Câmara em relação a essas pessoas, a quem, com ar ameaçador, disse que não se esquecia da cara delas em virtude delas, no período de intervenção do público, terem ido reclamar da negociata que estava a ser feita! E sabiam quanto rendeu mais ao Município a hasta pública que depois foi feita para as gasoleiras? 3,8 milhões de contos! -----

----- Portanto, estavam esclarecidos em relação àquilo que representava a vontade e o interesse, nomeadamente do PS, nesta discussão. -----

----- E não valia a pena responder a esses ataques e a essas pequenas quezílias, que naturalmente iriam continuar, relativamente ao pormenor do A e ao pormenor do B, porque nada disso contava. Não havia nenhum esclarecimento que a Assembleia ou os Srs. Vereadores pudessem dar que satisfizesse a oposição, porque a oposição estava única e exclusivamente a utilizar este momento político. -----

----- A oposição estava a boicotar, e iria continuar a boicotar, a actividade da Câmara Municipal, porque o povo de Lisboa cometeu um grande erro quando não lhes deu a maioria, estavam ressabiados e não podiam suportar isso. A oposição não podia suportar que o povo de Lisboa não tivesse dado a maioria à esquerda em Lisboa, e como não podiam suportar boicotavam. Estavam a boicotar, que assumissem isso, porque ali cada um deveria estar consciente que representava o interesse da cidade, e se representava o interesse da cidade era para a defender e não para servir politicamente outros interesses, fossem do Sr. José Sócrates ou fossem de quem fossem. Ali estavam em Lisboa, e “dai a Lisboa o que é de Lisboa” esquecendo, de uma vez por todas, os outros interesses. -----

----- A terminar, disse que estavam a assistir era uma farsa, uma farsa nomeadamente protagonizada pelo PS. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, começou por dizer que o orador anterior não o ofendia em nada a si, nem ao Bloco de Esquerda, em lhe chamar da UDP, de que foi fundador, e esteve no Fórum, no passado fim-de-semana, a festejar os 30 anos. E com muito orgulho, no meio de muitos erros, de muitas virtudes, continuava a assumir os mesmos ideais, como hoje assume também o BE. -----



----- Em segundo lugar, lembrava-se que a história não era essa, estava nas actas, e era preciso contá-la como devia ser. Não a podiam apagar com borrachas! -----

----- Recordou que era Secretário da Mesa da Assembleia quando esses munícipes se inscreveram para falar no período da intervenção do público, e lembrava-se que ao intervirem começaram por dizer: “eu sou cidadão de Lisboa, ao mesmo tempo sou relações públicas desta gasolneira, e venho aqui protestar porque a Câmara fez um acordo particular com uma gasolneira para construir um túnel, para que essa gasolneira, dando-lhe de facto uma bomba de gasolina, ela pagasse o túnel”. -----

----- Era verdade que a Câmara ganhou muito dinheiro pelo facto dos representantes das várias gasolneiras terem vindo intervir à Assembleia, portanto ainda bem que vieram, e dizia ainda bem que vieram porque foi o dia em que viu o Sr. Presidente da Câmara, da altura, tirar o casaco, irritar-se, e ir à tribuna falar, a sério e não como às vezes com aqueles discursos meios redondos, e dizer que tinha feito esse protocolo porque existia um sindicato das gasolneiras em Lisboa que cada vez que havia um leilão para atribuir um novo alvará, nenhuma gasolneira subia um tostão ao valor que a Câmara apresentava porque tinham um acordo entre elas. -----

----- E se o Deputado Municipal Victor Gonçalves vinha ali perguntar se se lembravam, fazia-lhe uma pergunta muito simples, que o Dr. Jorge Sampaio fez na altura e de que nunca mais se esqueceu: “algum Sr. Deputado Municipal aqui se lembra de algum posto de abastecimento ter mudado da Galp para a Shel ou da BP para a Repsol, e há sempre hastas públicas para alvarás, excepto das bombas do Viaduto Duarte Pacheco porque houve um processo em tribunal por falência?” -----

----- Por outro lado, também por respeito à história era preciso referir-se que o que o Sr. Presidente da Câmara disse foi: “eu não me esqueço das vossas caras, porque neste momento vou assinar que anulo este acordo, vou abrir um leilão, o preço vai ser não sei quanto mais acima, e quero saber se os senhores vão estar no leilão a subir as prestações”. E aí a Câmara ganhou mais 3 milhões de contos. -----

----- Disse, ainda, que não estava a defender o Dr. Jorge Sampaio mas a defender a história, porque tomaria a mesma atitude em relação ao actual Presidente da Câmara se um dia o viessem acusar de coisas que ele não fez. Havia um património histórico que não podiam, a propósito de eleições e de discursos inflamados, alterar. -----

----- A cidade ganhou mais 3 milhões de contos, e ainda bem que vieram esses senhores intervir. -----

----- Por fim, disse que não lhe cabia ali defender a gestão do Dr. Jorge Sampaio, com quem esteve em coligação, mas queria dizer que era extremamente simplista da parte do Deputado Municipal Victor Gonçalves vir dizer que não se fez nada. Sabia que o Deputado Municipal Victor Gonçalves não queria que se dissesse, mas lembrava que se fez uma coisa fundamental que nunca tinha havido: um Plano Director Municipal, como forma de lei para obrigar o capital imobiliário a não poder especular tanto na Cidade de Lisboa. -----

----- **Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que a história era quase como o Deputado Municipal Carlos Marques referiu, mas não era bem assim, a segunda parte era um bocadinho diferente.

De facto, não foi dito assim, foi dito com um ar de cabeça perfeitamente perdida. Aliás, o que acontecia inúmeras vezes com o então Presidente da Câmara, era o feito da pessoa, ele próprio teve o privilégio de, durante quatro anos em que foi Vereador, verificar isso nas reuniões da Câmara, em que atirava os papeis ou ar e dizia que se queria ir embora, que não queria estar ali mais. Mas não só ele, também o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa teve oportunidade de verificar muitas vezes a cabeça perdida do então Presidente da Câmara, quando dizia que se queria ir embora, que não estava para aturar aquilo. -----

----- Portanto, era um comportamento que não era excepcional na personalidade do Sr. Dr. Jorge Sampaio. Mas ele olhava as pessoas com um ar perfeitamente de ódio e dizendo que não se esquecia da cara delas. -----

----- Aliás, a hasta pública subira a três milhões de contos, isso era um facto, e por isso valeu a pena a interpelação feita na Câmara pelos então Vereadores do PSD. Não foi pelos Vereadores do PS nem do PCP, foi pelos Vereadores do PSD que confrontaram e enfrentaram o então Presidente da Câmara perante uma situação em que se notava a olhos vistos que era desfavorável para o Município. E foi essa interpelação que levou a que depois, na Assembleia Municipal, se repetisse o mesmo tipo de raciocínio. -----

----- Por isso, não foi bem assim como disse o Deputado Municipal Carlos Marques. --

----- Disse, ainda, que tinha o máximo respeito e amizade pessoal pelo Sr. Dr. Jorge Sampaio, como tinha também pelo Sr. Dr. João Soares, portanto nada o movia em termos pessoais. Agora, tinha que reconhecer, naturalmente não por culpa dele mas por culpa da então maioria porque enquanto Deputados Municipais e enquanto Vereadores não souberam fazer o serviço bem feito, que aqueles seis anos praticamente resultaram em nada, e gastaram-se milhões e milhões de contos. -----

----- Lembravam-se, com certeza, que isso foi na altura das vacas gordas, mas mesmo assim não se fez nada em termos de obra substantiva. Apenas havia uma coisa que se começou a fazer, à conta do Governo e da continuidade que já se tinha dado no mandato anterior, que foi a habitação social. Confessava que em relação a isso alguma coisa se fez, mas, mesmo assim, – sabia porque estava lá – muito timidamente nos anos iniciais. -----

----- Portanto, a verdade histórica era a verdade histórica, e ela era como o algodão, não enganava. Isto também não enganava, a oposição estava ali não para colaborar na defesa dos interesses da cidade, mas para a prejudicar. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por referir que o Deputado Municipal Victor Gonçalves – tinha que o reconhecer – até ultrapassara o Deputado Municipal António Preto em demagogia na sua intervenção. Ele, aliás, de tão ciumento deveria ter-se ido embora porque não teve a salva de palmas, de pé, que o Deputado Municipal Victor Gonçalves teve. -----

----- E isso era possível, o PSD precisava dum tónico, precisava neste momento que lhe desse ânimo porque as coisas estavam a correr mal. O País olhava para o PSD com desconfiança, os portugueses estavam fartos do PSD, da sua linguagem e das suas atitudes. Tudo isso! -----

----- Disse que não supunha que o Deputado Municipal Victor Gonçalves fosse agora uma espécie de Zé do Telhado, que tirava aos ricos para dar aos pobres, porque o seu discurso, tal como o do Deputado Municipal António Preto, faziam lembrar o discurso do Zé do Telhado. É que tão preocupados com as instituições financeiras, com os bancos e com os pobrezinhos, estavam no poder há alguns anos e o que é que fizeram pelos mais desfavorecidos? O que é que fizeram em relação aos toxicodependentes, em relação aos mendigos, em relação às pessoas que tinham salários em atraso? Nada, nada, nada. -----

----- Mas havia uma coisa que queria dizer, e percebia a grande preocupação do PSD. É que estavam há três anos a governar a Cidade de Lisboa e não tinham obra nenhuma, e então queria levar o PS para a discussão dos seus mandatos, se calhar de até há 20 anos atrás. Como truque isso era capaz de não ser má ideia, mas já estava muito gasto e as pessoas não iam nisso. -----

----- Referiu que não estava ali para discutir a obra do Dr. Jorge Sampaio nem do Dr. João Soares. Ela era enorme, estava à vista, mas já foram julgados! O Dr. Jorge Sampaio ganhou duas eleições à frente da Câmara Municipal de Lisboa, e se foi reconduzido era porque foi avaliado positivamente. -----

----- Mas era bom que voltassem ao que estava em jogo que era o Orçamento para 2005, em relação ao qual a maioria se queria vitimizar. -----

----- Em primeiro lugar, caía pela base todo o discurso de Deputado Municipal Victor Gonçalves como o do Deputado Municipal António Preto, porque o Senhor Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Fontão de Carvalho, a nova aquisição da maioria, disseram, ontem ou anteontem, que não havia drama nenhum se o Orçamento não fosse aprovado porque funcionavam com o Orçamento do ano anterior e com alterações orçamentais. Ora, se eles disseram isso, não percebia agora essa ânsia e essa preocupação da maioria de que estava ali um boicote! Se com isso queriam justificar a obra que não fizeram e não iam conseguir fazer, seria melhor que pensassem numa outra ideia porque se não iriam ter surpresas muito tristes. -----

----- Mas desejava fazer-lhe uma pergunta que tinha a ver com os direitos de oposição e com tudo isto. O Deputado Municipal Victor Gonçalves esteve na oposição durante muitos anos, até foi líder de bancada, quantas vezes votara a favor de um Orçamento proposto pela maioria liderada pelo PS? Votou sempre contra! E alguém lhe disse que estava a boicotar? -----

----- O Deputado Municipal Victor Gonçalves deveria ter um bocadinho de bom-senso, e sabia que ele tinha, até votou nele hoje e não estava arrependido, mas avisava-o que as últimas impressões eram as que ficavam, e esta sua última impressão até nem correspondia à realidade daquilo que ele era. Portanto, foi *show-off*, mas mal feito porque não tinha jeito para isso. -----

----- E fazia-lhe outra pergunta. Quantas vezes, no mandato da actual maioria, o PS viabilizou os orçamentos? Não votou a favor, mas já viabilizaram os orçamentos da maioria por três vezes. -----

----- Perguntou, por fim, que iniciativa tomou a maioria para tentar viabilizar este Orçamento? Se tomaram alguma iniciativa? Se pediram alguma conversa com os

partidos da oposição, como fizeram, e bem, no ano passado, ao PS, ao PCP e ao BE, que até deu resultados? Que iniciativa tomaram agora? Zero, porque, de facto, a maioria não queria aprovar o Orçamento e queria vitimizar-se, mas estavam-se a vitimizar mal, e quanto mais continuassem por esse discurso pior para eles, pior para a sua imagem porque os portugueses que cada vez mais estavam cansados dessa atitude.

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que as perguntas que queria colocar eram simples e directas, e as respostas também estava certo que assim seriam. Aliás tendo conhecimento da capacidade oratória do Deputado Municipal Victor Gonçalves, como muito bem o demonstrara, certamente não seria difícil. -----

----- Mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves trouxe-lhes hoje à colação uma outra problemática que não tinha a ver com o Orçamento, isto é, procurara trazer à colação a dissolução da Assembleia da República, quando, efectivamente, estavam na Assembleia Municipal de Lisboa. Esse ódio para com o Presidente da República não era na Assembleia Municipal de Lisboa que ele deveria ser plasmado, seria na Assembleia da República, eventualmente. -----

----- O PS percebia que a desorientação era gritante, percebia que o PSD e o PP estavam bastante desorientados, veja-se a delonga sobre a coligação ou não coligação, entendiam tudo isso como entendiam também essa manifestação de ódio contra o Presidente da República. Agora, que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, que era uma pessoa de bem, uma pessoa séria e honesta, fosse à tribuna também fazer um exercício de demagogia, que diria mesmo que conseguira ainda ultrapassar o Deputado Municipal António Preto, comparando os primeiros seis anos da coligação de esquerda com os três anos deste mandato, só tinha que dizer que era preciso que houvesse vergonha, que houvesse decoro. -----

----- Mas começava exactamente por onde o Deputado Municipal Victor Gonçalves começou: desporto. Disse o aludido Deputado Municipal, zero, e ele dizia muito bem, aplaudia, e aplaudia porque o zero era neste mandato, não era no anterior. Equivocara-se, a comparação certamente era uma crítica à Vereação actual. Isto porque a actual Vereação, quando chegara à Câmara Municipal, viu que havia uma coisa que funcionava bem que eram os Jogos de Lisboa, que, aliás, o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia porque quando Vereador, embora noutros moldes, lançara alguma coisa nessa matéria, e reconhecia o muito importante que eram os Jogos de Lisboa para a cidade, para as associações e, sobretudo, para os jovens e as crianças. E, lamentavelmente, a actual Câmara extinguiu os Jogos de Lisboa. Portanto, em três anos, zero! Era isso que o Deputado Municipal Victor Gonçalves queria dizer, e com toda a razão! -----

----- Quanto ao que foi feito nos primeiros seis anos, disse que já ali tinha sido apontado, e muito bem, o Plano Director Municipal, que certamente o Deputado Municipal Victor Gonçalves consideraria um instrumento menor, sem qualquer tipo de importância. -----

----- Por outro lado, quem lançou a candidatura de Portugal para a EXPO'98 foi também o Dr. Jorge Sampaio e a sua Vereação. Se calhar também um erro tremendo, um erro trágico para a Cidade de Lisboa e para Portugal. Mas foi nessa altura! -----

----- A um aparte respondeu: “Ah foi, foi! Foi, foi! Garanto-lhe que foi”. -----

----- Saberia também o Deputado Municipal Victor Gonçalves que foi nesse período que se realizou o evento Lisboa'94 – Capital Europeia da Cultura, como também foi nessa altura que se deu a revolução tranquila nas acessibilidades a Lisboa. -----

----- De facto, o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia, conhecia isso e, portanto, mentiu na Assembleia, o que era lamentável. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por dizer que o discurso do Deputado Municipal Victor Gonçalves lhe parecia o discurso de um tipo aflito que se mandava à água, pensava que tinha pé e não tinha, e depois queria nadar e como não sabia nadar não sabia como chegar à margem. Assim lhe tinham parecido as suas palavras, porque deslocadas do tempo, deslocadas das assembleias, porque estavam na Assembleia Municipal de Lisboa e não estavam na Assembleia da República. -----

----- Disse que estava na Assembleia Municipal e porque lia jornais e via televisão, perguntava ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, até porque tinha sido Vereador do Pelouro do Desporto no tempo do Engº Nuno Kruz Abecasis, onde estavam os tanques de aprendizagem de natação e as piscinas que esta maioria ia fazer e que tanto apregoaram nos jornais. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, disse que como o Deputado Municipal Victor Gonçalves referiu o algodão não engana, e, de facto, quando a coligação de esquerda ganhara a Câmara, em 1989, teve que usar muito algodão para limpar o “Beirute” que Lisboa era, porque ela era um autêntico caos. -----

----- Era o caos no património cultural com a destruição do Monumental, que tiveram de interromper para resolver muitos problemas da preservação do património da cidade, que começara aí. -----

----- Era o caos nos arruamentos completamente esburacados, e que depois iniciaram um processo de recuperação das vias da cidade. -----

----- Era o caos nos abarracados, porque foi depois a maioria de esquerda que iniciara o processo de recuperação, através do PER, para resolução desse problema libertando terrenos para construir cidade. -----

----- A um aparte respondeu: “pois é preciso lata é! É preciso lata da vossa parte! É uma lata dos diabos. De facto vocês têm que ter uma lata dos diabos. Vocês com a vossa lata ainda vão vender ferro velho”. -----

----- Mas, de facto, era o caos. Por exemplo, era o caos no saneamento, que se não estava em erro era da responsabilidade do Deputado Municipal Victor Gonçalves no tempo em que foi Vereador. Havia pessoas que morriam nas cheias em Lisboa. Tiveram também que resolver o problema do saneamento na cidade, eram milhões de contos que estavam enterrados na cidade, isso iniciado pela coligação. -----

----- Era o caos no planeamento dos espaços verdes, os parques, por exemplo o Parque da Bela Vista, onde a actual maioria fez o Rock in Rio, foi construído por quem? Foi a actual maioria que o construiu? -----

----- Por outro lado, iniciaram a recuperação do parque de Monsanto que estava completamente ao abandono, onde só havia prostituição na altura, e a coligação iniciou o processo de recuperação do Parque de Monsanto. Não se lembravam disso, estavam esquecidos? Essa era a cidade que herdaram! -----

----- Porque a direita herdara uma cidade com “n” parques e “n” obras feitas a que depois não foram capazes de dar continuidade, interromperam todo esse processo, e era essa a dor da maioria, mas a sua incapacidade julgá-la-ia mais à frente. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves fez hoje uma intervenção que, conjuntamente com a intervenção do Deputado Municipal António Preto, deveria ficar na história da Assembleia Municipal. -----

----- De facto, pela demagogia, pela forma como a apresentou e com os seus dotes oratórios conseguira levantar a bancada do PSD. -----

----- Mas recorrera à história. E se lhe lembrasse o que se passava antes da coligação de esquerda ter ganho as eleições? No tempo em que o Deputado Municipal Victor Gonçalves era Vereador, o que se passava era que o casuísmo era uma situação de caos, como foi acentuado. -----

----- E quanto às dúvidas levantadas sobre o planeamento, lembrou que o primeiro Plano Estratégico que se fez em Portugal foi exactamente em Lisboa, assim como fizeram também o PDM. Portanto, o planeamento foi a primeira preocupação da maioria de esquerda face à desordem que havia anteriormente. -----

----- Quanto à questão do viaduto da Av. João XXI, disse que também estava na Assembleia Municipal e, sem se alongar muito porque não tinha tempo, permitia-se recordar que o Executivo, onde a esquerda tinha a maioria, fez uma proposta e a Assembleia Municipal recusou-a, o que demonstrava que não eram seguidistas e que defendiam acima de tudo as melhores soluções, mesmo contrariando a Câmara. -----

----- Portanto, o que o Deputado Municipal Victor Gonçalves ali foi fazer foi uma rábula da vitimização, essa sim porque o PSD sentia que a situação era grave, mas realmente era grave porque não fizeram obra. -----

----- Mas se o Deputado Municipal Victor Gonçalves queria fazer a comparação, que fizesse uma reflexão para notar que a obra que a coligação no poder deixava do seu mandato não era praticamente nada. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que apenas tinha referenciado os seis anos do exercício da maioria de esquerda, mas para fazer jus a tudo aquilo que referiu só lembrava as palavras ditas ali muitas vezes na tribuna pelo sucessor do Dr. Jorge Sampaio, que efectivamente foi o maior crítico do Dr. Jorge Sampaio na Cidade de Lisboa. Foi ele quem mais denunciara a incapacidade de gestão do Dr. Jorge Sampaio.

----- Foi o Dr. João Soares, fê-lo na Assembleia Municipal inúmeras vezes, fê-lo em público, fê-lo em privado, fê-lo em todo o lado, e a coligação sabia isso e nunca gostaram! -----

----- O Dr. João Soares, portanto, foi o primeiro e grande crítico do Dr. Jorge Sampaio durante os seis anos que depois esteve na Presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Falou do Dr. Jorge Sampaio quando falou do Casal Ventoso, quando falou da Praça do Terreiro do Paço, quando falou do Martim Moniz, quando falou do atraso do PER que, segundo ele, só avançara no seu tempo, falou acerca das hesitações permanentes e constantes, a irreflexão, a baralhada, a confusão que o Dr. Jorge Sampaio lançara nos tempos anteriores. -----

----- Portanto, foi o Dr. João Soares que disse isso, muito mais por palavras suas do que aquilo que ele próprio tinha dito hoje! -----

----- E, no entanto, a então maioria nunca disse nada! Nunca ali manifestaram apoio ou criticaram o Dr. João Soares pelas críticas que ele fez ao Dr. Jorge Sampaio. -----

----- Recordou que chamou a atenção de todos nessa altura, como certamente se lembrariam, mas porque eram uns perfeitos cordeiros e seguidistas, nunca se referiram ou se levantaram contra as grandes críticas do Dr. João Soares ao Dr. Jorge Sampaio.--

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse que tinha um pedido de interpelação à Mesa e sabia porque era, mas era preciso que tivessem em atenção que quando se solicitavam pedidos de esclarecimento era mesmo para pedidos de esclarecimento, porque se se faziam depois intervenções, elas, obviamente, davam aso a intervenções das mais diversas. -----

----- Portanto, se estavam a protestar, não tinham razão porque os pedidos de esclarecimento foram diversos. -----

----- Mas tinham que tratar deste assunto para que os pedidos de esclarecimento fossem de facto pedidos de esclarecimento e as respostas fossem respostas a esses mesmos pedidos de esclarecimento. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, prosseguindo no uso da palavra, disse que sabia que isso doía, que era penoso, sobretudo quando se utilizavam instrumentos fundamentais para a gestão municipal de uma forma política oportunística, porque a oposição sabia, tão bem quanto ele, que estavam a chumbar por chumbar o Plano de Actividades e o Orçamento. Estavam a chumbar por mero capricho eleitoralista. Sabiam isso, sabiam que não era pelo interesse de ninguém mas sim pelos seus próprios interesses, por aquilo que julgavam ser os seus próprios interesses, mas era importante que o povo de Lisboa soubesse que aquilo que a oposição ali estava a fazer era, de facto, uma figura de oportunismo político em relação a instrumentos fundamentais para a cidade. -----

----- Sobre outras questões que lhe foram colocadas, começou por lembrar que pertenceu a um mandato do tempo Eng<sup>o</sup> Nuno Kruz Abecasis, aliás com muito gosto, também com os então Vereadores Ana Sara Brito, Vasco Franco e Pombo Cardoso, que naquela altura tinham pelouros atribuídos e com os quais fizeram uma excelente equipa, e nessa altura era responsável pelos pelouros do Turismo e do Desporto. E não tinha vergonha de ter lançado e construído três piscinas municipais, de terem sido

feitos 21 polidesportivos pela cidade, de ter relançado as Marchas de Lisboa que como se sabia tinham acabado, de ter lançado os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, que inicialmente tiveram a oposição do PCP porque o Comité Central dera instruções a algumas Juntas de Freguesia para não actuarem no Jogos de Lisboa e foram os próprios Presidentes de Junta que foram dizer-lhe, mas depois, perante o volume de aceitação que os jogos tiveram naturalmente embarcaram no mesmo barco, e foi também ele que lançara os primórdios do Lisbon Convention Bureau, que hoje era a Associação de Turismo de Lisboa. -----

----- Portanto, não tinha vergonha de tudo aquilo que fez durante os quatro anos que teve pelouros na Câmara Municipal. Pelo contrário, tinha muito orgulho nisso, como tinha também muito orgulho nas pessoas que o acompanharam, incluindo aquelas que citara agora mesmo, do PS, que foram companheiros de toda a hora, solidários e permanentemente eficazes para aquilo que era o interesse da cidade. -----

----- E não se podiam esquecer que em 1986 – e a Deputada Municipal Ana Sara Brito sabia que isso era verdade – o Orçamento do Pelouro do Desporto eram 20.000 contos e foi com isso que lançaram os primeiros Jogos da Cidade de Lisboa. Não era um milhão ou mais de contos como era agora ou que foi logo a seguir, porque não se podiam esquecer que logo a seguir, graças aos governos do Prof. Cavaco Silva, o País entrara numa espiral de crescimento e, graças a isso, os orçamentos municipais mais que quintuplicaram, criando massa crítica financeira para a resolução de muitos problemas que até essa data eram quase impossíveis de enfrentar porque as câmaras não dispunham de meios. -----

----- Mas não se envergonhava nada daquilo que foi feito, porque aquilo que foi feito por aquela equipa na área social, na área do desporto e até na área da habitação foi importante, porque, de facto, era uma equipa muito criativa que conseguira superar muita coisa com muito esforço e com muito boa vontade. Não era com grandes dinheiros, era com imaginação, com grande sacrifício e com grande amor a Lisboa. ----

----- E era perante esse grande amor a Lisboa, essa dedicação à cidade, que desafiava a oposição a demonstrar esse amor, porque se não era nada importante aprovar ou desaprovar o Plano de Actividades e o Orçamento em discussão, porque, segundo argumentavam, era praticamente a mesma coisa, então que os aprovassem, que tivessem a coragem de o fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, em interpelação à Mesa, disse que ela era motivada pelo facto das respostas a pedidos de esclarecimento constantemente não responderem a nada daquilo que tinha sido questionado, ou seja. eram mais intervenções que outra coisa. Estavam desde as 15:30 horas a discutir o Plano de Actividades e o Orçamento e do que se tem estado a falar era de tudo menos disso, pelo que solicitava ao Sr. Presidente que quando alguém se desviasse da matéria em apreço lhe cortasse a palavra. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que tinha um Regimento para seguir, e alma de censor – já era a terceira vez que ali o dizia – não tinha. -----

----- Estavam numa discussão democrática, tinham que ter abertura. Agora, quando se colocavam vários pedidos de esclarecimento em que muitos deles até nem eram feitas



perguntas, era óbvio que estavam a propiciar longos discursos sobre variadíssimas matérias. -----

----- Isso é que teria que ser tido em conta pelos Deputados Municipal para ver se encontravam ali um norte no debate, porque a realidade era que tinham ainda as inscrições dos Deputados Municipais Feliciano David, Rui Paulo Figueiredo, Bruno Rolo, José Levita, Eduardo Marques, Paulo Quaresma, Vítor Agostinho, Graça Mexia, Ana Gonçalves e Ana Sara Brito. -----

----- Portanto, dentro da perspectiva de tempo que tinham iriam encerrar o debate às 20 horas, e ainda tinham um outro ponto na Ordem de Trabalhos, pelo que pedia aos representantes dos Grupos Municipais e também aos Srs. Deputados que analisassem esta situação e tomassem medidas para que pudessem sair dali com a Ordem de Trabalhos esgotada. -----

----- Portanto, tinham que ajudar a Mesa porque uma coisa que não podia fazer era controlar aquilo que cada Deputado Municipal ia dizer. De facto, às vezes, quem lançava a confusão no discurso era quem colocava as questões. Já ali tiveram várias interrupções dos trabalhos, avançaram apenas em duas intervenções desde a última interrupção, pelo que, se estivessem de acordo, ir-se-ia dar andamento aos trabalhos. --

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que dois anos e meio de gestão deixaram a Câmara Municipal financeiramente exangue, sem rumo, sem qualquer obra de vulto acabada e sem perspectivas de no final do mandato ver concluído nenhum dos projectos emblemáticos do programa eleitoral. ----

----- A falta de estratégia e de planeamento da actividade, as decisões casuísticas e inconsequentes ao sabor dos caprichos do momento, associadas a um despesismo descontrolado, deixaram uma herança pesada difícil de ultrapassar. -----

----- E esclarecia o Deputado Municipal Victor Gonçalves que quando falava no despesismo se referia, sobretudo, a 2002, 2003 e 2004, que realmente deixavam para o próximo mandato a Câmara de tanga. -----

----- Por isso, o Orçamento para o último ano de mandato tinha de reflectir essa grave situação, sobretudo devido ao enorme buraco financeiro em que as dívidas de curto prazo aos fornecedores atingiam os 185 milhões de euros. -----

----- Perante esse quadro sombrio e dada a impossibilidade de contrair mais empréstimos, a Câmara, cravada de dívidas, encetara mais uma fuga para a frente ao decidir, através dum passo de mágica, inventar dinheiro e empolar o Orçamento de 2005, que ascendia a 821 milhões de euros. Fazia lembrar alguns animais, que, frente ao perigo, atacados, inchavam para se fazerem fortes e meterem medo aos adversários. Ou seja, a Câmara, através da miragem da venda de património, inscrevera no Orçamento nada mais nada menos que 332 milhões de euros, mas era óbvio que esse objectivo era irrealista, como o foi em anos anteriores, nomeadamente em 2004. -----

----- Acrescia que essa alienação dos poucos terrenos disponíveis da Câmara, a preços especulativos, sendo realizada de forma indiscriminada e por atacado, era uma operação controversa que reduzia a possibilidade da autarquia dispor de um

instrumento importante de intervenção política relativamente aos preços dos solos, e impedia que pudessem ser destinados à habitação social controlada. -----

----- Mas também falhara a reestruturação orgânica e a anunciada desburocratização da Câmara. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Vereador Fontão de Carvalho, disse que ele certamente concordaria consigo que este era um Orçamento de alto risco. É que o Sr. Vereador disse isso mesmo há dois anos, exactamente em 6 de Dezembro, quando avisava a Sra. Vereadora Teresa Maury que o Orçamento era um Orçamento de alto risco. E porquê? Porque a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes era apenas de 3 milhões de euros, e avisava, citou: "... o risco das receitas correntes ultrapassarem as despesas, o que constitui uma ilegalidade". E concluía: "... é um risco muito grande". -----

----- E o que se passava com este Orçamento era pior, muito pior, porque essa diferença era muito menor, era apenas de 1,7 milhões de euros. Por isso, certamente o Sr. Vereador concordaria consigo de que este era um Orçamento de alto risco. -----

----- Disse que compreendia isso porque o Sr. Vereador apanhara o comboio a meio do caminho, e o comboio era um comboio desconjuntado, quase a descarrilar, pelo que nem a competência técnica do Sr. Vereador podia evitar o descalabro. É que quando se nascia torto, tarde ou nunca se endireitava. -----

----- Mas apesar da crise económica a Câmara não podia queixar-se da diminuição das receitas correntes, pois a previsão era de crescimento devido, principalmente, ao aumento dos impostos directos que deveriam atingir 287 milhões de euros. E também o Plano de Actividades, no montante de 447 milhões de euros, crescia 6,7% relativamente a 2004. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que este era um Orçamento de continuidade, e tinha razão já que o Plano de Actividades de 2005 repetia praticamente os projectos programados em 2004 na medida em que a Câmara não realizara qualquer obra estruturante, e também não concretizou a maioria das acções nele programadas. -----

----- Mas a situação financeira da Câmara assumia a maior gravidade pelo facto do endividamento não ser consequência do financiamento do Plano de Actividades de 2004, e o resultado dessa gestão ruínosa e de estagnação para o desenvolvimento da cidade, era confirmado pelas baixíssimas taxas de execução do Plano de Actividades, que como o Sr. Vereador referira na reunião da 1ª Comissão, situavam-se em 20% e no final do ano previa-se que pudessem não exceder os 40%, pior ainda que a exígua taxa de execução de 2003 que foi apenas de 55%. A mais baixa de sempre em Lisboa e muito longe daquelas que foram conseguidas pela coligação de esquerda. -----

----- Recordou o que o ex-Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, disse sobre estas questões: que 2002 era o ano para arrumar a casa, 2003 para lançar os projectos e em 2004, então sim, iria subir ao pódio com altas taxas de execução. Como foi possível falhar tanto? -----

----- Por outro lado, também parecia evidente que o Plano de Actividades e o Orçamento para 2005 foram feitos a pensar nas eleições, porque nos projectos com

pouca visibilidade, que não davam votos, as dotações diminuíram como era o caso do saneamento básico cuja verba, como ali já foi referido, era irrisória, mas, em contrapartida, nas áreas que davam votos as verbas tiveram aumento apreciável. -----

----- Assim, ao sobrevalorizar as receitas de capital e omitir as dívidas de curto prazo, a coligação PSD/PP fazia um Orçamento pinado que punha em causa a estabilidade financeira da autarquia, e fazia-o impunemente porque não corria riscos, já que o Relatório e Contas só eram apresentados depois das eleições autárquicas. -----

----- Uma coisa era certa: a responsabilidade pelo chumbo do Orçamento deveria ser inteiramente imputada à Câmara que não podia continuar a tentar vitimizar-se acusando a Assembleia Municipal de ser uma força de bloqueio, e o voto contra do PCP visava tão somente minimizar as consequências negativas para o futuro desenvolvimento de Lisboa, face à incapacidade de gestão que a coligação PSD/PP tem revelado nos seus três anos de mandato. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que o debate já ia longo mas demonstrara a inteira razão do PS em votar contra o Orçamento. De facto, o PS tinha três razões para o fazer, e elas confirmaram-se inteiramente neste debate. -----

----- Uma primeira razão era o despesismo do documento em si mesmo. Se assim não fosse, se a Câmara não tivesse uma situação financeira difícil, mesmo catastrófica, não teriam assistido à substituição do responsável das Finanças, não teria a actual maioria da Câmara procurado uma saída para a anterior responsável pelo Pelouro, insatisfeita que estava com a gestão financeira da Câmara Municipal de Lisboa. Se assim não fosse, não teria o actual Presidente da Câmara e a sua maioria promovido uma oferta pública de aquisição de um anterior responsável das Finanças, se assim não fosse não teriam hoje um Orçamento elaborado pelo Vereador Fontão de Carvalho. -----

----- Mas se a Câmara estava numa situação financeira difícil que conduzia à alteração do responsável político pelo Pelouro das Finanças, o que ali hoje tiveram, repetidas vezes afirmado, foram números de crescimento, aumentos em diferentes áreas, aumento do valor global. -----

----- Ora, uma situação financeira difícil não se combatia com o aumento das verbas, como ali repetiram, mas sim com medidas restritivas. Portanto, quanto ao despesismo do Orçamento estavam absolutamente conversados. -----

----- A segunda razão para o voto contra do PS, era uma razão de ética política. O PS assumiu, responsabilmente e de um modo construtivo, compromissos com a Câmara para a viabilização do anterior Orçamento e Plano de Actividades, e ainda que essa matéria não tivesse sido ali muito referida, e por parte da Câmara até tivesse sido totalmente ignorada, o facto era que a Câmara não cumprira os compromissos então assumidos. Foi inventando delongas e algumas justificações avulsas. -----

----- Em matéria de segurança, zero de realização em termos do compromisso assumido; em matéria de habitações particulares também zero de realização em termos dos compromissos assumidos. Portanto, a Câmara não mereceria agora a mesma boa-fé que o PS teve no ano passado. -----

----- Mas, mesmo assim, construtivamente o PS estaria disposto a conversar, e aqui entroncavam a terceira razão para o voto contra. É que a maioria queria que o Orçamento fosse chumbado, porque como já ali ficou demonstrado no debate, não fez nenhum esforço para procurar ultrapassar a oposição do PS a um documento despesista, não dialogou, não procurou conversar com a oposição como o fez em orçamentos anteriores, mas antes quis fazer um Orçamento para ser chumbado. Aliás, a Câmara nem sequer cumpriu o definido no Estatuto da Oposição e até se baralhou um pouco quanto ao seu conteúdo. -----

----- Por isso, assistiram hoje a um terceiro acto de uma trágico/comédia, comédia porque denotava algum desnorte e trágica porque prejudicava a cidade e os lisboetas.--

----- O primeiro acto foi a substituição e o aliciamento feito a um Vereador do PS; o segundo acto foi a elaboração de um documento de modo sistemático e deliberado para ser inviabilizado, um Orçamento despesista; e o terceiro acto eram as peças de oratória de vitimização a que assistiram. -----

----- Esse era um número que poderia ter muita piada na Assembleia Municipal, podia provocar, de um modo populista, muitas palmas. Era fácil, qualquer um conseguir palmas dessa maneira, mas era um modo de fazer política que não dignificava a classe política, não dignificava a política no seu sentido nobre, eram atitudes como essas que faziam com que lá fora os cidadãos não se revissem na actividade política, porque aquilo que a maioria fez foi mais um número de vitimização, um número que já estava gasto e um número que até entrava em contradição. E este era o ponto culminante. ----

----- De facto, o PS já não percebia as estratégias, as opções e aquilo com que estavam a lidar. A uma atitude serena e cordata do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Fontão de Carvalho, correspondiam, depois, intervenções populistas. E a uma desdramatização que foi feita, e não tinha sido o PS a dizer que não havia problema nenhum mas sim o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Fontão de Carvalho, a contradição era que depois foram negadas essas afirmações, porque responsáveis políticos do PSD, não só a nível da Câmara como da Assembleia Municipal, exerceram o seu direito à vitimização fazendo um drama, drama esse que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador das Finanças diziam que não existia. -----

----- Portanto, das duas uma: ou tinham uma ideia para a cidade e essa ideia foi aquela que foi expressa por alguns responsáveis, nomeadamente pelo Vereador das Finanças, ou então tinham a estratégia da vitimização. Parecia que havia duas estratégias, que havia duas maiorias na Assembleia, parecia que, ao contrário daquilo que o PS foi acusado, que alguns dos Deputados Municipais da maioria é que tiravam o tapete ao Presidente da Câmara e à própria Câmara para servir mais um número de vitimização nacional. -----

----- Só que continuavam a ir por mau caminho, porque os lisboetas em particular, como também todos os cidadãos, já estavam fartos do discurso desresponsabilizante em que a culpa do que não se fazia era sempre dos outros, e em que, deliberadamente, se procurava aquilo que ia acontecer, o chumbo destes documentos. Mas o PS, como dizia há pouco o seu camarada, Deputado Municipal Miguel Coelho,

construtivamente, para elaborar um documento bom para a cidade, estavam sempre abertos a dialogar. Assim a maioria o quisesse. -----

----- **O Senhor Presidente**, nesta altura, anunciou que de acordo com a força política proponente, o Bloco de Esquerda, o ponto 27 – Estratégia para as Relações Internacionais da Assembleia Municipal, passaria para a Sessão Extraordinária a realizar no dia 4 de Janeiro, como ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, começou por referir que lamentava imenso que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa não estivesse presente, mas, mesmo assim, falaria para ela na mesma. -----

----- Disse, então, que tinha de falar da sua enorme admiração, do seu grande espanto, diria mesmo que tinha ficado estupefacta por a Sra. Vereadora, na Câmara Municipal, na apresentação do programa ter conseguido resumir, em sete linhas, todo o programa que havia para a parte social da Câmara. Se calhar chegaram-lhe, pelos vistos sim! ----

----- Hoje não queria alongar-se muitas sobre coisas que foram ditas e com as quais estava absolutamente de acordo, mas algumas teriam que ser repetidas. -----

----- Por exemplo, falou-se hoje bastante nos sem-abrigo, falaram de 600, de 1.000, mas a verdade era que já ultrapassaram os 3.000. A Comissão para a Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, de que é Presidente, já teve oportunidade de visitar vários centros dos sem-abrigo e ver as situações que se passavam lá a nível da toxicoddependência, a nível de emigrantes e a nível de mulheres também, o número hoje ultrapassava já os 3.000 e a verdade era que foi o actual Governo, que já caiu mas ainda estava em funções, que fez chegar o País à situação espantosa, tremenda, dramática e catastrófica de crise social, de desemprego, de dificuldades brutais de sobrevivência, de jovens sem o primeiro emprego e de aumentar extraordinariamente o número dos sem-abrigo. -----

----- Claro que a política para essas coisas, tal como para as outras, reduzia-se, de facto, a sete linhas! -----

----- Disse, depois, que não lhe espantava absolutamente nada que a Sra. Vereadora hoje já não estivesse porque, se calhar, estaria a Sra. Dra. Paula Gomes a substituí-la porque foi a pessoa que a Sra. Vereadora deixara também a substituí-la no dia 16 de Novembro, data da realização do Colóquio sobre Emigração e Minorias Étnicas, porque quando estava a Sala cheia como nunca, porque nunca se juntara tanta gente para discutir a problemática dos emigrantes, só de associações estavam 76 representantes, a Sra. Vereadora fez uma intervenção vaga, difusa e saíra imediatamente deixando-lhe a si pessoalmente a informação que tinha que se ir embora mas que ficava a sua assessora, Dra. Paula Gomes, que tomava conta de tudo. -

----- Esperava que efectivamente tivesse tomado, como esperava também que hoje tomasse, porque, de facto, curiosamente, ou talvez não, o Plano de Actividade e o Orçamento que estavam a discutir não falavam de emigrantes! Desapareceram! Minorias étnicas havia algumas, por exemplo inaugurara-se a casa para a Família Cigana há muito pouco tempo, mas emigrantes, aqueles milhares e milhares que tinham, felizmente e bem precisavam deles, eram muito maltratados, pelo menos pela

Câmara, e a verdade era que nesse Colóquio a Sra. Vereadora soube rapidamente fugir. -----

----- A verdade era que quando estive a analisar o Plano de Actividades e o Orçamento deu voltas à cabeça para saber como era que até a palavra “emigrantes” tinha desaparecido desses documentos. Mas, de repente, fez-se luz: eles não votavam! Pois é, eles não votavam e essa era uma boa razão para terem desaparecido! Muitos eram toxicodependentes, a maioria não seria mas eram muitos, mas eram com certeza a maioria dos sem-abrigo da cidade. -----

----- Quanto aos toxicodependentes e à prevenção da toxicodependência, disse que, como se sabia, trabalhava-se em três patamares e hoje foi ali muito falado que a prevenção primária desapareceu porque não havia dinheiro para as freguesias. A sua camarada Presidente Junta de Freguesia de São Miguel levantara esse problema, e isso é que era importante, porque depois aquilo que se passava a nível das outras prevenções dizia-se nos documentos, com termos muito vagos, como o Observatório Permanente que tinha pouco dinheiro e sabiam que não tem funcionado, os Espaços Navegar em Lisboa, Projecção de Redução de Danos e Minimização de Riscos, já sabiam que era o projecto metadona, portanto não era a prevenção primária. -----

----- Como psicóloga tinha maior facilidade de falar com colegas seus que trabalhavam nos CATs, e ainda hoje falara para o CAT de Xabregas a quem leu um extracto dos documentos e eles pediram para depois lhes mandar uma cópia para poderem fiscalizar como era que isso iria ser feito e que verbas dali iriam aparecer para a prevenção já secundária. Não fazia ideia mas estava disposta, até através da sua Comissão com certeza, em fazer isso. -----

----- Por outro lado, ontem passara-lhe pela cabeça se a população de Lisboa queria que se gastasse aquela brutalidade de dinheiro para fazer uma comemoração condigna, em 2005, dos 250 anos do terramoto de 1755, para rever toda aquela planta, rever toda aquela situação de 1755 – se este Orçamento fosse aprovado obviamente – e se não seria melhor gastar todo esse dinheiro naquilo que ontem foi dito na televisão, onde a Protecção Civil referiu que Lisboa não tinha um plano municipal de emergência para tremores de terra. Se calhar um destes dias teriam um grande tremor de terra e não um pequenino como o de ontem das 2:16 horas e teriam em Lisboa uma situação dessas e talvez o dinheiro aí fosse melhor empregue. Era óbvio que este Orçamento não ia pensar nessas coisas! Mas ele hoje já foi todo desmontado e desmistificado. -----

----- Continuando, disse que este Orçamento era muito mau, estava muito mal feito e era muito mentiroso. Aliás, nessas coisas de mentiras a Câmara era perfeitamente espantosa, porque realmente o Orçamento parecia ter sido feito propositadamente para ser chumbado, para depois poderem dizerem que votaram contra, que até o PS tinha votado contra, como se também o PSD, no passado, não tivesse votado sistematicamente contra. -----

----- Portanto, disse a terminar, era importante que todos percebessem que estes documentos eram uma fraude propositada, todos aqueles que os estudaram viram que efectivamente eram um logro para a população de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Deputada Municipal Graça Mexia referiu que tinha visitado os centros dos sem-abrigo e que a situação dos sem-abrigo tinha aparecido com o actual Governo, pelo que desejava que esclarecesse se porventura tinha passado pela cidade antes da posse do actual Governo e viu os sem-abrigo que então existiam, porque, por exemplo, na sua freguesia quando tomou posse havia lá mais que aqueles que encontrava agora, e os que lá não estavam agora era porque estavam nos centros de abrigo em função da acção meritória que a Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido nas ruas. -----

----- Mas depois ficou preocupado com a intervenção por outra razão: seria que o PCP queria agora retirar o direito de voto aos emigrantes? É que nas eleições autárquicas os emigrantes de alguns países, nomeadamente de países lusófonos, tinham direito a voto. E realmente ficou preocupado quando a aludida Deputada Municipal disse que não tinham direito a voto! -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que certamente o Deputado Municipal Cal Gonçalves teria ouvido mal porquanto não tinha dito que não havia sem-abrigo antes, mas sim que agora havia muitíssimos mais com os governos do PSD. -----

----- Quanto aos emigrantes disse que sabia perfeitamente que eles podiam votar para as eleições autárquicas, só que havia muitos milhares deles que por acção dos governos não conseguiam ter papéis para deixarem de ser ilegais e então poderem votar. -----

----- **O Deputado Municipal José Levita (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Socorro, no uso da palavra, disse que poucas vezes intervinha e quando o fazia era sempre pelo Natal, e neste Natal fazia-o para perguntar à Sra. Vereadora do Pelouro da Acção Social quando pagava aquilo que devia às Juntas de Freguesia, porque primeiro encomendava-lhes o trabalho e punha a Juntas a funcionar, elas iam adiantando o dinheiro para pagar aos funcionários mas a Câmara pagar depois às Juntas não pagava. Se calhar seria a prenda do Natal, porque esta situação já se repetia há dois anos a esta parte. -----

----- Depois, em relação aos arruamentos, disse que tinha um aditamento para a Rua dos Cavaleiros, que em princípio estaria assinado pelo anterior Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, depois ele foi passado para o Sr. Prof. Carmona Rodrigues, actual Presidente da Câmara e uma pessoa de quem gostava bastante porque lhe parecia ser uma pessoa muito séria, só que, de facto, a rua já estava pronta e o dinheiro ainda estava na Câmara. Já pagou 70% da obra e não sabia como havia de pagar a última tranche. -----

----- Portanto, era vergonhoso para a Câmara Municipal de Lisboa encomendar acções aos autarcas das freguesias, pô-los a trabalhar e depois não pagar. Muita gente que estava ali o conhecia, não era autarca desde mandato mas desde 1977, por conseguinte não tinha nada a aprender com a bancada do PSD. -----

----- Seguidamente, depois de referir que a Câmara ainda não pagou o protocolo relativo à acção Praia-Campo, disse que apresentou uma candidatura que orçava cerca

de 50.000 euros para o Programa Intervir, a acção foi superiormente aprovada mas estava a funcionar desde Janeiro e ainda não recebeu, o que sem dúvida era uma vergonha para a Câmara porque as Juntas, porque conheciam mais de perto os problemas das pessoas, tinham que pagar ao fim do mês a quem trabalhava e tinha família em casa para alimentar. -----

----- Portanto, era um descuido muito grande da Câmara, era uma vergonha. Quando começam a pagar às Juntas de Freguesia? -----

----- Envergonhem-se meus Senhores, disse a rematar. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado o adiantado da hora e porque ainda faltava o Sr. Presidente da Câmara intervir, disse que os Deputados Municipais que estavam inscritos para usar da palavra e não o podiam fazer por falta de tempo, poderiam apresentar as suas intervenções por escrito que elas seriam inseridas, como declarações de voto, na acta desta reunião. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para encerrar o debate, começou por pedir desculpa por não ter podido estar presente no início dos trabalhos, mas outras razões o impediram de tal. No entanto, teve oportunidade de acompanhar ainda a maior parte da discussão e parecia-lhe que estavam perante uma situação em que não iria ser aprovada a Proposta de Orçamento para 2005. -----

----- Como ali foi dito esta era a primeira vez que a Assembleia inviabilizava um Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa. Era uma situação que não era benéfica para ninguém: não era benéfica para Lisboa em primeiro lugar, mas também lhe parecia, sinceramente, que não era benéfica para nenhum dos partidos presentes na Assembleia Municipal. Para nenhum! -----

----- Mas no tempo em que estive ali presente, também não ouviu nenhuma proposta alternativas, concretas, que permitissem amanhã dizer: “está bem, não aprovam este Orçamento mas trazemos outro de acordo com as vossas sugestões”. ----

----- Disse, depois, que era um compromisso que tinham perante as pessoas de Lisboa trazer à Assembleia Municipal um documento que, como ali foi dito, era fundamental para a gestão da cidade. E, para si, o documento apresentado, pese embora todas as opiniões diferentes das suas, era razoável, era ponderado, era essencialmente um Orçamento de continuidade. Não alterava significativamente, dava continuidade a um conjunto de programas, de projectos, de acções concretas que vinham sendo delineadas, e não era mais do que isso. -----

----- Portanto, parecia-lhes também não haver aí surpresa no sentido de dizer que havia uma inflexão significativa numa política que foi validade nas urnas, há três anos. -----

----- Por isso, ficava descontente com certeza como ficariam todos os lisboetas por não terem esse instrumento fundamental da gestão da cidade hoje aprovado, mas não seria por isso, no entanto, que deixariam de conseguir, estava seguro, dar continuidade a essas políticas, programas, medidas, acções e projectos em curso. -----

----- Não seria por isso que iriam deixar de cumprir todos os compromissos eleitorais que se propuseram atingir, não seria por isso que deixariam de dar soluções aos problemas ainda existentes e àqueles que foram trazidos do passado, e também não



seria por isso que deixariam de dar uma resposta positiva aos anseios da população para uma melhor cidade, onde se pudesse viver melhor, onde se pudesse estudar melhor, onde se pudesse trabalhar melhor e onde se pudesse viver melhor. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminado o debate, submeteu à votação o Plano de Actividades do Município de Lisboa para o ano de 2005 – proposta 883/2004 – tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PCP, PS, PEV e BE e votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação o Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2005 – proposta 883/2003 – tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PCP, PS, PEV e BE e votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Terminada a votação dos dois documentos, passou-se à votação da seguinte Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

#### ----- **MOÇÃO** -----

----- “1. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, no dia 30 de Abril de 2002, que “se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo”; -----

----- 2. Considerando a proposta que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) enviou a esta Assembleia Municipal; -----

----- 3. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa elegeu uma Comissão Eventual para o Orçamento Participativo que produziu os debates sobre a necessidade da participação dos cidadãos no orçamento; -----

----- 4. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa não apresentou nenhuma proposta; -----

----- 5. Considerando que esta Assembleia Municipal tem aguardado as constantes prorrogações dos sucessivos adiamentos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 14 de Dezembro de 2004, decida: -----

----- 1. Censurar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa por não respeitar o compromisso com esta Assembleia Municipal, e por se opor objectivamente à participação dos cidadãos e aumento da sua cidadania, adiando sucessivamente a apresentação de uma nova proposta; -----

----- 2. Agendar, na Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia Municipal de Lisboa, um ponto sobre o Orçamento Participativo, no sentido desta Assembleia Municipal votar as moções entradas nos respectivos prazos legais.” -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, votos favoráveis do PS, PEV e BE e a abstenção do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Abstivemo-nos em relação ao segundo ponto da Moção, tendo em conta que houve um profundo debate na Assembleia sobre o orçamento participativo, em que foi aprovada por todas as forças políticas uma orientação. Essa orientação é evidente que, na prática, não foi levada a cabo pela Câmara Municipal e daí termos votado favoravelmente o primeiro ponto porque também estamos de acordo com esse compromisso. Mas claro que não valerá a pena estar a voltar outra vez a esta situação.-

----- Esta Câmara, de facto, não quer fazer um debate com a população e com uma democracia participativa que deve existir. -----

----- Por outro lado, votar moções entradas nos respectivos prazos legais, também não percebi. Era para ter pedido um esclarecimento, mas não houve essa possibilidade.” ---

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “As freguesias de S. Miguel e Santo Estêvão, no Bairro de Alfama, vêm com alguma apreensão, este Orçamento e Plano de Actividades para 2005 apresentado pela CML, pois em relação à Reabilitação Urbana vemos diminuídas as verbas nomeadamente para a rubricas do Projecto Integrado do Chafariz de Dentro. -----

Assim e em relação aos quatro programas que este executivo camarário nos apresentou em tempo, ou seja Lx a Cores, Alfama quem Cuida Ama, Projecto Integrado do Chafariz de Dentro, Mega ETD's. -----

----- Lx a Cores - todos nos lembramos de aqui, nesta Assembleia termos aprovado a passagem para a EPUL de alguns edificios camarários sendo que do conjunto de cinco, três ficariam para a EPUL como forma de pagamento da Reabilitação dos cinco e dois regressariam a CML para realojamentos, o prazo para se começar a recuperar, segundo os técnicos que trataram do realojamento de algumas famílias que ainda habitavam esses edificios seria Maio de 2004, alguns moradores em tempo queixaram-se de que a CML não lhes queria garantir o seu regresso às casas que hoje habitam, foram coagidos à mudança pois as obras teriam de começar, mas passados 7 meses obras nem vê-las, isto nas duas freguesias. -----

----- Alfama Quem Cuida Ama. Este programa é uma parceria entre a CML, EPUL, BRISA, PERI e destinava-se a recuperar as fachadas de alguns edificios particulares, que se candidatassem ao mesmo e cumprissem o mínimo de critérios, definidos pela CML, este programa não tem custos para os proprietários. Nas duas freguesias, seriam cerca de 60 edificios, as obras estava previstas para ter início em Maio e fim em Setembro estamos em Dezembro e o programa está a menos de 50%, talvez referir que os únicos prédios intervencionados se situam em locais bem visíveis, na Rua do Terreiro de Trigo e Av. Infante D. Henrique e Rua dos Remédios. -----

----- Projecto Integrado do Chafariz de Dentro - 11 Quarteirões mais 1 o N que este executivo incluiu, num total de 84 prédios, 133 fogos, 75 lojas, teve início em 2001, só o quarteirão G e F1, estão concluídos, o quarteirão E, novas instalações da Junta de Freguesia ainda não está acabado. Em 2002 iniciou-se o quarteirão B a sua conclusão estava prevista para Maio de 2004, ainda não está acabado. -----

----- Em 2003 nenhum quarteirão entrou em obra e em Novembro de 2004 iniciou-se os quarteirões J, H e I. -----

----- Faltam ainda entrar em obra os quarteirões F2, L, A e N, num total de mais de 88 fogos e 21 lojas, referimos as etapas para vos dizer que no deplian feito por esta Câmara todo o PICD teria início em 2003, não me enganei, 2003, estamos em finais de 2004. O orçamento para 2005, voltamos a frisar deixamos apreensivos por falta de verbas para estas obras. -----

----- Com todos estes atrasos prolongam-se os andaimes e os estaleiros, o trânsito foi condicionado, e os moradores neste momento vêm-se cerceados dos seus lugares de estacionamento dentro da freguesia e nas zonas limítrofes e os lugares indicados pela CMUEMEL para estacionarem os seus carros, estão ocupados pelos referidos estaleiros. A insegurança para a população idosa voltou a crescer. -----

----- MEGA ETD'S -----

----- São Miguel - 12 intervenções previstas -----

----- Só na Rua Norberto Araújo 16, 18 e 18a, Rua da Adiça, 40 e 48 foram iniciadas. Na Rua da Regueira, 27,29, prédio da CML quando se começou a intervencionar ruiu, e até agora, está lá um buraco, sem mais qualquer outra intervenção. -----

----- Santo Estêvão -----

----- Na Rua Guilherme Braga as ETD's previstas que deveriam começar em Junho, até agora, 6 meses depois, ainda não começaram, sendo que os moradores foram realojados a tempo de começarem a intervenção. -----

----- Silo - Esta obra ao cuidado da EMEL, tem andado em bom ritmo, no entanto o projecto ainda não foi apresentado às Juntas de Freguesia pelo que neste momento ainda não sabemos se o parque infantil e de jogos se vai concretizar, era urgente que a CML informasse a Junta de Freguesia no sentido de se saber como se irá processar o início do equipamento essencial para a população. -----

----- Muito mais haveria a dizer, mas limitamo-nos à Reabilitação Urbana, pois esta é uma preocupação constante dos executivos destas freguesias.” -----

----- **PONTO 28 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA COMO MEMBRO DO JÚRI DO CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE FOGOS NOS EMPREENDIMENTOS DAS GALINHEIRAS E DA AMEIXOEIRA, CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA B) DO N.º 3 DO RESPECTIVO REGULAMENTO.** -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que, tal como havia informado no início, para esta eleição por voto secreto, que decorreria em paralelo com o andamento dos trabalhos do Plenário, por acordo da Conferência de Representantes foi proposto o nome do Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD, porque sendo o Presidente da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana faria com a Comissão a ligação sobre a matéria da atribuição de fogos nos empreendimentos das Galinheiras e da Ameixoeira. -----

----- Depois deu conhecimento do resultado da votação, que foi o seguinte: -----

----- Candidato proposto, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, do PSD, Presidente da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana. -----

----- Descargas na lista de presenças .....	93	-----
----- Votos entrado na urna .....	93	-----
----- Votos com a indicação “sim” .....	69	-----
----- Votos com a indicação “não” .....	11	-----
----- Votos em branco .....	11	-----
----- Votos nulos .....	2	-----
----- Face ao resultado da votação proclamou eleito o único candidato, Deputado Municipal Victor Gonçalves, como membro do Júri do Concurso para Atribuição de Fogos nos Empreendimentos das Galinheiras e da Ameixoeira. -----		
----- (Escrutinadoras: Deputadas Municipais Lurdes Pinheiro, do PCP, Fernando Pinto Trindade, do PSD, e Luísa Sabino, do PS). -----		
----- Seguidamente, depois de desejar a todos Boas-Festas, deu por encerrada e com ela a Sessão Ordinária iniciada em 30 de Novembro passado. -----		
----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----		
----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.		
----- O PRESIDENTE -----		